

**64º CONAD**



BRASÍLIA - DF  
11 A 14 DE JULHO

CENTRO CULTURAL DA ACUBB

ANDES SINDICATO NACIONAL

ADUnB

**60º CONAD**



Vitória - ES | 13 a 16 de Agosto de 2015

Atenção da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e da liberdade da organização sindical dos docentes para enfrentar a mercantilização da educação.

**Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas!**

**57º CONAD**

Unidade de Universidade Pública e do ANDES em Pernambuco

21 a 26 de junho de 2015

Parque TI



ANDES SINDICATO NACIONAL

ADUFPI

**XXII CONAD**



XXII CONGRESSO DO ANDES DO BRASIL

**61º CONAD**



Defesa dos Direitos Sociais, da Educação e Serviços Públicos

30 de junho a 2 de julho de 2016

Boa Vista - Roraima



# CARTAS DO ANDES

CONAD do Sindicato Nacional

**63º CONAD**



DO ANDES - SP

28 de junho a 01 de julho / 2016  
Fortaleza - CE

POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, EM DEFESA DA GRATUIDADE, AUTONOMIA E LIBERDADE ACADÊMICA.

SELO HONORÁRIO  
F. F. DE JARVIS, SCS

SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE



5º CONAD UNIVERSIDADE NACIONAL, PRINCÍPIOS E DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, AUTÔNOMA E LIBERDADE ACADÊMICA



OUTRAS EXPRESSÕES

**ANDES**

SINDICATO NACIONAL

ESP - CONCLUSAS

**38º CONAD**

UNIVERSIDADE E A CRISE NACIONAL

De 25 a 27 de Junho de 1998



ANDES SINDICATO NACIONAL



ANDES - SP Sindicato de 1994, organização e organização de categoria e o unidade classista dos trabalhadores.

**58º CONAD**



18 a 21  
Julho de 2012  
Santa Maria - RS

PRESERVE A DEMOCRACIA E O SABER




DEFENDA A UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA



ANDES SINDICATO NACIONAL

Autonomia para a Universidade e Liberdade para Cátedra



**40º CONAD**

Brasília-DF  
22 a 24 de Junho de 2009





# CARTAS DO ANDES

CONAD do Sindicato Nacional



Sindicato Nacional dos Docentes  
das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)

# CARTAS DO ANDES

## CONAD do Sindicato Nacional

CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional

1ª edição

OUTRAS EXPRESSÕES

São Paulo • 2020

Copyright © 2020, Outras Expressões

Organização:

CEDOC (Centro de Documentação do ANDES-SN)

Diretores Responsáveis: Erlando da Silva Rêses e Carlos Alberto da Fonseca Pires

Secretaria Geral e Encarregatura Sindical:

Diretora responsável: Eblin Joseph Farage

Publicação produzida pelo ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 02, Ed Cedro II, 5º Andar, Bl C

Cep: 70.302-914 – Brasília – DF

Tel: 61-3962-8400

[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

[www.facebook.com/andessn](https://www.facebook.com/andessn)

[twitter.com/andessn](https://twitter.com/andessn)

Revisão: Nilton Viana

Projeto gráfico capa e diagramação: Zap Design

Impressão: Mark Press

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S616a	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) O ANDES – SN em cartas / organização : ANDES-SN -- 1.ed. —São Paulo : Outras Expressões, 2020. 227 p.
	CONADs – Conselhos do ANDES-Sindicato Nacional Centro de Documentação do ANDES-SN (Cedoc) Indexado em GeoDados - <a href="http://www.geodados.uem.br">http://www.geodados.uem.br</a> ISBN 978-85-9482-049-5
	1. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). II. Título.
	CDU 378(81)

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB9/1250

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição gratuita

O ANDES-SN autoriza a reprodução deste material desde que citada a fonte.

Versão eletrônica: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

1ª edição: janeiro de 2020

OUTRAS EXPRESSÕES


Rua Abolição, 201 – Bela Vista


CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

[livraria@expressaopopular.com.br](mailto:livraria@expressaopopular.com.br)

[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)

# SUMÁRIO

Prefácio .....	7
Carta de João Pessoa .....	11
Carta de Piracicaba .....	13
Carta de Brasília .....	17
Carta de Recife .....	25
Carta de São Luís.....	31
Carta de Salvador .....	35
Carta de Guaratinguetá .....	39
Carta de Ouro Preto .....	43
Carta de Palmas.....	47
Carta de Belém .....	51
Carta de Campina Grande .....	55
Carta de Belo Horizonte.....	57
Carta do Rio de Janeiro.....	61
Carta de Brasília .....	69
Carta de Pelotas.....	75
Carta de Uberlândia.....	79
Carta de Brasília .....	85
Carta de Florianópolis .....	89
Carta de Belém .....	93
Carta de Vitória.....	97
Carta de Natal .....	105
Carta de Aracaju.....	109
Carta de Brasília .....	115
Carta de Fortaleza .....	119
Carta de Brasília .....	127
Carta de Juiz de Fora .....	131
Carta de São Luís.....	137
Carta de Palmas.....	143
Carta de Curitiba.....	149
Carta de Fortaleza .....	153
Carta de Maringá .....	157
Carta de Parnaíba.....	165
Carta de Santa Maria.....	169
Carta de Aracaju.....	177
Carta de Brasília .....	183
Carta de Vitória.....	187
Carta de Boa Vista.....	193
Carta de Niterói.....	201
Carta de Fortaleza .....	207
Carta de Brasília .....	213





## PREFÁCIO

O ANDES-SN completará 40 anos de existência como Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Sua fundação ocorreu em 19 de fevereiro de 1981, durante a realização do 3º Encontro Nacional das Associações de Docentes (ENAD), no período de 18, 19 e 20 de fevereiro, em Campinas (SP), que teve como pauta a criação de uma entidade nacional. Assim surge a ANDES.

É importante ressaltar que antes disso já havia uma movimentação intensa em vários locais do país com a fundação de associações docentes, desde antes da instalação da ditadura empresarial-militar, nos anos de 1960. Dezenas de associações de docentes antecederam a organização da ANDES.

Em 1988, a ANDES passou a ser o ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – e, em 1º de março de 1990, oficializou o registro de sindicato no Ministério do Trabalho.

Na sua trajetória de luta, a associação/sindicato sempre esteve na defesa dos valores democráticos. No seu 3º Congresso Nacional a ANDES definiu ações concretas para campanha por

eleições livres e diretas para presidência da República. Portanto, entrou na campanha das Diretas Já! Também participou ativamente do processo da Constituinte no país, elaborando uma “Plataforma Docente para o Ensino Superior”, documento enviado aos parlamentares do Congresso Nacional.

Junto com outras entidades criou o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que apresentou proposições para a Constituinte de 1986-88, para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, no final da década de 1990, elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE-SB), que dentre outras reivindicações, defendia o aumento do orçamento para a educação pública.

O *Caderno n. 1* apresenta a breve história da/o ANDES, debate sobre fundações, privatização da educação, reforma universitária, movimento docente e democracia, dentre outros. Ele foi publicado em 1981, em plena ditadura militar, e é curioso como os textos que o compõem continuam atuais, dado o tratamento do Estado com a educação, mesmo no período democrático.

Um dos principais documentos do ANDES é o *Caderno n. 2*, de 1982. É nele que se encontra a “Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira”, que está em sua quarta edição atualizada e revisada (2013). O texto apresenta a posição acerca da autonomia universitária. Ela tem sido, ao longo da história do ANDES-SN, uma de suas principais bandeiras de luta porque é indissociável da democracia interna das Instituições de Ensino Superior (IES). As definições de financiamento, da carreira docente, da política de pessoal, do regime jurídico, do processo de escolha de dirigentes, da avaliação, entre outros aspectos, dependem da conceituação de autonomia universitária adotada. O ANDES-SN considera que, no exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patri-

monial, a universidade deve estar incondicionalmente a serviço do interesse público.

O ANDES-SN tem sempre se insurgido contra a submissão da universidade aos controles do poder e contra o cumprimento de funções meramente reprodutoras das relações sociais vigentes. Sua luta pela autonomia universitária significa: autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos interesses de grupos econômicos e políticos hegemônicos; autonomia para contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias.

As gestões do Estado e da educação nos últimos tempos têm aprofundado o ataque às IES. As universidades são vítimas do processo de privatização e precarização da educação pública, em curso desde a o acordo MEC-USAID na ditadura empresarial-militar (1964-1985), passando pelo neoliberalismo dos anos de 1990 e chegando aos pressupostos da mercantilização da educação, a partir do Acordo de Bolonha e Fundo Monetário Internacional (FMI).

As cartas apresentam a história e a síntese das pautas de luta em diferentes momentos da história do Sindicato, da história da educação brasileira e da política educacional. Elas são elaboradas durante a realização dos Congressos e Conad e apresentadas ao final desses eventos pela secretaria geral do ANDES-SN. A composição das cartas em formato de livro resultou do trabalho realizado pela secretaria do sindicato e pelo Centro de Documentação do Sindicato (CEDOC)

Na leitura das cartas, observa-se uma concepção democrática da estruturação e organização interna do Sindicato Nacional. Elas apresentam ampla cobertura de temas e propostas de luta e defesa da educação pública e gratuita oriundas das seções sindi-

cais e de seus filiados. No mais, deixamos as cartas expressarem o sentido e significado do Andes-SN para a sociedade brasileira e para a educação.

Diretoria do ANDES-SN (Biênio 2018-2020).

## CARTA DE JOÃO PESSOA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Há 24 dias, estudantes e professores da UFRRJ decidiram, em assembleia conjunta, ocupar o prédio do MEC, no Rio de Janeiro; há 33 dias os estudantes e há 23 dias os docentes da Universidade Rural de Pernambuco estão em greve, como forma de expressar sua indignação com a forma como vem sendo tratada a universidade pública brasileira.

O ataque à universidade pública chega ao seu ponto máximo. Depois de uma preparação que consistiu na tentativa de desmoralizá-la, dizendo-a custosa e improdutiva, depois dos decretos que pretendiam estrangulá-la, impedindo-a de funcionar por falta de professores, agora é a vez de inviabilizá-la, cortando suas verbas.

O governo federal, o MEC, associados ao *lobby* privatista querem, assim, acabar com a universidade pública. Asfixiam as universidades federais pela falta de verbas, decorrente do não cumprimento do compromisso com os 15% de OCC/OC assumido pelo governo na greve do ano passado.

É a universidade pública, no seu conjunto, atravessando uma de suas mais graves crises. Arrocho salarial, proibição de contra-

tação de professores, retenção de verbas são aplicadas simultaneamente pelos diferentes governos, nos diversos estados, contra as universidades estaduais. Enquanto na semana passada o MEC liberou 7,3 bilhões para o conjunto das IFES, aquinhoou com 8,5 bilhões as mantenedoras do ensino privado, favorecendo nove escolas particulares.

O Movimento Docente vem respondendo a estes ataques: no Rio de Janeiro com um ato público no dia 28/9, reunindo os estudantes, docentes e funcionários da Rural, UFF, UFRJ, UNI-RIO, CEFEP, UERJ; com adesão de estudantes e docentes da UFF estudantes da UFRJ à ocupação do MEC; em Pernambuco, no mesmo dia, com passeatas pelo centro de Recife, com concentração no MEC; com as lutas em Ouro Preto e no Espírito Santo.

Mas a crise não é só das universidades que estão em movimento. A crise é de toda a Universidade Pública e exige a ampliação e a generalização da luta. Não há outro caminho.

As 53 ADs presentes ao 18º Conad vêm tornar público não apenas o apoio e a solidariedade aos estudantes e docentes da Rural do Rio e de Pernambuco, e às demais universidades em luta. Vem chamar o conjunto dos docentes, funcionários e estudantes a se unificarem para defender a universidade pública ameaçada, formando comandos locais de mobilização, continuada dos professores, estudantes e funcionários, que objetive envolver outras entidades da sociedade civil e o conjunto da população na defesa de uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade.

Dia do professor  
18º Conad – Conselho do ANDES-SN  
João Pessoa (PB), 15 de outubro de 1988.

## CARTA DE PIRACICABA

O ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), reunido em Piracicaba no seu 25º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, realizado no período de 1º a 5 de dezembro, com a presença de dezenas de Seções Sindicais representativas de docentes de IES públicas e privadas de todo o país, destacou como prioridade absoluta sua manifestação pública sobre a LDB (PL 1248-A/88) à sociedade, aos parlamentares e aos responsáveis pela educação na federação, nos estados e municípios.

Participamos do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que, num esforço coletivo, implementou amplo e representativo processo democrático de debate sobre a educação nacional. A partir de várias propostas, logrou-se a convergência de posições que resultou no referido PL.

Neste momento da votação da LDB, o ANDES-SN reitera sua posição determinada em defesa dos princípios básicos para a construção do sistema nacional de educação: padrão unitário de qualidade, acesso e gestão democrática, financiamento integral e gratuidade da rede pública de educação em todos os níveis.

O segundo substitutivo Jorge Hage, ora em tramitação, contém conquistas importantes para as classes trabalhadoras, destacando-se:

- a responsabilidade do poder público para com a oferta de ensino em todos os níveis, a universalização do acesso à escola e a garantia de permanência;
- a gestão democrática, a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das instituições de educação básica e das universidades;
- a previsão da existência de um Sistema Nacional de Educação, no qual se integra um Fórum Nacional de Educação, potencialmente representativo dos movimentos sociais organizados e definidor das políticas nacionais de educação;
- a valorização dos profissionais da educação, em termos de formação e carreira;
- a garantia de que os recursos públicos somente poderão ser destinados às instituições privadas de ensino de finalidades “não lucrativas”, quando atendidas todas as responsabilidades do poder público para com a sua rede, não sendo admitida em nenhuma hipótese a aplicação dos recursos do salário-educação nessas instituições.

O ANDES-SN manifesta nesse momento sua preocupação com as ameaças a essas e outras conquistas, seja através de emendas aglutinativas, seja através da ação do forte *lobby* privatista, que ferem os eixos centrais de um projeto educacional predominantemente comprometido com a defesa do direito à escola e com o dever do Estado em garantir a educação aos cidadãos. São particularmente graves os seguintes ataques ao projeto:

- a tentativa de supressão do Sistema Nacional de Educação;
- a pressão para excluir os dispositivos que asseguram a gestão escolar democrática e a valorização dos profissio-



nais da educação, no projeto já limitados apenas à rede pública;

- a supressão do dispositivo que condiciona o repasse dos recursos públicos às instituições privadas “não lucrativas” ao pleno funcionamento prévio da rede pública, bem como as emendas que reduzem os mecanismos de fiscalização e controle do repasse desses recursos e sua utilização por essas instituições;
- os esforços no sentido de reduzir ou desvirtuar as conquistas referentes à educação básica de jovens e adultos trabalhadores, pela reintrodução da proposta de ensino supletivo;
- as agressões à concepção de um padrão unitário de qualidade de ensino, em todos os níveis da educação escolar.

Os docentes das IES, trabalhadores da educação, propõem a aprovação imediata do chamado Projeto Jorge Hage, nele incorporadas as emendas defendidas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Lutar por esta aprovação representa, para o ANDES-SN, a máxima coerência com o seu compromisso histórico e não corporativo em defesa do ensino público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente relevante. Em que pese os limites e contradições do projeto, o movimento docente entende que a sua regulamentação permitirá que se defina, em 1993, com ampla participação dos movimentos sociais organizados, a elaboração do Plano Nacional de Educação, instrumento imprescindível para a implementação de políticas adequadas às reais necessidades do país e da maioria de sua população, hoje excluída da escola pública brasileira.

25º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Piracicaba (SP), 5 de dezembro de 1992.



## CARTA DE BRASÍLIA

### **A luta pelo *impeachment* e o novo quadro político**

O processo de *impeachment* foi produto da mobilização de um amplo arco de alianças. Estiveram presentes os que propunham a saída de Collor para, simplesmente, restabelecer a moralidade administrativa; os que queriam sua saída por entender que o envolvimento direto de Collor com a corrupção o desqualificava para levar adiante o projeto de manutenção e ampliação da subordinação da economia brasileira aos interesses do FMI, garantindo a continuidade da política neoliberal; bem como os que, além de pregar a moralidade administrativa, encaravam a modernidade neoliberal como destruição das condições de trabalho e sociabilidade e a manutenção de nossa posição subalterna na ordem capitalista mundial. Neste processo, foram as manifestações populares que viabilizaram a decisão da Câmara Federal.

O ANDES-SN participou, desde o primeiro instante, do Movimento Pela Ética na Política e Contra a Impunidade, procurando demarcar uma posição firme e decidida para expor à sociedade a questão central da política econômica vigente,

escamoteada devido à ênfase dada à luta contra a corrupção. As denúncias contra a corrupção foram decisivas no processo do *impeachment*, mas foram também usadas conscientemente para buscar esvaziar o movimento de um conteúdo político mais amplo.

O desfecho temporário da crise provocou efeitos contraditórios que se cristalizaram na posse de Itamar, nas expectativas populares e na realização das eleições municipais. Estas traduziram, nos grandes centros urbanos, o fortalecimento dos partidos de esquerda, ainda que as forças conservadoras que votaram pelo *impeachment* tenham conseguido capitalizar resultados positivos e reforçar sua posição no novo governo. O resultado, contudo, pode ser alterado pelo segundo turno eleitoral, que ocorrer na vigência do novo governo.

As expectativas sociais de democratização se, por um lado, foram duramente golpeadas pela chacina da Casa de Detenção, em São Paulo, por outro produziram a exigência da apuração das responsabilidades e a demissão, contra a vontade do governador, do secretário estadual de segurança.

Na constituição do novo ministério, verifica-se que a técnica é a busca de amplo apoio congressional e partidário, o que reforça a possibilidade de manutenção da política econômica neoliberal.

A proposta de Itamar está concentrada no discurso da governabilidade e do pacto social. Tal cenário coloca para o ANDES-SN, a CUT e o movimento social organizado a necessidade de construção de uma plataforma de reivindicações capaz de orientar as ações político-sindicais para contrapor ao projeto do governo uma alternativa popular para a sociedade. Esta plataforma deve exigir o fim da recessão, do desemprego, da impunidade, da subordinação às determinações do FMI e do Banco Mundial; a recuperação dos salários; a defesa dos direitos que devem ser assegurados pelo Estado; pela realização plena da cidadania.

É fundamental que o movimento social organizado exija a retirada imediata da proposta de reforma constitucional do Congresso Nacional travestida de Reforma Fiscal. O combate à sonegação de impostos (que, estima-se, representa uma perda de cerca de 40% dos tributos), ou ainda uma revisão das renúncias fiscais (especialmente das isenções para exportações) podem resolver parte significativa dos problemas de orçamento fiscal da União.

### **Educação, ciência, tecnologia e saúde**

As políticas do governo Collor para ciência, tecnologia, educação e saúde estrangularam toda a possibilidade de desenvolvimento do nosso potencial científico. O ensino público em todos os níveis, a pesquisa básica e a tecnológica foram deixadas à míngua de investimento e sustentação. Isto se dá tanto em relação ao financiamento de projetos de pesquisa quanto em relação a salário e custeio das Instituições de Ensino Superior (IES) federais. Quadro semelhante, por vezes ainda mais grave, ocorre nas IES estaduais.

É imperioso reverter este quadro. A pesquisa, o ensino e a extensão devem ser indissociados para favorecer a solução dos graves problemas sociais brasileiros e a apropriação nacional do conhecimento original gerado por nossos pesquisadores. Sem investirmos decididamente em ensino, pesquisa e extensão de qualidade, ficaremos impossibilitados de dominar as tecnologias e os saberes fundamentais para o progresso econômico, cultural e social. Neste sentido, uma reivindicação estratégica é a exigência de que sejam investidos regularmente 1,5% do PIB em desenvolvimento científico e tecnológico bem como 10% do PIB na educação pública. Esses índices são compatíveis com aqueles gastos por países desenvolvidos ou interessados em acelerar o seu desenvolvimento.

A responsabilidade na administração de verbas públicas exige a visibilidade dos dados e o controle público de gastos e insumos. Assim é crucial exigirmos que os gastos com desenvolvimento científico e educacional sejam permanentemente passíveis de análise e crítica.

Além disso, é premente intensificarmos a luta pela aprovação do projeto e implementação imediata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em tramitação na Câmara Federal, de forma a assegurar uma legislação que garanta uma escola pública de qualidade. Prioritária também é a questão da saúde e para tal devemos resgatar seu caráter público e a construção de um sistema nacional dotado de um padrão de qualidade unitário, garantindo-se o cumprimento das deliberações da 9ª Conferência Nacional de Saúde, na qual se explicitaram os princípios para o financiamento e gerenciamento do Sistema Único de Saúde. Nele se incluem os hospitais universitários.

### **Pacto Social ou Democrático?**

A reversão de qualquer perspectiva que sinalize para a política do pacto social no interior do movimento sindical classista é uma necessidade decisiva para o momento atual. Tal perspectiva pode significar, politicamente, a abdicação da proposta de constituição de uma sociedade alternativa que recuse a apropriação do fruto do trabalho pelo capital.

O esclarecimento político e a construção de propostas passam prioritariamente pelo seu aprofundamento no interior de nossa própria categoria. O debate se faz necessário com os sindicatos de professores de 1º e 2º graus, com os demais trabalhadores em educação e com o conjunto do movimento social organizado. Maior clareza política e a construção de pautas conjuntas com o movimento sindical permitirão dar maior organicidade à luta popular e recuperar sua radicalidade. Deste modo se poderá

mudar a conjuntura, permitindo assim alterar a atual correlação de forças; com isso poderemos trabalhar com a sociedade nossas preocupações e bandeiras.

As afirmações da modernidade, entendida como ditadura do mercado, e do neoliberalismo devem ser enfrentadas e rejeitadas. Trata-se de recolocar o desafio de construir com o movimento social organizado, especialmente com a CUT, a plataforma que permita avançar a proposta de uma cidadania dos trabalhadores e reverter a proposta de um pacto social, que beneficia especialmente a classe burguesa organizada nacional e internacionalmente. Nossa organização e mobilização, tanto no MD quanto no interior da CUT, devem, isto sim, obter respostas concretas às reivindicações sociais e econômicas fundamentais dos trabalhadores.

### **O ANDES-SN e as tarefas da conjuntura**

O Brasil mostrou sua cara. As ruas ficaram lotadas de pessoas de diferentes idades, profissões, partidos e crenças. A sensação de que era impossível continuar a viver com um clima que torna indigno tudo e todos unificou esse vasto contingente popular.

A palavra de ordem da luta contra a corrupção era o que havia de mais aparente. Mas o que ocorreu não foi um festival promovido por lutadores moralistas. É preciso ir além das aparências e afirmar que o sentido popular traduzia a impossibilidade de viver com uma inflação altíssima, que fome e miséria não são compatíveis com a dignidade da soberania popular. Quem foi às ruas defender uma política recessiva que elimina as condições de saúde e educação para a população? Ninguém, obviamente. Quem afirmou que se deveria manter essa política eliminando apenas aqueles que pelo seu desejo irrefreado de enriquecimento ilícito tornavam difícil a aplicação dessa política? Não foi certamente o povo quem defendeu esta ideia.

A posse de Itamar é incontestável nos marcos da legalidade vigente. O que não é incontestável é a exigência de uma política econômica que leva a população ao desespero. Política que ele busca realizar por não ter bases políticas próprias e porque terá de governar com as bases que tornaram Collor possível. Itamar é prisioneiro voluntário, sem dúvida alguma, desse esquema. O que é incontestável é que não é correto personalizar a corrupção apenas em Paulo Cesar Farias e fazê-lo bode expiatório, deixando os demais corruptos impunes. Muitos tiveram papel ativo na corrupção: PC Farias não podia ser o que era se não tivesse no empresariado e no governo campo aberto para a sua ação. Não podemos nos contentar em simplesmente passar um apagador nesse quadro e imaginar que a corrupção, apenas o seu articulador. A Justiça deve examinar tudo isso! Não se trata de revanchismo, mas de reabilitar a dignidade da população. E de lembrar que o Código Penal não foi abolido.

É necessário lembrar que a política neoliberal não apenas leva fome e miséria ao conjunto da população, mas é sobretudo o mais poderoso elemento de enriquecimento privado já realizado no Brasil. O Estado sempre foi elemento que permitiu o fortalecimento dos empresários privados colocando a seu serviço as estatais, como nos mostra exemplarmente a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A VASP foi privatizada amigavelmente. O governo de São Paulo “saneou” a empresa antes de passá-la em condições especialíssimas ao grupo Canhedo (que tem vinculações com PC Farias). E assim por diante. Sob o pretexto de modernizar o país foi feita a passagem do patrimônio público para o patrimônio de poucos.

Faz-se mais e mais necessário que o movimento social organizado (partidos, sindicatos, igrejas, associações) que se colocou na luta contra o desgoverno Collor elabore coletivamente um programa mínimo alternativo à política neoliberal. Programa



que seja referência para a sociedade. E que permita a intervenção da ampla maioria da população como sujeito dos destinos do país.

A luta e a mobilização da sociedade não podem ser apenas uma catarse que pouco a pouco ser digerida. A população que se mobilizou pela sua dignidade, pela construção de melhores condições de vida, necessita e requer a sua soberania. Cabe a todos, ao movimento social organizado, ao movimento docente organizado na ANDES-SN, trabalhar no sentido da construção dessa cidadania.

3º Conad extraordinário – Conselho do ANDES-SN  
Brasília (DF), 10 e 11 de outubro de 1992.



## CARTA DE RECIFE

O 28º Conad reuniu-se na cidade de Recife, no período de 30 de junho a 4 de julho de 1994. Neste Conad a nova diretoria do ANDES-SN (1994-1996) tomou posse. Estiveram presentes 58 ADs-S.Sind, 48 delegados, 116 observadores, quatro ex-diretores convidados e outros três convidados.

Analisando a conjuntura brasileira, o Conad reafirmou a centralidade do momento eleitoral como sendo aquele em que dois projetos de sociedade estão em confronto. Por um lado, se percebe a necessidade de pôr fim ao quadro de brutalidade e violência no campo e na cidade, à extrema concentração de renda e à conseqüente exclusão social da imensa maioria da população, e por outro, à tentativa de fortalecer ainda mais esse quadro. A construção do Projeto Alternativo Democrático e Popular foi o tema central deste Conad e tem seu fundamento nos eixos de Democracia, Educação e Cidadania, na perspectiva de fortalecer o espaço do público e reverter à apropriação privada do Estado. Para tal, o ANDES-SN, as ADs-S.Sind e os GTs devem organizar materiais que consubstanciem o esboço da conceituação e articulação daqueles eixos básicos. É preciso mobilizar to-

dos os setores em defesa do ensino público e gratuito e contra a intervenção do projeto neoliberal em nosso país.

O 28º Conad, tendo essa perspectiva, a partir das resoluções de Viçosa, deliberou que o ANDES-SN, suas ADs-S. Sind e seus GTs deverão elaborar propostas setoriais (Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, por exemplo). Tais propostas, depois de aprovadas pelo 29º Conad, deverão ser apresentadas à direção da CUT, discutindo-se a necessidade de constituição de um Fórum, para a efetivação do Projeto Democrático-Popular. Propomos que a CUT encaminhe o Projeto a seus departamentos e confederações. A posição da CUT poderá ser tomada em uma Plenária Nacional específica para este tema. Definida a posição da CUT, esta deverá ser encaminhada ao Fórum proposto para debate com outras entidades democráticas e com o movimento social organizado.

O Conad aprovou uma moção (Carta do 28º Conad) sobre a questão das eleições e o ANDES-Sindicato Nacional apóia e faz sua a iniciativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas da criação de um ombudsman na mídia durante o processo eleitoral e expressa sua reafirmação da democracia social como valor capaz de criar a oportunidade de reverter a enorme injustiça social e econômica do país, o que exige lisura, ética e democracia nas eleições, e condena a tolerância em relação à violência, à manipulação e às tentativas de sabotar o processo eleitoral.

Continua cada vez mais premente a efetivação do nosso Projeto de Universidade, e nesse sentido recolocou-se a necessidade de efetivar ações concretas, no sentido de impedir que propostas contrárias a seus princípios sejam incluídas no Projeto de Lei que regulamenta a autonomia de gestão financeira e patrimonial nas IFES (art. 165 da Constituição Federal), e de envidar todos os esforços para aprovação, em caráter de urgência, da LDB. Também no referente à questão da Avaliação Institucional de-

verão ser realizadas ações visando a garantir um processo democrático, a mais ampla divulgação e participação nessa avaliação e implantar o processo definido pelo 13º Congresso (Viçosa). Tudo isto na perspectiva da qualificação dos docentes e da implementação de uma carreira que potencialize essa qualificação.

O Sindicato aprofundará o debate sobre diretrizes para a elaboração e concretização de um Plano Nacional de Educação. E, na perspectiva da construção de um Projeto Alternativo Democrático e Popular, realizará uma ampla campanha nacional em defesa da escola pública, em articulação com entidades representativas dos movimentos sociais organizados nacionais e internacionais.

O Sindicato deve atuar junto ao CRUB, MEC e Congresso Nacional, visando a comprometê-los com a implantação da carreira e do projeto de universidade. No referente à Ciência e Tecnologia, dar-se-á continuidade aos esforços para estabelecer e consolidar o Fórum de Ciência e Tecnologia (C&T) e Desenvolvimento, instância concebida como democrática e socialmente representativa da elaboração e controle das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico; definição de princípios a serem observados na elaboração de um modelo de financiamento para a pesquisa científica e tecnológica; e encaminhamento de ações, destacando-se estreitamento de relações com a CUT sobre C&T.

Quanto à Questão Agrária, o ANDES-SN intensificará sua participação nos fóruns já constituídos para traduzir em políticas socialmente necessárias à solução do problema agrário. No mesmo sentido, face à brutal situação agrária e à necessidade de aprofundar o conhecimento e a busca de soluções, se coloca a necessidade de repensar os currículos universitários, tanto nos cursos de agronomia quanto nos currículos de Ciências Sociais e Economia no referente à questão agrária.

O ANDES-SN denuncia o brutal recrudescimento da violência no campo e afirma a vinculação existente entre a questão indígena e a questão agrária.

Nosso Sindicato tem como elemento central de política de Seguridade Social a defesa do SUS, na perspectiva de construção de uma proposta de atenção à saúde não excludente, resolutiva e de qualidade. O ANDES-SN entende como necessidade urgente a deflagração de campanha voltada para o esclarecimento da população sobre a saúde como direito de cidadania, de responsabilidade do Estado e sob controle social, sem fins mercantis. Para tanto, nossa inserção na CUT permitirá obter uma maior eficácia.

No quadro internacional, devemos fortalecer a Confederação de Educadores Americanos (CEA), visando ao aprofundamento da constituição de uma perspectiva sindical classista em nível continental. Nesse sentido, [deve-se] realizar, em conjunto com as regionais Cone Sul e Andina da CEA, seminários sobre organização sindical daqueles países e ações comuns na região.

Devemos intensificar nosso processo de inserção na CUT. Trata-se não apenas de regularizar a situação financeira com as CUTs estaduais, – tarefa política urgente e necessária – mas também de construir em conjunto com os diferentes departamentos e confederações da Central propostas que respondam ao conjunto dos problemas sociais, na perspectiva dos movimentos sociais organizados. Nesse sentido, participar das campanhas propostas pela Central de denúncia e esclarecimento sobre a continuidade da implementação do projeto neoliberal, em especial o chamado plano de ajuste econômico.

Sobre o setor dos docentes das universidades estaduais, nosso Sindicato deverá construir uma maior organicidade e uma maior periodicidade de reuniões do setor, buscando construir uma pauta nacional unificada, carreira única a partir do projeto

do ANDES-SN, piso salarial unificado. Lutar pela construção de mecanismos de formação de assessorias no interior do movimento que possam analisar os Orçamentos Estaduais e municipalizar o movimento nas Campanhas Salariais, além de defender o financiamento público daquelas instituições. Nesse sentido, devem ser criados Fóruns Estaduais. O Sindicato, no seu conjunto, tem como tarefa fundamental a expansão do setor.

No referente ao setor dos docentes das IPES, o ANDES-SN deverá produzir um diagnóstico sobre o setor que aponte quantas e quais são as IES privadas no país, as condições de funcionamento, as relações sociais de trabalho e organizações docentes. Intensificar a nossa participação no Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação da CUT, e buscar construir os Departamentos Estaduais. Manter sistematicamente audiências com o MEC, questionando o papel deste no que tange às práticas vigentes e contrárias à posição do MD, em relação à transferência de recursos públicos para universidades privadas, às concessões para funcionamento de novas IPES, e retomar a fiscalização das já existentes. Dado o crescente uso do conceito de universidade comunitária, é absolutamente necessário aprofundar sua análise como forma de garantir o princípio da escola pública e gratuita.

O Conad verificou a ampliação do número de Seções Sindicais do ANDES-SN, com a homologação da Associação de Docentes da Faculdade de Educação –ADFAED/UDESC – S.Sind (Universidade do Estado de Santa Catarina – Campus de Florianópolis) e da Associação de Professores da Faculdade de Engenharia de Joinville – APROFEJ/UDESC – S.Sind (Universidade do Estado de Santa Catarina – Campus de Joinville). O Conad se pronunciou pela necessidade de negociar com a Reitoria da Universidade Católica de Recife a cessão de espaço para a sede da Aducape e tratamento democrático

co daquela autoridade universitária em relação ao movimento sindical docente. Reativação do Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte do ANDES-SN e de História do Movimento Docente. Além disso, todos os GTs foram fortalecidos com a ampliação de participantes.

28º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Recife (PE), 30 de junho a 4 de julho de 1994.



## CARTA DE SÃO LUÍS

Os docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil, reunidos no 30º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, em São Luís, Maranhão, de 2 a 4 de junho de 1995, reforçam sua disposição de luta em defesa da Educação, do Serviço Público, da Democracia e da Cidadania. Neste sentido, aprovam um conjunto de deliberações como a de fortalecer a solidariedade sindical com os trabalhadores em luta contra as reformas propostas por Fernando Henrique Cardoso (FHC). Reafirmam a necessidade e a urgência da construção do projeto democrático-popular que crie condições de existência e liberdade para o conjunto da sociedade e não apenas para as classes dominantes.

No campo específico da educação, afirmam a luta pela rejeição do substitutivo Darcy Ribeiro/MEC e se opõem à ideia de emendá-lo, de forma a resgatar a luta pela aprovação da LDB expressa no PL 101/93, na forma do substitutivo Cid Sabóia, que representa o resultado de longo e abrangente processo de discussão com a sociedade.

A intransigência, a postura arbitrária e a violência do governo FHC e seus aliados pretendem intimidar e reprimir os trabalha-

dores através de atos do Executivo, como o Decreto n. 1.480, de 3 de maio de 1995, que caça o direito de greve garantido na Constituição, o uso servil do Judiciário e a convocação irresponsável das Forças Armadas. Tais demonstrações de arrogância, prepotência e força, ao contrário do que pretendem, indicam o desgaste, a fragilidade e a brevidade de suas alianças oportunistas baseadas no “é dando que se recebe”, como a concessão feita à União Democrática Ruralista (UDR), hoje travestida de bancada ruralista. Frente a este quadro, cabe aos docentes, organizados no ANDES-SN, aprofundar a discussão sobre o caráter do governo e o significado de suas propostas, reafirmando a posição contrária a todas as tentativas de destruir os direitos conquistados pelos trabalhadores.

O projeto de sociedade que o governo FHC tenta implementar evidencia, cada vez mais, a sua face de excludência, à medida em que força a redução do papel do Estado, dilapida o patrimônio público via privatizações e implode as políticas sociais, aviltando as condições de vida da maioria da população. Cada vez mais é vedado o acesso às condições básicas da cidadania traduzidas no direito à educação, à saúde, à Previdência Social e, até mesmo à própria vida.

Neste sentido, também se pode destacar um conjunto de iniciativas, dentre elas, o projeto de lei de patentes que aponta para a privatização do conhecimento e que significa mais uma submissão às políticas de ajuste e de modernização preconizadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional traduzidos no Consenso de Washington.

Assim, a defesa da soberania nacional, do patrimônio público e dos direitos sociais expressos na Constituição, ameaçados pelo governo FHC, mais e mais submisso aos ditames do capital, exige nesse momento da Central Única dos Trabalhadores a ampliação das alianças com movimento popular e sindical. A

intensificação dos atos de solidariedade da classe trabalhadora torna, cada vez mais, premente e forte a necessidade de ampliar-mos o grito de guerra da greve nacional unificada dos trabalhadores das empresas estatais e dos servidores públicos federais.

“Mexeu com o meu companheiro, mexeu comigo”.

30º Conad – Conselho Nacional do ANDES-SN  
São Luís (MA), 2 a 4 de junho de 1995.



## CARTA DE SALVADOR

O 31º Conad, reunido em Salvador de 6 a 8 de outubro de 1995, afirma a necessidade da construção da unidade estratégica entre as classes trabalhadoras e a maioria da população.

Conclama a necessidade de reforçar nossa aliança com o conjunto das classes trabalhadoras, bem como o fortalecimento da articulação dos trabalhadores públicos em defesa dos serviços públicos com controle social e que rompa com a lógica do lucro, voltando-se para atender aos interesses da maioria da população. Afirma, ainda, a necessidade da luta em defesa dos direitos sociais e da garantia de emprego, a articulação entre as categorias em luta e o movimento social, contra as privatizações, os juros altos e a recessão; a luta pela democratização dos meios de comunicação de massa, a defesa da liberdade sindical, o fortalecimento da solidariedade dos trabalhadores e pela reforma agrária, contra a violência urbana e rural exercida sobre a maioria da população.

Coloca a centralidade de recuperação dos serviços públicos e se afirma contra a reforma do Estado proposta pelo governo. Posiciona-se pela aprovação do substitutivo Cid Sabóia, por

uma LDB democraticamente construída com os movimentos sindicais, populares e com as sociedades científicas. Afirma a necessidade de se construir uma política de Ciência e Tecnologia voltada para as necessidades da maioria da população e não submetida à lógica da acumulação capitalista. Finalmente, declara ser necessário aprofundar o debate sobre o conjunto das propostas neoliberais e suas consequências, seja no conjunto da sociedade, principalmente para os trabalhadores, seja no processo educacional e, em especial, para o sistema público.

Tudo isso configura claramente uma luta contra as propostas do governo FHC de destruição da Saúde, da Educação, da Seguridade Social, entre outras. Travar esse debate contribuirá para criar melhores condições de implementar uma cidadania que expressa os desejos e as necessidades do conjunto das classes trabalhadoras.

Objetivando apontar os rumos para a intervenção do conjunto do Movimento dos Docentes (MD), o 31º Conad aprovou como eixos centrais para o trabalho de mobilização dos docentes do Setor das IFES:

- contra as reformas constitucionais de caráter neoliberal do governo FHC;
- rejeição do Substitutivo Darcy Ribeiro e aprovação do Substitutivo Cid Sabóia ao PLC 101/93;
- a campanha “1995: Em defesa da universidade pública”, centralizada nas questões de verbas, autonomia e democracia;
- campanha pelo reajuste emergencial de 59,96% e da definição da política salarial, tendo em vista a data-base (janeiro/96);
- contra a postura intransigente e antidemocrática do MEC. Pela abertura efetiva de negociação.

Considerando, por outro lado, que o fortalecimento da organização política dos docentes nas IEES coloca como tarefa prio-

ritária e instrumento de resistência a implementação nos planos estaduais, que reproduzem o desmonte do governo federal, das políticas públicas e, em particular, a educação, a constituição dos fóruns de ADs como instrumento político de articulação e a construção de uma pauta unificada de luta para o Setor visando, sobretudo, alcançar um patamar mais próximo do padrão unitário de qualidade que defendemos.

Nesta mesma perspectiva de se alcançar um padrão unitário de qualidade para o conjunto das Universidades Brasileiras, no que se refere aos docentes do Setor das IPES, este 31º Conad aprovou uma proposta de pauta unificada para a campanha salarial de 1996, tendo como eixo central a garantia da estabilidade no emprego. Por outro lado, a superação da situação de professor horista através da conquista do plano de carreira e capacitação docente nas diversas IPES deve consolidar a Proposta do Sindicato Nacional. Finalmente, aponta um Piso Salarial de 20 horas para o professor que se constitui em uma referência para o conjunto do Sindicato Nacional.

O 31º Conad prestou em sua abertura homenagem a dois militantes de alta qualidade política e humana: prof<sup>a</sup> Sofia Olszewski Filha e prof. Florestan Fernandes, representantes da dedicação à luta dos trabalhadores e à qualidade do trabalho intelectual. Prestou também a sua solidariedade ao movimento social em luta, emblematicamente representados neste Conad pelo Sindicato dos Petroleiros, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo APLB-Sindicato.

31º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Salvador (BA), 6 a 8 de outubro de 1995.





## CARTA DE GUARATINGUETÁ

O 32º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, reunido em Guaratinguetá (SP), de 28 a 30/6/96, avaliou a implementação do Plano de Lutas/96 aprovado pelo 15º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional (Santa Maria – RS, de 1º a 6 de fevereiro de 1996), e o atualizou face aos desafios apresentados pelo conjunto de políticas desenvolvidas pelo governo FHC e pelos governos estaduais.

Os docentes avaliaram a conjuntura do primeiro semestre de 1996 e destacaram que as ações do governo continuam atreladas aos grandes grupos econômicos, voltadas unicamente contra os interesses populares. Foi ressaltada, ainda, a forma antidemocrática e autoritária com que o governo tenta implementar o conjunto de reformas.

A modernização e a globalização, emblemas de sua política, constituem porta de entrada para o agravamento do quadro de miséria e sofrimento em que vive a maioria da população brasileira. Salários aviltados, desemprego, condições de vida indignas, serviços públicos sucateados deliberadamente pelo governo, injustiça e violência contra a massa trabalhadora do campo e da cidade.

Neste contexto, o governo encontra fortes aliados. De um lado, o empresariado o apoia desde que não sejam cortadas suas margens de acúmulo de capital. De outro, o Congresso quase sempre submisso e o Judiciário nem sempre independente referendam seu projeto em questões fundamentais.

A situação dos Sem-Terra é um claro exemplo de como o governo e aliados tratam a questão fundiária. Na luta pela terra para trabalhar e sobreviver, os Sem-Terra sofrem violência da polícia, dos grileiros e dos fazendeiros armados que permanecem impunes. Os Sem-Terra enterram seus mortos e, paradoxalmente, passam ainda a ser os culpabilizados pelo governo, com auxílio da mídia, como responsáveis pela desordem pública.

Os docentes avaliaram também as ações do governo contra os serviços públicos e os servidores e, em particular, a Universidade Brasileira. Como estava prenunciado, o governo manteve a política de arrocho, cobrando nos salários dos servidores a contenção do *déficit* orçamentário. Contudo, escamoteia a política de favorecimento a banqueiros e de juros altos, consequentemente, aumentando a dívida pública em decorrência do plano de estabilização.

A universidade pública brasileira continua na mira do governo com a escassez de recursos e investimentos insuficientes, quadros esvaziados e salários achatados e congelados há 18 meses. O governo recrudescer na tentativa de impor reformas, com objetivo de desmontá-la como serviço público, desconsiderando as propostas da comunidade universitária pela universidade pública, gratuita, democrática, autônoma e de qualidade. Assim, o governo procede de maneira autoritária e antidemocrática ao enviar ao Congresso Nacional Propostas de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Leis Ordinárias e Complementares opostas aos fundamentos de uma Universidade como bem social que foram construídos democraticamente.

A resposta do movimento social organizado foi pronta e apresentou um marco importante no enfrentamento ao projeto neoliberal de FHC. Os docentes das universidades fizeram a greve unificada dos servidores públicos federais e continuaram a greve pela pauta específica nas Instituições Federais de Ensino Superior, a greve das Instituições Estaduais de Ensino Superior e a greve geral, no dia 21/6.

Os movimentos paredistas suspenderam as greves sem que suas pautas de reivindicações fossem atendidas. No entanto, esses movimentos representaram a retomada das ações coletivas, demonstrando a firme disposição em continuar na luta por suas reivindicações, através de firme intervenção com o conjunto dos trabalhadores.

Na perspectiva de avançar no enfrentamento ao projeto neoliberal, o 32º Conad reafirmou os eixos de luta do 15º Congresso. Para tanto, a realização do I Coned – Congresso Nacional de Educação, em Belo Horizonte, de 31/7 a 3/8/96, com expressiva participação dos docentes e dos demais segmentos ligados à área educacional, será momento privilegiado de reflexão, organização e estabelecimento de diretrizes para a educação brasileira, contrapondo-se à política educacional de caráter neoliberal do governo.

O Movimento Docente (MD) estará também neste evento realizando o lançamento da *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*, aprovada neste 32º Conad. Esta proposta, construída pelo Movimento Docente, é marco de sua trajetória na luta por uma Universidade socialmente referenciada, pública e gratuita, autônoma na produção do saber comprometido com toda a população, democrática na sua estrutura e funcionamento interno e na sua relação com a sociedade, e de padrão unitário de qualidade, objetivo a ser atingido com a garantia de financiamento público para atender suas demandas, carreira e capacitação e avaliação contextualizada.

De imediato, os docentes estarão realizando, neste segundo semestre, ações que visem a divulgação da *Proposta do ANDES-Sindicato Nacional para a universidade brasileira* e o diálogo com a sociedade, tendo nesta *Proposta* o seu principal referencial de ação nos embates que serão travados. A *Proposta da ANDES – Sindicato Nacional para a universidade brasileira*, além de qualificar a luta, significa não só a nossa resposta ao Projeto do governo FHC mas, sobretudo, uma alternativa viável, que garante o caráter público e gratuito, a autonomia, a democracia e a qualidade da universidade brasileira.

O 32º Conad conclama os docentes a continuarem a luta, enfrentar o neoliberalismo e deter as ações do governo nesse campo.

Conclama ainda os movimentos populares e sindicais a se integrarem nesta luta que é de toda a sociedade brasileira.

32º Conad – Conselho da ANDES-SN  
Guaratinguetá (SP), 28 a 30 de junho de 1996.

## CARTA DE OURO PRETO

O 33º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, reunido em Ouro Preto (MG), entre os dias 25 e 27 de outubro de 1996, avaliou e atualizou seu plano de lutas, analisando a conjuntura nacional e internacional e as ações mais recentes dos governos federal, estaduais e municipais e, em especial, as políticas implementadas para o serviço público e para a educação nos diversos níveis de ensino, com destaque para a universidade brasileira.

O processo de construção da democracia brasileira está, neste momento, seriamente ameaçado. É o que se constata pelo uso ostensivo da máquina administrativa nas eleições municipais, na prática corrupta travestida de legalidade, na subserviência do judiciário e do legislativo ao executivo, no casuístico e autoritário projeto de reeleição de FHC, no uso sistemático de medidas provisórias e, mais recente, na edição do pacote de outubro – conjunto de medidas provisórias e decretos.

Essas medidas, articuladas com as reformas da Previdência e Administrativa, aceleram o desmonte do serviço público e, nesse âmbito, atacam a autonomia da universidade pública brasileira. A reforma do Estado tem sido implementada em todos os níveis do serviço público, sendo já executada de forma mais intensa em es-

tados e municípios, o que exige a organização e a articulação entre trabalhadores do serviço público de todos os níveis. Ao identificar a organização dos servidores públicos como um obstáculo à implementação dos seus projetos, o governo FHC também investe duramente contra as representações sindicais.

Compondo, ainda, o quadro de ameaças à democracia, o governo manipula o Congresso Nacional, impõe modificações à Constituição Federal e golpeia conquistas duramente alcançadas pelo movimento social organizado. A proposta de reeleição que o governo casuisticamente apresenta, segue o modelo, na América Latina, da Fujimorização. O casuístico e autoritário projeto tem como única finalidade garantir a manutenção do preposto do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil. A utilização do instrumento do plebiscito, numa tentativa de arremedo democrático, não escamoteará o fato de que princípios democráticos estão sendo manipulados e que se está estabelecendo uma ditadura velada por esta e outras ações do governo FHC. Nesse sentido, o Movimento Docente deve se posicionar contra mais esse golpe à democracia.

No que diz respeito à educação básica, o governo através do Congresso Nacional, utilizando a Emenda Constitucional n. 14/96, inviabiliza o acesso à educação especial, à educação de jovens e adultos e à educação infantil. A educação superior é atacada através da proposta da Emenda Constitucional que busca alterar o Art. 207 da Constituição Federal, cerceando a autonomia universitária. Além disso, outras medidas compõem o quadro perverso de desmonte de conquistas da educação, garantidas no texto Constitucional de 1988. Esse quadro materializa-se através da LDB (Parecer 72/96 do Senado Federal – Darcy Ribeiro), da mudança na forma de escolha de dirigentes das Instituições de Ensino Superior, da instituição do Conselho Nacional de Educação e do estabelecimento do Exame Nacional de Cursos – Provão.

A mundialização do capital tem exigido a reorganização dos trabalhadores, o que reforça a greve como instrumento legítimo de luta, a exemplo do que se observa na França, Chile, Argentina e outros países. O que se evidencia é a necessidade do confronto e da disputa de projetos políticos, levando os movimentos organizados dos trabalhadores a radicalizarem as ações. Portanto, diante desses elementos conjunturais, o 33º Conad reafirma posição contrária ao conjunto de reformas neoliberais em curso, marcadas pelo acentuado caráter antidemocrático, antipopular e de submissão ao Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

Assim, reunidos em Ouro Preto, berço da Conjuração Mineira, os docentes das Instituições de Ensino Superior conclamam os trabalhadores à construção imediata de uma greve geral, como forma de barrar a avalanche neoliberal que aumenta o quadro de excluídos. Construir a greve geral significa assumir o calendário de lutas aprovado pelo conjunto de entidades representativas dos segmentos que compõem a Universidade, bem como pela CUT, acumulando forças para responder de forma coletiva e unitária aos ataques.

Conclamam, ainda, à defesa intransigente da democracia, o que significa disposição de lutar pela manutenção das conquistas dos trabalhadores na Constituição Federal de 1988, barrando as reformas constitucionais e a reeleição de FHC.

Contra o Provão.

Em defesa da autonomia universitária.

Em defesa do serviço público.

Todos à construção imediata da greve geral!

33º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Ouro Preto (MG), 25 a 27 de outubro de 1996.





## CARTA DE PALMAS

O 34º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, com a participação de docentes de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil, discutiu e atualizou sua plataforma de lutas, tendo como pano de fundo – e por isso a escolha do local – a emblemática situação da Unitins. Sua privatização, fazendo com que o Estado do Tocantins não tenha, hoje, nenhuma vaga gratuita no ensino superior, é a expressão nítida das ações que o governo FHC e governos estaduais, com ele identificados, vêm desenvolvendo no sentido da implementação do neoliberalismo em nosso país.

Assim, os professores das Instituições de Ensino Superior deliberaram e se comprometeram a atuar no sentido do fortalecimento de sua organização sindical, que tem como elemento nuclear sua articulação com as demais categorias de trabalhadores. Nesse sentido, impõe-se a construção da greve geral, não como um fim em si, mas como ápice de uma jornada de luta articulada no espaço da Central Única dos Trabalhadores. O quarto trimestre deste ano será indicado para o 6º Congresso Nacional da CUT como horizonte temporal para a sua deflagração.

Reafirmaram, ainda, sua disposição de luta contra as reformas propostas pelo governo, o que, no momento atual significa uma atuação incisiva, buscando manter sobre o Congresso Nacional, também durante a convocação extraordinária, as indispensáveis pressões para possibilitar o estabelecimento, pelo movimento social organizado, de balizamentos para a sua atuação. Denunciaram a postura imperial do presidente da República que busca subordinar os demais poderes ao executivo, exigindo a instalação da CPI da compra de votos com vistas à punição dos corruptores e dos corruptos.

Além disso, tendo como principal suporte a proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira, os docentes travarão combate ao projeto de educação que o governo tenta implementar e intervirão na construção, em conjunto com as demais entidades sindicais, científicas, estudantis e populares, do Plano Nacional de Educação. O vigoroso engajamento nessa construção coletiva, desde os Fóruns Municipais em Defesa da Escola Pública até a consolidação final do Plano no 2º Coned, que se constituirá como consistente referência e instrumental de luta, é momento privilegiado para enfrentar a crescente coação que vem ocorrendo no processo de regulamentação da LDB, desencadeado pelo governo e já em curso.

Neste contexto, defender a universidade pública significa lutar contra o projeto de autonomia pretendido pelo governo que condiciona a produção do conhecimento à lógica do mercado e submete a função docente ao utilitarismo imediatista. Desse modo, ficou reiterada a compreensão de que a consolidação da universidade pública e da autonomia universitária está intimamente vinculada à luta pelo emprego, por uma política salarial e por condições dignas do exercício profissional, que superem o aviltante quadro vigente e garantam a qualidade social do ensino superior.

Por essas razões, neste ponto de confluência de três de nossos mais importantes ecossistemas – o cerrado, a hiléia e semiárido – e coração geográfico do Brasil, reafirmaram sua histórica bandeira de luta, exortando a sociedade a, em uníssono com eles, conclamar os docentes:

Universidade pública e gratuita: palmas para ela!

34º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Palmas (TO), 4 a 6 de julho de 1997.



## CARTA DE BELÉM

O 35º Conad – Conselho do ANDES-SN, reunido em Belém (PA), de 23 a 26 de outubro de 1997, com a participação de docentes das Instituições de Ensino Superior de todo o país, avaliou e atualizou o plano de lutas do sindicato, a partir da análise da conjuntura nacional e internacional.

Precedido pelo Encontro Nacional sobre a Questão da Terra, onde foram aprofundadas as relações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e em que foi manifesta a indignação pela impunidade dos assassinos responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás-PA, marca indelével da violência do latifúndio em todo o Brasil, o 35º Conad reafirma ser imprescindível a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade, para o enfrentamento das políticas neoliberais do governo FHC, articulado com os setores oligárquicos historicamente dominantes no Brasil, e na perspectiva de uma sociedade dos trabalhadores, sem exclusão, que permita o acesso de todos aos bens materiais e culturais, à segurança e à cidadania plena. Assim, a luta pela reforma agrária constitui-se em uma bandeira do Movimento Docente com a mesma intensidade que a educação pública é objeto de luta do MST.

O avanço da violência das políticas neoliberais, decorrente da mundialização do capital – desemprego, insegurança, perda de direitos sociais duramente conquistados, o desenraizamento e a exclusão a que estão submetidas milhões de pessoas – materializa-se no Brasil com as ações do governo FHC e seus aliados nos estados e municípios. Ademais, propicia a concentração de riquezas, suprimem serviços públicos, ameaça à sobrevivência das organizações sindicais e populares. Como se não bastasse, tenta impor autoritariamente sua permanência no poder, através de processo eleitoral marcado por regras espúrias.

Vivendo sob um arrocho salarial sem precedentes, como o conjunto dos Servidores Públicos e demais trabalhadores – associado às ameaça de perda da estabilidade do emprego, a crescente precarização dos contratos de trabalho, a deterioração das condições do pleno exercício profissional, ao dismantelamento de carreiras e projetos de capacitação –, os docentes das IES assumem como tarefa urgente a defesa da universidade pública e gratuita e a luta por condições dignas de trabalho, através da recomposição dos salários, a partir de piso salarial e carreira docente isonômica, e de reajuste emergencial para todos os docentes em atividade e aposentados.

Verbas para o ensino, a pesquisa e a extensão, condições de trabalho e democracia são condições essenciais que resguardam o patrimônio nacional que é a universidade pública e gratuita. A defesa desse patrimônio deve ser assumida por cada brasileiro para que essa universidade se expanda, seja acessível a todos e permaneça a serviço de toda a população e constitua a alavanca imprescindível à soberania nacional.

Os docentes de todo o país reafirmam o seu repúdio veemente às reformas do governo, em especial à administrativa, à da Previdência e à contida na PEC 370-A/96, que destrói a autonomia da universidade e coloca a universidade pública e gratuita sob ameaça.

ça de privatização e à mercê dos interesses mercantis. Essas ações governamentais são destruidoras dos serviços públicos e dos direitos de milhões de brasileiros e condenando-os à ignorância, à miséria e favorecendo domínio absoluto da minoria escravizadora.

Resistir e enfrentar essas políticas é preciso! Os docentes consideram que a construção da greve geral, deliberada no 6º Concut, permanece como uma tarefa essencial nesse enfrentamento. Por isso, decidem que é fundamental trabalhar para a sua realização. Assim, irão pautar, em todas as instâncias do sindicato, essa discussão e, externamente, somarão esforços nas instâncias da CUT, objetivando a sua construção, como resposta do conjunto das categorias e movimentos sociais organizados às políticas governamentais.

O 35º Conad discutiu também a proposta do ANDES-SN para o Plano Nacional de Educação a ser aprovado no 2º Congresso Nacional de Educação (Coned) em Belo Horizonte, de 6 a 9 de novembro de 1997, que reunirá representantes do movimento sindical e popular, além de entidades acadêmicas e científicas. O plano, a ser extraído no 2º Coned, tem como finalidade garantir um ensino público gratuito e de qualidade em todos os níveis e condições dignas de vida e trabalho para os profissionais da educação. Os docentes consideram que a organização e a participação massiva nesse evento é tarefa imediata e fundamental para, com o objetivo de enfrentar o projeto privatista de educação do MEC, armar a sociedade, as organizações sindicais e populares para que lutem pelo direito fundamental da educação gratuita, que se traduza na consecução de todos os outros direitos que só uma sociedade justa e igualitária permite.

Rimam com Educação: terra, trabalho e pão!

35º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Belém (PA), 23 a 26 de outubro de 1997.





## CARTA DE CAMPINA GRANDE

O 36º Conad – Conselho do ANDES-SN, reunido em Campina Grande (PB), no período de 26 a 29 de junho, com o maior número de delegações (56) até hoje registrado, foi marcado por dois fatos históricos que atestam a maturidade e a força de nosso sindicato bem como a unidade do movimento docente.

O primeiro fato é o da transmissão de uma diretoria, herdeira do período de organização e expansão sindicais do ANDES, para uma diretoria cujos membros emergiram de uma oposição que congregava tanto professores que foram dirigentes em gestões nacionais até meados dos anos 1980 quanto professores que se somaram, mais recentemente, aos desafios postos à universidade e ao movimento docente.

O segundo fato é a greve em que se encontram as universidades públicas federais e estaduais, e na qual se luta tanto pela reposição das perdas salariais que têm provocado a evasão de docentes qualificados e desestimulados à carreira docente, quanto contra uma concepção de universidade preferencialmente atrelada à lógica excludente do mercado. O movimento dos professores, fortalecido com a resistência de corajosos companheiros em

greve de fome, e conduzido de acordo com os princípios da lealdade e transparência para com a sociedade, é por esta reconhecido como parte da luta maior contra a forma autoritária como os governos, tanto federal quanto estaduais, vêm conduzindo as políticas públicas, destruindo os direitos sociais no país.

Acrescente-se que esses dois momentos ocorrem numa conjuntura de intensificação dos embates eleitorais nos níveis federal e estadual: de um lado, a continuidade do projeto neoliberal, e de outro, a possibilidade de um projeto alternativo democrático e popular. Esta conjuntura exige de todos nós um decidido engajamento no sentido de – junto com os demais trabalhadores e setores organizados da sociedade civil –, derrotarmos aquele projeto e avançarmos no estabelecimento de relações sociais igualitárias duradouras.

Neste ano de 1998 em que se comemoram, dentre outros eventos, os 150 anos do Manifesto Comunista, os 80 anos do Manifesto de Córdoba, os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os 30 anos das manifestações de maio de 1968, os participantes deste Conad, em nome dos professores de todo o país, reafirmam sua disposição de luta e de defesa permanente da universidade pública.

36º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Campina Grande (PB), 26 a 30 de junho de 1998.

## CARTA DE BELO HORIZONTE

O 37º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional realizou-se numa conjuntura política de crescente pressão do governo sobre o complexo institucional universidade e pesquisa públicas. Assim, torna-se ainda mais difícil a definição de táticas e de estratégias e, também, o estabelecimento de alianças que levem ao fortalecimento do projeto do Sindicato ANDES.

O momento atual caracteriza-se pela tentativa, por parte do governo, de implementar o enxugamento do Estado, buscando adaptá-lo, visando a sua funcionalidade relativamente à implementação do projeto neoliberal. Isto se dá sob o pretexto, insustentável, de atacar as causas do *déficit* interno, por via do controle de gastos com a universidade e a pesquisa.

Ao impor novos cortes de verbas, o governo, demagogicamente, acena com a perspectiva da modernidade do Estado avaliador, que quebra os “enlaces corporativos” e satisfaz o “conjunto da sociedade”. Assim, também aumenta o poder regulador do Estado sobre o complexo público universidade e pesquisa, de forma a adequá-lo ao mercado.

Ante essa ofensiva, animada por intenções inconfessáveis, o Movimento Docente (MD) tem afirmado que o governo está irresponsavelmente comprometendo o futuro do país. Isto porque enfraquece a capacidade do complexo universidade e pesquisa públicas, dificultando a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento coerente com a sociedade igualitária e democrática que a população brasileira reclama, a qual nos cabe ajudar a construir.

O MD tem respondido, afirmando que a redefinição estratégica que propõe para o complexo universidade e pesquisa públicas não é a da adequação ao mercado, mas, sim, a universalização e a integração orgânica com o perfil das demandas de conhecimento e de recursos humanos que a sociedade que queremos irá solicitar.

Para a reorientação do complexo universidade e pesquisa públicas, o atual momento também explicita diferenças relativas aos critérios que animam esses dois projetos e às ações que decorrem desses critérios.

Alternativas estratégicas são apontadas pelo presente embate, ou seja: a percepção da necessidade estratégica de forjar-se um novo caminho possível para a exploração da fronteira do conhecimento – científico e tecnológico –, antepondo-se, assim, ao padrão conformado pelas grandes corporações dos países avançados. Essa percepção está mostrando que deve ser questionado o critério de “qualidade” que o governo nos impõe quanto ao referido enxugamento. Isto porque tal padrão, apesar de aparentemente universal e neutro, é, na verdade, exógeno e inadequado.

Em contraposição, propomos a formulação de um critério de qualidade, original e próprio, que oriente nossa tática e balize nossa estratégia. A base para tal é a relevância do que venhamos a produzir para a sociedade que queremos.

O atual momento coloca, também, outro desafio: parece ser urgente a reavaliação de nossa política de alianças. Isto porque

há compromissos que assumimos ainda durante o período autoritário e num contexto internacional muito distinto do atual. Assim, parece impor-se a busca de novos aliados, especialmente entre os grupos sociais interessados no futuro que queremos. Tais grupos, por demandarem nossa contribuição, solidarizam-se com nosso projeto.

Esta perspectiva é a que nos anima a enfrentar o atual momento e as políticas governamentais em curso. Derrotá-las não significa apenas salvar a universidade pública e gratuita; significa, isto sim, preparar as lutas futuras, que, juntamente com o movimento dos trabalhadores e com os movimentos sociais organizados, em seu conjunto, levar-nos-ão à sociedade justa e democrática que almejamos.

37º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Belo Horizonte (MG), 20 a 23 de novembro de 1998.



## CARTA DO RIO DE JANEIRO

O 38º Conad – Conselho do ANDES-SN – reuniu, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 28 de junho de 1999, professores de todo o país, sendo 64 delegados, 120 observadores e 36 diretores do ANDES-SN.

Este Conad, sediado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, universidade esta que resume todo o quadro de abandono do ensino público superior do país. O quadro de aviltamento da UFRJ é uma síntese da política que o MEC vem adotando para com as universidades federais. Além da falta de investimentos para projetos de desenvolvimento acadêmico, a universidade carece das mínimas condições para o seu funcionamento cotidiano. Agravando todo este quadro, a UFRJ vem sendo administrada através de um interventor imposto pelo MEC, não representando a vontade coletiva da comunidade universitária.

O desrespeito ao processo eleitoral, ocorrido de forma livre e autônoma na UFRJ, constitui-se no cerne da política do MEC que vem ferindo de todas as formas o princípio da autonomia universitária expresso no artigo 207 da Constituição Brasilei-

ra. O coroamento dessa política se revela com as diretrizes propostas pelo MEC para a autonomia universitária. Se adotadas, destruirão o sistema federal de ensino superior, além de apontar para a privatização da educação. Este Conad repudia veementemente essa investida governamental e conclama os docentes e a sociedade para a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. O ANDES-SN reafirma a sua defesa da autoaplicabilidade do artigo 207 e das concepções construídas historicamente pelo MD sobre a autonomia universitária. Avançando nesse campo, cabe aos docentes universitários brasileiros lutar para que a nomeação dos procuradores jurídicos das IFES deixe de ser submetida à Advocacia Geral da União, à qual estão submetidos esses profissionais que deveriam ser contratados para a defesa dos interesses das suas instituições, não os do governo. Reivindica o 38º Conad que sua indicação seja feita de forma autônoma e se encerre no interior das IFES.

O ataque à universidade não é algo isolado, faz parte da implantação de toda uma política neoliberal ditada pelo FMI e pelo Banco Mundial. A atual conjuntura indica uma fragilização do governo FHC. A crise vivida no início do ano só foi contornada graças ao aprofundamento dos desequilíbrios macroeconômicos sobre os quais se sustenta o Plano Real. A confiança na moeda forte e na estabilidade da inflação saiu bastante arranhada. A popularidade de FHC despencou no momento da crise e continua caindo depois dela.

Impõe-se, portanto, que o ANDES-SN, articulado com o conjunto do movimento social, intensifique a

mobilização e organização da Marcha dos 100 mil à Brasília, no ato de protesto contra o governo FHC e contribua no esforço de recolhimento do maior número possível de assinaturas para o abaixo-assinado, proposto pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, que exige a instalação de uma CPI e o enquadramento do presidente da República em crime de responsabilidade.



É importante que todas as seções sindicais organizem campanhas locais de assinaturas e a organização de caravanas à Brasília.

Cabe destacar a presença, no último dia dos trabalhos do Conad, do presidente de Cuba, Fidel Castro, o qual se dirigindo aos participantes salientou a importância da educação na perspectiva da construção de uma sociedade justa, que ofereça aos trabalhadores a possibilidade de plena realização humana. O presidente Fidel disse que por este motivo considerou importante atender ao convite que lhe fora formulado, de comparecer à reunião do ANDES-SN, apesar da pesada agenda que lhe impunha a Primeira Cúpula União Europeia, América Latina e Caribe. Como muitos delegados e outros participantes destacaram, o caráter histórico desta visita prestigia as deliberações do 38º Conad, projetando ainda mais a contribuição de nossa categoria no enfrentamento da grave conjuntura enfrentada pelo Brasil, no quadro geral da ofensiva neoliberal em todo o mundo.

38º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Rio de Janeiro (RJ), 25 a 28 de junho de 1999.



## CARTA DE CURITIBA

O 39º Conad acontece em Curitiba em um momento particularmente grave para o país e para as Instituições de Ensino Superior. A questão da autonomia é paradigmática desta conjuntura. O neoliberalismo tem avançado no sentido da desresponsabilização do Estado com a Educação. Os projetos de autonomia do MEC e de governos estaduais, como o do Paraná, têm aparecido apenas para garantir a destruição das instituições públicas, restringindo os recursos para seu financiamento e incentivando a privatização tanto interna quanto externa. A autonomia universitária, bandeira histórica do Movimento Docente, é assegurada pelo artigo 207 da Constituição Federal. Não podemos perder esta conquista! Os ataques à universidade têm aumentado e nossa luta tem que se colocar à altura dos desafios colocados pela conjuntura.

O governo FHC vem perdendo sua popularidade devido às mazelas da política que tem imposto ao país. Ao seguir a cartilha neoliberal, leva ao aumento do desemprego, das desigualdades sociais e à destruição das conquistas dos trabalhadores e ao ataque às suas organizações.

A queda de popularidade do governo FHC, contudo, não está sendo acompanhada de uma crise de hegemonia do neoliberalismo em nosso país. As “reformas” continuam sendo votadas pelo Congresso e os movimentos sociais não foram capazes ainda de reverter o atual curso dos acontecimentos.

Neste quadro, o 39º Conad desenvolveu discussões e deu encaminhamentos ao Movimento Docente no sentido do enfrentamento com o projeto neoliberal. É importante ressaltar a pronta resposta que o Conad deu à ação intimidatória por parte da reitoria da UFPR, que chamou a Polícia Federal para dirimir o impasse com estudantes em relação aos restaurantes universitários, fazendo retornar a prática de encarar questões sociais como policiais, também no interior da universidade.

O 39º Conad priorizou cinco pontos como centrais para atualização de nosso plano de lutas. O primeiro deles é a campanha salarial, que ganha premência frente a uma alta inflacionária que incide especialmente sobre os bens e serviços que compõem o orçamento dos professores. Os docentes das instituições federais estão quase há cinco anos sem reajuste salarial. Não é possível esperar mais! O segundo ponto central é a autonomia, que tem ocupado um papel de destaque nas discussões no interior das universidades. O terceiro ponto é a questão da carreira e piso salarial unificados, que devem servir à unificação das lutas de todos os docentes do país. O quarto ponto é o enfrentamento às “reformas” da seguridade social que têm ocupado um lugar relevante na política neoliberal. Este ataque à seguridade social aniquila os direitos dos trabalhadores aposentados e elimina as expectativas dos trabalhadores da ativa quanto a uma aposentadoria digna. O último ponto é a política educacional. Nesta questão assume centralidade a luta pelo Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. O relator do PNE, deputado Nelson Marchezan, está encaminhando todas as diretrizes pro-

postas pelo governo em seu relatório. É preciso criar uma sólida mobilização para garantir a aprovação do PNE da sociedade brasileira no Congresso Nacional.

Apenas a nossa luta leva às conquistas. Isto ficou demonstrado pela vitória dos companheiros da Universidade Estadual da Paraíba, que derrotaram o governo neoliberal de José Maranhão após uma greve de quase dois meses.

A hora é de materializar nossa indignação em ações políticas proativas que levem à construção de uma efetiva democracia e soberania nacional. É preciso fazer com que os docentes atuem de forma decisiva na superação de nossos dilemas históricos expressos com pertinência no tema escolhido para este Conad: desafios da universidade no país da história lenta.

39º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Curitiba (PR), 19 a 22 de novembro de 1999.



## CARTA DE BRASÍLIA

O 40º Conad – Conselho Nacional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-Sindicato Nacional) reunido em Brasília de 22 a 24 de junho de 2000, avaliando a grave crise social vivida pela sociedade brasileira, expressa sua compreensão de que essa conjuntura decorre da inserção subordinada do país num contexto de crise internacional.

A subserviência desmedida do governo FHC às ordens do FMI e organismos internacionais tem levado o país à bancarrota e a priorizar as reformas que visam desenvolver o capital, aniquilando os direitos sociais, com o aumento do desemprego, com o arrocho salarial, com a destruição dos direitos trabalhistas e com a subordinação dos programas sociais ao pagamento da dívida. Neste sentido, o Conad apontou como tarefa essencial a realização do Plebiscito da Dívida Externa, a ser realizado em setembro deste ano.

Essa política antisocial tem um claro viés de desmonte do poder de mobilização e de resistência dos movimentos sociais. Apesar do refluxo, os movimentos populares, em especial o sin-

dical, dão provas de que a resistência não saiu de cena. Os trabalhadores vêm demonstrando, através de importantes ações, que nem eles nem a sociedade estão dispostos a permitir que seus direitos sejam usurpados, marcando, assim, com sua capacidade de luta e resistência, a possibilidade de reverter essa brutal conjuntura. Tendência demonstrada no momento atual pelas lutas dos trabalhadores seja da ordem pública seja da ordem privada.

A recente greve vitoriosa dos trabalhadores das universidades públicas paulistas, os movimentos dos trabalhadores universitários no Rio de Janeiro e Santa Catarina, a importante greve dos servidores públicos federais pela reposição das perdas salariais (64,68%) e em defesa do serviço público como direito de todos e dever do Estado, característica também das greves paulista e carioca do setor universitário, delineiam a possibilidade de pôr fim à política implementada pelos governos federal, estaduais e municipais monitorados pelo Banco Mundial e pelo FMI. A palavra de ordem “Fora FHC e FMI” expressa com clareza a luta central em defesa dos interesses do conjunto da sociedade brasileira, brutalmente golpeados pela política que articula o Estado brasileiro e o grande capital nacional e internacional. Acima de tudo, trata-se de combater a política de reformas, que a pretexto da modernização da sociedade, implica na maximização da superexploração social. Subordinado à ditadura do Executivo, o chamado Estado democrático de direito se torna cada vez mais uma peça retórica.

Os governos federal e estaduais vêm procurando criminalizar os movimentos sociais ameaçando-os com o uso da famigerada Lei de Segurança Nacional, com a repressão brutal, seja ao MST e demais movimentos sociais, seja aos servidores públicos. O arrocho salarial e a recusa governamental de cumprir a determinação constitucional de revisão anual dos salários dos servidores públicos têm sido uma das principais formas repressivas.



A opinião pública tem apoiado a luta dos trabalhadores do serviço público e a cobertura na mídia expressa nosso papel no cenário atual, o que tem impedido, em boa medida, a repressão governamental. Apesar da justiça de nossas reivindicações, o governo se mantém intransigente e tenta dividir o movimento dos servidores públicos federais com retaliações e proposta de negociações diferenciadas. Como resposta a essa tentativa de fragmentação do movimento, o Conad reafirmou a pauta emergencial da greve dos SPFs.

A unidade dos trabalhadores, independente do ramo de atividade, vem se configurando como decisiva nessa luta. Cabe à CUT assumir com todo entusiasmo e força a direção desse processo. Nesse cenário, a realização do Concut é absolutamente fundamental.

Nessa perspectiva, o 40º Conad elaborou a estratégia de intervenção do nosso sindicato para o enfrentamento das políticas governamentais e atualizou seu Plano de Lutas, colocando como central a defesa do serviço público de qualidade e da universidade pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada. Para tanto, coloca-se a questão da autonomia da universidade em consonância com o disposto no Art. 207 da Constituição. Assim sendo, o Conad reafirmou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a carreira única. Defendemos a ampliação das vagas e a luta contra a precarização de todas as formas de trabalho docente. Ratificamos, também, a necessidade de concurso público para o exercício das funções públicas e denunciemos as tentativas de celetização dos trabalhadores universitários. O Conad se posicionou contrário às políticas de emprego público propostas pelo governo, na compreensão de que se trata de uma manobra visando desonerar ainda mais o Estado em relação às políticas sociais e à subordinação dos serviços sociais de interesse da população às determinações

do lucro capitalista. Trata-se, portanto, de uma luta de sobrevivência da nossa sociedade.

Reafirmou-se a organização do encontro unificado ANDES-Fasubra-Sinasefe-UNE-UBES como elemento estruturante de defesa da educação pública. No que se refere à questão salarial, o Conad se posicionou pela incorporação da GED pelos seus valores máximos para todos os docentes das IFES, resguardando a isonomia entre trabalhadores aposentados e da ativa. Reforçou a necessidade da luta contra o autoritarismo dos governos estaduais, contra suas propostas de reformas previdenciárias, contra o confisco salarial e pela isonomia. Enfatizou a unificação entre docentes, técnico-administrativos e estudantes no conjunto dessas lutas. Em relação aos docentes das instituições particulares, colocou-se a defesa do plano de carreira com contratação por concurso público e regime de dedicação, além das necessárias campanhas salariais.

Sobre a carreira docente, reafirmou-se a pauta protocolada no MEC e a incorporação da GED pelos valores mais altos, garantindo a isonomia de todos os trabalhadores da carreira de magistério superior e de 1º e 2º graus.

O Conad se posicionou ainda pela realização de um seminário nacional para discutir as consequências econômicas e políticas dos contratos de gestão e parcerias entre estados e ONGs. No referente à Seguridade, estabeleceu-se a necessidade de definir com precisão a assistência social complementar, de convocar uma oficina de trabalho sobre consequências das reformulações impostas ao sistema público de Previdência Social, de debater com a CUT as questões da reforma previdenciária e de ampliar o debate sobre o Regime de Emprego Público, combatendo sua aprovação sem consulta à sociedade.

No referente à política de C&T defendeu-se a aplicação de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e o percentual de 0,1% a ser

cobrado sobre a remessa de lucro das multinacionais para financiar os programas de C&T. No que concerne à política educacional, reafirmou-se a luta pela revogação dos decretos que regulamentam a formação dos profissionais da educação e dos decretos e da portaria de reforma do ensino técnico profissional nas instituições federais e estaduais de ensino tecnológico. Enfatizou-se a necessidade de lutar contra a implementação dos fundos setoriais de C&T propostos pelo governo, ligados aos setores privatistas e das multinacionais que subvertem a autonomia científica das universidades. A luta pela garantia de financiamento público da pesquisa socialmente relevante é central. Essa garantia deve resguardar a diversidade cultural e científica não podendo estar submetida à lógica do lucro. Decidiu-se construir, em conjunto com entidades sindicais e científicas, o 4º Coned, fortalecer o Fórum Nacional e os Fóruns Estaduais de Defesa da Escola Pública, visando a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Outro ponto importante encaminhado foi a necessidade de dar ampla divulgação do PNE/sociedade brasileira como referência em defesa da educação pública. O Conad enfatiza a necessidade da eleição democrática dos dirigentes universitários com o processo se esgotando no interior das instituições.

No momento atual, o Conad conclama firmemente a participação ativa de nossas seções sindicais no Concut colocando, em especial, a questão da defesa da educação e do serviço público, o combate às tentativas de reforma trabalhista e a defesa dos direitos sociais.

O 40º Conad deliberou também rearticular as ações de coordenação internacional e, em particular, latino-americana, aprofundando a inserção do ANDES-SN na Confederação dos Educadores Americanos, e indicou a necessidade da convocação e realização de um congresso continental de sindicatos de docentes universitários.

Faz-se necessário todo nosso entusiasmo e inteligência para o sucesso dessas tarefas e para a reconstrução da nossa sociedade. Cada um dos companheiros docentes é vital nessa luta que é a luta de todos nós.

40º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Brasília (DF), 22 a 24 de junho de 2000.

## CARTA DE PELOTAS

Os docentes representantes das ADs-SSinds, delegados e observadores, reunidos em Pelotas de 3 a 5 de novembro de 2000, sob o signo das vitórias das oposições nas eleições municipais e da violência exercida pelos aparatos repressivos do Estado sobre os sindicalistas, sem-terra e militantes partidários, denunciam e combatem as repetidas falas do governador do Distrito Federal, que ameaçou de agressão física os militantes da oposição.

Após a análise da conjuntura internacional e nacional posicionam-se sobre o plano de lutas pertinente ao momento atual. Condenam todas as formas de recolonização em vigência no quadro internacional, seja sob a forma da subordinação dos Estados nacionais à política de financeirização do capital até as movimentações de tropas militares de combate às lutas populares, sob pretexto de combate ao narcotráfico. Denunciam as formas de eliminação dos direitos sociais via implementação da reforma do Estado imposta a partir dos projetos neoliberais. Esse processo tenta eliminar esses direitos sob o pretexto do enxugamento da máquina estatal quando, na realidade, objetiva deslocar as verbas públicas para o pagamento da dívida externa.

A reforma da Previdência, dos direitos trabalhistas e a política de emprego público são faces constitutivas desse movimento de reescrita da Constituição de 1988 via medidas provisórias.

Os docentes afirmam sua firme disposição de travar o combate contra toda essa deteriorização das condições de vida e de trabalho da população. Condenam a destruição das formas públicas de atendimento às necessidades sociais e sua substituição pela tirania do mercado, que reduz aquelas necessidades aos interesses dos grupos capitalistas. Condenam o arrocho salarial imposto aos servidores públicos, a política de gratificações produtivistas em vez de salários e a tentativa de celetização dos docentes e técnico-administrativos das instituições federais de ensino.

Enfatizam que essa proposta, embora até agora restrita ao sistema federal, deverá, se aprovada, ser estendida a todos os sistemas estaduais e municipais. Chamam a atenção que essas propostas, na lógica governamental, terão que ser reproduzidas nas outras esferas governamentais. E que, em muitos casos, as políticas estaduais, funcionam como laboratório antes de serem aplicadas na esfera federal. A destruição do sistema de ensino técnico e tecnológico comprova essa conexão. As tentativas arbitrárias da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo de separar o Centro Paula Souza da Unesp são a face paulista da tentativa de destruição dos CEFETs enquanto instituições universitárias.

Os docentes reunidos no 41º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional – declaram seu firme propósito de combater essas políticas. Priorizando o combate à proposta governamental de política de emprego público, denunciam a forma ardilosa pela qual se pretende realizar a mutilação do preceito constitucional da autonomia. Deliberam por um dia de greve com manifestações em Brasília, em frente ao MEC, no dia 20

de novembro, para garantir isonomia entre os docentes dos 1º, 2º e 3º graus e paridade entre aposentados e trabalhadores da ativa. Decidem enviar às bases do sindicato a proposta de rodada nacional de assembleias para discutir indicativo de greve do setor federal da educação, como forma de impedir o envio ao Congresso Nacional do anteprojeto do MEC de emprego público. Afirmam o combate contra os projetos de reforma da Previdência e contra as medidas de política educacional que atrelam nosso sistema educacional às diretrizes dos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional).

Condenam a truculência do processo de escolha de dirigentes ocorrido na Universidade Federal de Pelotas onde a reitoria não procedeu ao processo democrático e reprimiu a manifestação que os segmentos da universidade no combate a essa contrafação eleitoral. A brutal imposição do interventor Vilhena na UFRJ é o exemplo emblemático dessa política. Condenam também o processo de escolha do dirigente do Cefet-RS caracterizado igualmente pela exclusão da comunidade acadêmica.

Os docentes das instituições de ensino superior proclamam a necessidade de avançar o processo de democratização da sociedade. Avaliam o resultado das recentes eleições municipais como importante derrota do governo e da coalizão neoliberal e chamam a atenção para as responsabilidades acrescidas que se colocam no horizonte para as classes trabalhadoras.

O 41º Conad convoca de maneira mais enfática possível à mobilização e à disposição de luta para enfrentar os enormes desafios colocados pela conjuntura.

41º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Pelotas (RS), 3 a 6 de novembro de 2000.





## CARTA DE UBERLÂNDIA

Reunidos em Uberlândia, de 28 de junho a 1º de julho, os delegados ao 42º Conad analisaram a conjuntura nacional e se posicionaram quanto às formas de intervenção do Movimento Docente face à grave crise vivida pela nossa sociedade.

Posicionaram-se pelo fortalecimento da luta pela construção de uma sociedade socialista que supere a ordem do capital combatendo a divisão internacional do trabalho imposta pelo capital rentista que submete os países periféricos à condição neocolonial. Sob essa divisão, é impossível qualquer projeto nacional que responda às necessidades da população. O combate à exploração capitalista fortemente marcada pelo programa neoliberal expressado pelo Consenso de Washington, pelas determinações de Davos (G-7), FMI, Banco Mundial e OMC implica colocarmo-nos em luta contra as coalizões de classes e forças que sustentam as políticas dos governos identificados com esta agenda, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Medidas como o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio, as políticas neoliberais sobre C&T, educação, saúde e Previdência Social, o ajuste fiscal, as reformas administrativas e da Previdên-

cia e tantas outras objetivam destruir os direitos dos trabalhadores e devem ser combatidas.

A intervenção na conjuntura e a intensificação da luta, em conjunto com os movimentos sociais, por transformações sociais que atendam aos direitos fundamentais da maioria da população são prioridades máximas. A potencialização do sindicalismo classista, autônomo e democrático; a participação ativa nas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de fortalecer a organização do conjunto da classe trabalhadora em âmbitos nacional e internacional contra a ordem do capital são vitais.

A defesa do ensino público gratuito, laico, de alta qualidade e universal, em todos os níveis, como dever do Estado e direito do cidadão, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação e a luta pela expansão e pelo desenvolvimento das instituições públicas de ensino superior, exigem a adoção da autonomia nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; da gratuidade plena; da ampliação das verbas; do padrão unitário de qualidade; da democracia como base do autogoverno destas instituições; da revogação da legislação que procura impedir a autonomia universitária; da não permissão da implementação deste aparato legal; do combate a todas as formas de precarização do trabalho docente que comprometem a autonomia individual do professor, como o emprego público e as diversas modalidades de trabalho informal.

O processo de construção da educação adequada às necessidades sociais passa pela ampliação das verbas públicas orçamentárias para a educação e para os órgãos de fomento à Ciência e Tecnologia, defendendo as metas do PNE-Sociedade Brasileira; sustentando a reformulação das políticas para o setor, de modo a assegurar a democracia nos órgãos de fomento federais

e estaduais; a participação ativa da comunidade universitária na definição das prioridades do setor; a alocação de verbas não condicionadas a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os fundos setoriais) para estimular pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão. A denúncia das imposições que subordinam o processo educacional às rígidas determinações do lucro passa pela reflexão crítica e pela construção de um conjunto de alianças com os movimentos sociais organizados; exige a desmontagem da política das classes dominantes que sustentam o atual governo e reduzem tudo e todos ao lucro capitalista. Neste quadro, a luta pela valorização do trabalho docente, reivindicando a carreira única do ANDES-SN; o programa nacional de capacitação docente, o piso e a malha salarial, assim como políticas de reposição das perdas salariais tornará possível unificar os interesses.

No plano universitário, coloca-se a tarefa de combater o domínio das chamadas mantenedoras sobre a produção universitárias nas instituições privadas de ensino superior e atuam na repressão dos direitos trabalhistas e nas possibilidades de livre sindicalização dos docentes daquelas universidades.

O Conad deliberou, ainda, a organização de um encontro nacional do setor das IEES a ser realizado no próximo semestre para organizar a intervenção na luta em defesa de orçamentos adequados à realização da atividade destas instituições; analisar os problemas referentes à democratização interna e oferecer estratégias de enfrentamento das questões; reafirmou, claramente, sua condenação à concepção de universidade expressa na forma original do PL 01/2001, que trata da criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e à vinculação da universidade à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, acompanhando a implementação do projeto aprovado com as modificações in-

troduzidas pela Assembleia Legislativa, atendendo às pressões do MD, com vista a garantir os princípios de caráter público, de gratuidade e de qualidade socialmente referenciada da universidade, defendidos pelo ANDES-SN.

Por fim, coloca-se como crucial que as seções sindicais fortaleçam a luta contra o projeto de emprego público, desenvolvendo ações em defesa do concurso público via RJU, consolidando uma linha de ação mobilizadora, expressa na consigna de “concurso público no RJU: acredite nesta tese e defenda-a”. Esta campanha deve buscar o apoio das entidades representativas da comunidade acadêmica para pressionar as reitorias, a ANDIFES e o governo federal com vista a garantir a expansão dos quadros de pessoal. O Conad se posicionou na clara consciência de que, implementada em âmbito nacional, esta rejeição do regime jurídico único celetizará os quadros docentes e técnico-administrativos das instituições públicas de ensino superior, terminando por colocar em risco toda e qualquer reflexão intelectual rigorosa e crítica. Reafirmou que a distribuição de vagas entre as IFES deve ser feita a partir de critérios amplos e democraticamente discutidos e não impostos pelo MEC, de acordo com as normas importadas das propostas do Banco Mundial para o ensino superior público nos países periféricos.

Decidiram ainda integrar a preparação da Marcha em defesa da Educação Pública a realizar-se em Brasília no dia 3 de outubro; a atividade do DNTE/Ramo da Educação, com participação nas atividades nos municípios e estados.

A luta em conjunto com os servidores públicos federais coloca o desafio de participar na paralisação dos SPF's em 1º e 2 de agosto, definindo a sua forma de adesão: paralisando as atividades e participando das mobilizações promovidas pela CNESF, e paralisação de advertência com duração de uma semana (de 10 a 14 de setembro).

O ANDES-SN deve trabalhar no interior da CUT a construção da greve geral para o 2º semestre de 2001.

O 42º Conselho se posicionou sobre a prestação de contas do sindicato. Encaminhou a rejeição das contas de 1998, 1999 e 2000 na perspectiva de, com toda a transparência e democracia, apurar as graves situações vividas pelo sindicato e pôr fim a uma situação que se vem arrastando desde junho de 1998. Os delegados ao 42º Conad se posicionaram por amplíssima maioria, em uma votação aberta e nominal, sem votos contrários, ainda que com uma dezena de abstenções, por uma auditoria contábil, jurídica e de perícia documental independente para que os documentos e as contas possam ser averiguados com rigor e, deste modo, apresentar ou sugerir os procedimentos cabíveis de serem adotadas pela diretoria, e, também, contribuir para a divulgação do uso dos recursos no período 1998-2000.

Ao ANDES-SN, fortalecido pelo debate democrático, coloca-se a tarefa de enfrentar os imensos desafios colocados a todos os movimentos autônomos e democráticos por uma conjuntura grávida de riscos e de possibilidades para a construção de uma democracia dos trabalhadores.

42º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Uberlândia (MG), 28 de junho a 1º de julho de 2001.



## CARTA DE BRASÍLIA

O 43º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, reunido em Brasília de 14 a 16 de dezembro de 2001, examinando a conjuntura internacional e nacional, se posicionou com clareza em defesa dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

O Conad denuncia a intervenção imperialista no Oriente Médio e na Ásia Central, as tentativas de violentar a independência da América Latina (Plano Colômbia, manobras militares no Cone Sul etc). Condena as políticas dos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, entre outras) que via políticas de ajuste destroem a possibilidade da soberania dos povos e das classes trabalhadoras, liquida os direitos sociais e civis e busca, permanentemente, criminalizar os movimentos de luta dos trabalhadores e minorias exploradas e oprimidas. Exemplar dessa situação é o momento atual argentino em que o desmantelamento dos serviços sociais, o aviltamento das condições, de sobrevivência dos aposentados, entre outros males, evidencia a construção internacional da miséria absoluta dos nossos povos e o reforçamento dos grupos econômicos subsidiários do grande capital internacional.

Este Conselho denuncia ainda as políticas que em nome de uma agilidade e modernidade administrativas buscam redesenhar os países para garantir a acumulação capitalista.

Condena a tendência secular do militarismo como “solução” para as crises do capitalismo. Denuncia a hipocrisia das forças imperialistas em combater o “terrorismo” de grupos dos países oprimidos ao mesmo tempo aceitam e tentam legitimar o terrorismo estatal estabelecido no Oriente Médio pela política israelense; a construção internacional da mais ampla e brutal coalizão de forças, que sob o pretexto de combater o terrorismo, criou as condições de uma polícia planetária em defesa do capital e pretendeu dar legitimidade ao intervencionismo das grandes potências sobre o direito dos povos.

Por isso, o Conad afirma a necessidade da luta pela construção de uma sociedade socialista que supere a ordem do capital. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional como garantia de uma paz mundial, justa e duradoura.

Ao analisar a conjuntura nacional, o Conad se pronuncia pela denúncia e pelo combate às tentativas do executivo de destruir as liberdades democráticas por meio de práticas recorrentes como, por exemplo, o pacote de novembro. Os mecanismos tradicionais sob o império tucano-pefelista de abuso do executivo, das medidas provisórias, controle parlamentar, isenções para os ruralistas, abandono de toda perspectiva nacional têm levado a que as autoridades governamentais não apenas tenham tentado criminalizar os movimentos sociais, mas tornar ilegítimos direitos constitucionais como os direitos sociais, o direito de greve. A luta dos trabalhadores públicos federais, em especial do setor da educação, demonstrou que a população não aceita mais



passivamente este governo. O desgaste do governo tem levado ao aumento da brutalidade estatal. A greve dos docentes e dos trabalhadores técnico-administrativos das instituições federais de ensino potencializou a resistência vitoriosa ao arbítrio e à violência estatal. Após sete anos de salários congelados, de medidas de construção política de fragmentação dos trabalhadores como classe (gratificações produtivistas, por exemplo), o governo tentou abafar nossa luta por meio da mentira deslavada, da propaganda antidemocrática e anticonstitucional, das tentativas de coação do judiciário, do desrespeito às decisões daquele poder. Travando uma luta que ultrapassou os marcos de quaisquer interesses corporativistas, o conjunto dos docentes, mobilizados nos locais de trabalho, com respaldo da opinião pública, resistiu ao corte dos salários e afirmou não apenas seu compromisso com a educação pública, mas com sua dignidade como indivíduos, intelectuais e sindicalistas. Contrariando a opinião dos burocratas repressores, os docentes afirmaram que, para além da questão salarial, de importância indiscutível, sua luta representa a defesa do projeto histórico de sociedade em que seja priorizada a educação pública de qualidade para todos, em todos os níveis. Unificadamente construiu-se um movimento que recebeu o apoio da sociedade, o respeito de parlamentares e da imprensa que, apesar de não concordarem necessariamente com nossa posição, reconheceram a maturidade, a justeza e a necessidade de nossa luta. Saímos com o sentimento de uma vitória que resgata a dignidade dos docentes e com ganhos salariais que, ainda insuficientes para recompor nossos salários, são superiores aos de qualquer outra categoria. Uma vitória política que denunciou à sociedade o autoritarismo e os desmandos do governo federal e que deu uma coesão à nossa categoria e ao nosso sindicato, qualificando-o como um dos grandes interlocutores na questão educacional e o interlocutor por excelência das IES.

Nos estados, em especial, no Paraná e na Paraíba, o movimento dos docentes realiza duras greves contra governos que praticam a mesma política do governo federal e são, também, laboratórios para práticas semelhantes em um futuro próximo.

Respaldados pela justeza da luta, construída e pavimentada pela emoção e pelo esforço intelectual e político de toda a categoria, os delegados, observadores e diretoria do sindicato saúdam o momento novo que se abre e conclamam a todos para, em conjunto, barrarmos as medidas autoritárias e contrárias aos direitos sociais (como a modificação da CLT) que se colocam para o próximo período.

Em defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais.

Viva a luta das classes trabalhadoras! Viva a presença e o fortalecimento das entidades sindicais livres, autônomas, classistas e democráticas!

43º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Brasília (DF), 14 a 16 de dezembro de 2001.

## CARTA DE FLORIANÓPOLIS

O 44º Conad do ANDES-SN reuniu-se em Florianópolis (SC), de 21 a 23 de junho de 2002, em uma conjuntura nacional e internacional em que estão postos em jogo todas as conquistas e o destino das lutas dos trabalhadores, em especial na área educacional.

A grave crise pela qual passa a Argentina, com repercussões no Uruguai; a heroica resistência dos trabalhadores empregados e desempregados de ambas margens do Prata; a luta dos povos andinos, marcada pela resistência às privatizações no Peru, pelas marchas camponesas e pela acirrada disputa eleitoral na Bolívia; a implementação do “Plano Colômbia”, que prepara um banho de sangue na pátria de Simon Bolívar, cujas organizações populares são chamadas hoje, como no tempo da luta pela independência, de “terroristas” e as fracassadas tentativas golpistas impulsionadas pela embaixada estadunidense na Venezuela formam um contexto latino-americano explosivo no qual o Brasil, contrariamente ao que afirma o mandante local do FMI, está longe de ser uma “ilha da estabilidade”.

O grito de alarme dado pelo grande capital internacional, anunciando, como fez o megaestelionatário George Soros,

uma catástrofe econômica pós-eleitoral, ou elevando o “risco-país” para impor uma maior sangria financeira, e, ao mesmo tempo, condicionar a campanha eleitoral, demonstra que o Brasil não está à margem, mas no próprio centro da tormenta latino-americana. Está perfeitamente claro que no eixo da crise econômica brasileira não se encontram as sondagens pré-eleitorais, mas a deterioração das contas nacionais mantidas artificialmente estáveis por meio do arrocho salarial, da destruição do serviço público, dos lucros sem paralelos do setor especulador-empresarial, da inédita concentração agrária e da entrega do patrimônio nacional.

Diante das pressões diretamente emanadas do imperialismo com a pretensão de condicionar o processo eleitoral brasileiro, o ANDES-SN conclama todas as organizações da sociedade comprometidas com a democracia e com a defesa da independência nacional, a se insurgir contra o intervencionismo imperialista e a fiscalizar, por meio da mobilização social, a lisura do processo democrático.

O ANDES-SN entende que a luta contra o imperialismo só pode ser bem-sucedida no quadro de um enfrentamento global da política internacional do grande capital. A transformação dos “serviços educacionais” em mercadoria, exigida pela OMC, implica a destruição da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada. O ANDES-SN luta cotidianamente contra a ponta-de-lança dessa política praticada na universidade pública, na forma de “fundações de direito privado”, as quais, sob o pretexto de canalizar recursos privados para o setor público, exercem na verdade a função exatamente contrária.

A luta contra a chamada “flexibilização” da legislação trabalhista, incluídas as tentativas de “regulamentação” dos direitos sociais inalienáveis, também faz parte desse panorama, pois im-

plica eliminação de conquistas históricas da classe trabalhadora, cuja vigência é incompatível com o processo privatizador. Este combate integra a luta do ANDES-SN à luta do conjunto dos trabalhadores. Constatamos que, lamentavelmente, o projeto de Lei Orgânica das Universidades, defendido por setores da AN-DIFES, sob pretextos de “autonomia financeira e de gestão”, abre um amplo espaço para a desregulamentação, a privatização e a penetração do setor privado na gestão do patrimônio público, comprometendo a própria noção de universidade.

O conjunto dessas políticas corporifica-se hoje no projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), impulsionado pelos EUA, que projeta a destruição de quase tudo que resta de soberania nacional dos países latino-americanos. Previsto para 2005, é, no entanto, em nome da sua futura vigência que o governo FHC vem assinando acordos que prejudicam institucionalmente o Estado brasileiro, limitando drasticamente desde agora as margens de atuação política de qualquer futuro governo. O ANDES-SN integra-se de forma intransigente ao combate nacional e continental a este novo “ministério das colônias”, conjuntamente com outras entidades e compromete-se a participar da realização do plebiscito nacional previsto para setembro próximo.

Neste contexto, o ANDES-SN encarna a essência da luta dos docentes das IES, como as atuais greves das universidades estaduais da Bahia ou da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, em defesa da autonomia universitária e de condições dignas de ensino e de trabalho. Estas lutas dão continuidade às combativas greves das universidades federais e das estaduais do Paraná, Paraíba e do Rio de Janeiro, em 2001, das paulistas, em 2000 e da estadual do Rio de Janeiro nesses dois anos. A comunidade universitária continua em pé de luta porque sabe que está em jogo o destino do povo e da nação.

O ANDES, que adotou por nome o da cordilheira que constitui a espinha dorsal de nossa Pátria Grande, ocupa seu lugar na luta contra a Alca; pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores; pela universidade e a educação públicas, gratuitas, laicas e de qualidade; contra o FMI e pelo não pagamento da dívida externa; pela unidade com os povos da América Latina e a solidariedade a todos os povos do mundo (em especial, nesta hora, ao povo palestino); pela sociedade sem exploradores nem explorados – o socialismo. Transformar a sociedade e a educação é a mesma luta.

44º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Florianópolis (SC), 21 a 23 de junho de 2002.

## CARTA DE BELÉM

O 45º Conad – Conselho do ANDES-SN realizou-se em Belém (PA), no período de 1º a 3 de novembro de 2002, poucos dias após as eleições presidenciais e em uma região estratégica para os que lutam por uma nova sociedade libertada das imposições do capital.

Os delegados e observadores presentes ao 45º Conad não apenas registram a importância histórica da eleição do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo do proletariado, num país marcado pela discriminação e pelo preconceito mas, acima de tudo, sublinham a vitória imposta pelo povo trabalhador aos que, no Brasil, representam e aplicam os planos destrutivos do capital, em especial, o receituário do FMI. Tal fato, além de revestir-se de importância para a vida nacional, tem desdobramentos políticos em escala continental e mundial.

O fato de a sociedade brasileira ter rejeitado os programas neoliberais do FMI, do BM, da OMC e de seus aliados internos, representados e coordenados por FHC e sua equipe, é a maior demonstração da maturidade política do povo que recusou claramente as seduções do poder instituído para propor uma nova

forma de sociabilidade. Ao fazê-lo, a sociedade brasileira constituiu um campo novo de desafios e possibilidades que requerão das organizações e dos militantes do campo popular uma capacidade estratégica de pensar as formas de mobilização dessa imensa energia liberada para construir as políticas necessárias à reconstrução nacional e à liberação do trabalho face às determinações do capital financeiro.

Desafios e possibilidades que exigirão de todos nós a afirmação das soluções necessárias dos graves problemas nacionais, com base nas reivindicações históricas levantadas pelos movimentos sociais como, também, a elaboração coletiva e democrática de alternativas. Este novo governo está colocado diante de restrições econômicas criadas pela submissão do Brasil à ordem do capital financeiro internacional, num momento em que o endividamento externo e interno é o maior já registrado em nossa história. Não desconhecemos que a construção de uma alternativa popular despertará, nacional e internacionalmente, as reações dos que buscarão manter o Brasil dentro da ordem estabelecida. Mas, na medida em que se tornem concretas as aspirações daqueles que o elegeram, o novo governo angariará, no Brasil e no mundo, o apoio dos trabalhadores e dos povos. Somente a mobilização das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais poderá garantir que as expectativas reveladas pelo processo eleitoral se transformem, de fato, em elementos de libertação real da nação e dos que nela trabalham. Devemos intervir neste processo na perspectiva internacionalista de unidade dos trabalhadores. Sem dúvida alguma, o Brasil estará sendo acompanhado de perto não apenas pelos organismos internacionais, mas, e isso é decisivo, pelo conjunto dos trabalhadores em escala internacional. Nos anos 1960, dizia-se que para onde pendesse o Brasil, penderia a América Latina. Hoje isto também é verdade. O caminho da ampla mobilização é a forma pela qual poderemos



atuar no sentido de dar nossa contribuição decisiva para que esta experimentação histórica se concretize na perspectiva libertadora. Se, pelo contrário, imaginarmos que a automaticidade na política garantirá o êxito desse processo, estaremos colaborando fortemente para a frustração das aspirações populares.

No momento atual, é oportuno lembrar que, com a oposição clara ou velada dos meios de comunicação, sem a participação da maioria dos partidos, sem qualquer apoio governamental, 11 milhões de brasileiros disseram não à Alca e à entrega de Alcântara. Recusaram o aprofundamento da subordinação nacional ao imperialismo. Impõe-se, agora, a necessidade da realização de um plebiscito oficial. É nessa direção que o resultado das eleições ganha a dimensão da continuidade da luta.

Dizer não às relações econômicas internacionais subalternas e à política de guerra que atacam a soberania das nações e impõem à classe trabalhadora a perda de direitos e conquistas significa defender os serviços públicos, a universidade pública gratuita, laica, socialmente referenciada e a Previdência pública, ameaçada pelas pretensões da iniciativa privada de obter lucros fáceis, certos e rápidos à custa do sacrifício dos trabalhadores.

O enfrentamento, no próximo período, das políticas privatizantes e reacionárias de Estado significa não abrir mão das reivindicações; não admitir nenhuma solução que implique mais perdas ou abandono dos métodos de luta do sindicato; não compactuar com o cumprimento de acordos firmados com o FMI que inviabilizam a concretização de medidas para atender a pautas de reivindicação e que comprometem os serviços públicos, condenando à miséria milhões de trabalhadores. Mantermo-nos coerentes com o programa de luta do ANDES-SN e com a Carta de Princípios da CUT é a forma concreta de levar à frente as aspirações da imensa maioria dos que, em 27 de outubro de 2002, votaram em Lula.

Isto implica enfrentar as consequências impostas à educação em decorrência da implementação de medidas que comprometeram os reajustes salariais devidos, o plano de carreira e o financiamento das universidades.

Significa, portanto, manter a mobilização das amplas massas, em ações conjuntas e unificadas em defesa da educação, saúde, moradia, pelos direitos trabalhistas e de auto-organização dos trabalhadores contra as privatizações e pela reforma agrária.

Para enfrentar o próximo período, imprescindível se faz a continuidade da luta. Com base nas reivindicações que historicamente defendemos. Com um sindicalismo classista, combativo, pela preservação da CUT como central sindical independente que se oriente pelos interesses dos trabalhadores. E com um sindicato que, de forma autônoma e democrática, não abdique das reivindicações e não abra mão de seus métodos de luta.

As necessidades da imensa maioria da população brasileira indicam claramente o sentido e a direção. Precisamos agora dar à ideia de mudança o significado da transformação social.

Chamamos o conjunto dos docentes universitários a construir, no 22º Congresso do ANDES-SN, um novo patamar da luta em defesa da universidade e da educação públicas, e por um Brasil livre da opressão imperialista e da exploração classista.

A luta deve continuar.

45º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Belém (PA), 1º a 3 de novembro de 2002.

## CARTA DE VITÓRIA

O 46º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior reuniu-se em Vitória (ES), no período de 27 a 29 de junho de 2003, com a presença de 51 delegados e 60 observadores, representantes de Seções Sindicais, para avaliar e atualizar os eixos de luta, o plano geral e os planos setoriais e as bandeiras de lutas do sindicato e responder ao questionamento contido no tema do evento “Reforma da Previdência: o medo vencerá a esperança?” com a convicção política de que direitos sociais adquiridos não podem ser restringidos, retirados, mas sim ampliados, e que os serviços públicos, como dever do Estado, devem ser universalizados e não destruídos e privatizados, e com a confiança de que é na luta e no enfrentamento dos desafios que se conquistam as vitórias para a classe trabalhadora.

As análises da conjuntura deixaram claro que as investidas do capital contra direitos e conquistas dos trabalhadores e contra a soberania dos povos avançam pela ação do imperialismo, em todos os continentes. Da militarização do Iraque – que coloca a perspectiva da desestabilização de todo o Oriente Mé-

dio, ao “novo plano de paz” para a Palestina, caricatura dos Acordos de Oslo, à reunião de presidentes latino-americanos (Grupo do Rio), em Cuzco, que abriu a possibilidade da intervenção militar das Nações Unidas no conflito da Colômbia –, o complexo militar industrial avança com seu ímpeto contraditório de destruição das forças produtivas, buscando saídas para a crise pela força, fazendo os trabalhadores e as massas pagarem por isto por meio de uma maciça investida contra seus direitos sociais e nacionais.

A economia e a política do imperialismo se fundem com o respaldo de governos e fictícios parlamentos, como o da União Europeia, e promovem medidas que ameaçam os mais desenvolvidos sistemas de seguridade social, como os de Israel, França, Alemanha e Austrália, contra as quais reagem trabalhadores do mundo inteiro.

No Brasil, aprofundam-se e avançam rapidamente os projetos de desmantelamento da seguridade social e de privatização da Previdência pública com a possível regulamentação de fundos de pensão, caso o Projeto de Emenda Constitucional 40 (PEC 40) seja aprovado no Congresso. Fortalece-se, assim, um dos principais setores do capital financeirizado, em detrimento do direito à vida do nosso povo. Tudo isto, à custa de uma renúncia fiscal maior do que o orçamento de muitas nações.

O voto de esperança depositado no governo Lula, em outubro de 2002, não gerou, como se esperava, a reciprocidade que deveria ser traduzida pelas transformações sociais requeridas pela sociedade. Ao contrário, recompõem-se as políticas de desmantelamento de direitos, presentes nos governos de FHC, agora em um governo que aplica o contrário do que esperavam os trabalhadores que lhe deram o mandato. O balanço realizado, no que concerne à política econômica, permitiu constatar que se aprofunda a crise de desemprego – o maior índice desde

1985. A redução mínima das taxas de juros, insuficiente para as necessidades sociais e o *superávit* primário redimensionado para além das exigências do FMI, atendendo-se prioritariamente aos interesses dos credores e especuladores internacionais, com o pagamento da dívida externa e com o estabelecimento de cartas de intenções com o Fundo Monetário Internacional comprometem a soberania do Brasil. A implementação das políticas neoliberais, cujo cerne é a retirada de direitos dos trabalhadores, é viabilizada e aprofundada no governo Lula com as propostas de reforma do Estado e seus desdobramentos nas reformas previdenciária, tributária, política, sindical e trabalhista, já anunciadas em cartas de intenções enviadas ao FMI. A política econômica precedente não foi alterada, pelo contrário, foi reforçada. As reformas em curso continuarão a trazer consequências dramáticas, já acentuadas durante os dois governos de FHC: desemprego, perdas de postos de trabalho, trabalho informal e precário, destruição dos serviços públicos, ataques a direitos e conquistas dos trabalhadores.

No “*front*” externo, o presidente Lula acaba de assinar, em 20 de junho, durante sua visita aos EUA, um comunicado à imprensa, conjunto com George Bush Jr., em que assume o compromisso de “cooperar para a conclusão exitosa” da Alca, dentro do prazo previsto pelos Estados Unidos, em janeiro de 2005, confirmando a tendência à subserviência da nação, a inclusão subalterna do Brasil em relações internacionais, ações políticas autoritárias e anticonstitucionais que ameaçam o povo brasileiro e que conduzirão à miséria crescente das classes trabalhadoras. A Alca é um tratado de desregulamentação e flexibilização comercial e financeira entre a maior potência econômica, cultural, midiática, científica, tecnológica e militar – os EUA – e seus vizinhos, para enfrentar a concorrência europeia e asiática, que abre a porta para um vasto plano de colonização econômica,

política e militar da América Latina pelos EUA. O 46º Conad exige a retirada do Brasil das negociações da Alca, e a realização de um plebiscito oficial.

A reforma agrária não avança, o que tem exigido do MST lançar mão de seu tradicional instrumento de luta, a ocupação de terras, para exigir que famílias sejam assentadas e suas condições de vida digna asseguradas, ao que respondem os grandes latifundiários com ameaças de repressão ilegal e morte, anunciando-se mais uma tragédia no campo, nas proporções dos assassinatos de Eldorado do Carajás, Corumbiara e outros.

A política educacional também não está demonstrando mudanças de rumo, o que é notório na continuidade da política que institui o sistema nacional de certificação e formação continuada dos professores, na reedição do “Provão” para os estudantes dos cursos de licenciatura, e a instituição de gratificações de produtividade para professores de educação básica, de acordo com os resultados no Exame Nacional de Cursos. Tal política educacional também não se diferencia das do governo anterior em outros aspectos como o fortalecimento das IES privadas, via alocação de verbas públicas para essas IES, seja por meio de bolsas para estudantes que participarem do programa “Brasil Alfabetizado”, seja por meio de convênios com as IES privadas para formação de professores; ampliação de vagas para as IES públicas via Educação a distância, corte de 60% de verbas para IES públicas; manutenção do Provão, ENEM e SAEB; manutenção do PQI; manutenção do Decreto n. 2.208 e da Lei n. 9192/95 – de escolha de dirigentes. Com a aprovação da reforma da Previdência, será decretado um ataque frontal à universidade, que vem lutando, nos últimos anos, contra a Lei do Emprego Público, contra a sua privatização, contra os baixos investimentos.

A isto o ANDES-SN responde lutando e atualizando, divulgando, difundindo a sua proposta para a universidade brasi-

leira, na qual a defesa intransigente da educação pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada é prioridade de nossa luta.

Frente à intransigência do governo Lula de manter tramitando a “reforma” contida na PEC 40 – que introduz definitivamente a Previdência Complementar privada e abre o caminho da privatização integral da Previdência, estabelece um vasto terreno para a rapina das seguradoras, colocando sob as perversas “leis” do mercado financeiro especulativo o presente e o futuro da classe trabalhadora –, reagimos juntamente com as demais entidades de classe, e realizamos o ato do dia 11 de junho de 2003, em Brasília, com 40 mil pessoas protestando contra a reforma e exigindo a retirada da PEC 40, como condição para negociação para ampliar direitos. Apelo ao qual o governo Lula mostrou-se indiferente, mantendo também o constrangimento imposto a parlamentares com tradição de luta e fidelidade aos interesses da classe trabalhadora.

Em carta enviada ao FMI, em 28/5/03, assinada por Antonio Palocci, ministro da Fazenda e Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, o governo brasileiro deixa evidente suas pretensões de manter estreito diálogo com o FMI e disposição para adotar medidas adicionais, conforme necessidades para atingir os objetivos de: cumprir a agenda que prevê aprovação da reforma da Previdência; aumentar a meta de *superavit* primário; assegurar a autonomia operacional do Banco Central e aprovar a nova Lei de Falências.

Nós, docentes das instituições de ensino superior brasileiras, voltamos a reafirmar nossa completa confiança de que, ao lado dos estudantes, que já declararam, no Congresso da UNE, seu apoio à luta dos docentes, ao lado dos demais trabalhadores dos serviços públicos das três esferas – municipal, estadual e federal – e também da iniciativa privada, de amplos setores da socieda-

de organizados em defesa dos direitos dos trabalhadores, junto a parlamentares, intelectuais e até magistrados, vamos barrar a reforma da Previdência, na defesa da Previdência Social pública, universal, solidária e por repartição.

Portanto, as condições políticas gerais, os atos e mobilizações realizados nos últimos seis meses, em todo o país, esclarecendo a população sobre os impactos das reformas propostas pelo governo Lula, pactuadas com o FMI, bem como as consequências das medidas de contenção de investimentos nos serviços públicos, no pífio reajuste salarial de 1% + R\$ 59,86 na política salarial, nos apontam o passo seguinte na nossa luta que representa um patamar superior do enfrentamento da política de destruição de direitos – a deflagração da greve dos servidores públicos, por tempo indeterminado, indicada para o dia 8 de julho de 2003. A esperança depositada nas urnas converte-se em convicção política para a luta em defesa de direitos e conquistas de toda a classe trabalhadora.

O 46º Conad avaliou ser necessário exigir da CUT o seu inequívoco apoio à greve, no respeito à autonomia e independência sindical, em face dos governos e dos partidos políticos, bem como do respeito à soberania das assembleias e fóruns dos servidores; posicionou-se contrário a ações que dividam a classe trabalhadora, e que tenham como objetivo enfraquecer o movimento sindical combativo, recompor práticas pelegas, corporativistas e atrasadas entre os servidores públicos, e ganhar espaços para negociações setoriais, pessoais e de interesse duvidoso junto aos governos, como a iniciativa de fundação da autodenominada Central Única dos Servidores Públicos (CUSP).

Não concordamos com a deliberação do último Concut acerca da reforma previdenciária, nem com a nota da executiva nacional que defende o teto previdenciário e a Previdência Complementar, mas nossa divergência não é motivo para semear a divisão entre os trabalhadores.



Reconhecemos a CUT como a única entidade que ainda tem condições de unificar e dirigir as organizações sindicais dos trabalhadores, na defesa e conquista de seus direitos. Por isso, chamamos a CUT a unificar os trabalhadores brasileiros, na trilha aberta pelos trabalhadores franceses, que colocaram nas ruas 3 milhões de trabalhadores contra uma reforma da Previdência, que restringe direitos e pelos trabalhadores de outros países que lutam no mesmo sentido. A CUT está chamada a ocupar seu lugar estratégico na luta sindical e cumprir as tarefas do sindicalismo classista, independente e autônomo que, na atual conjuntura, assumem um caráter necessário, urgente e vital. O papel da CUT, independentemente das diferenças de apreciação que existem entre as entidades, é o de edificar a unidade imprescindível para que se retire a PEC 40/03, apoiar e expandir a greve convocada para 8 de julho de 2003, barrar a pretensão do capital de fazer dos países endividados os financiadores da guerra e, fazer dos direitos duramente conquistados, em anos de luta, fonte de lucros do capital especulativo.

O 46º Conad do ANDES-SN reafirma a sua disposição e confiança na luta unificada dos trabalhadores contra a reforma da Previdência, pela retirada da PEC 40/2003, por negociações que garantam a Previdência Social pública, universal, solidária e por repartição e em defesa dos direitos e conquistas duramente obtidas pelos trabalhadores do setor público e privado.

Greve até a vitória! A luta é para vencer!

Todos à greve pela retirada da PEC 40.

46º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Vitória (ES), de 27 a 29 de junho de 2003.



## CARTA DE NATAL

Os 48 delegados e os 103 observadores, reunidos no 47º Conad, realizado em Natal (RN), no período de 31 de outubro a 2 de novembro de 2003, avaliaram e atualizaram o plano de lutas, eixos e bandeiras do ANDES-SN, levando em consideração os elementos centrais da conjuntura, a saber: o levante dos trabalhadores e do povo boliviano contra um governo pró-imperialista e pró-Alca, e o avanço acelerado, no Brasil, das reformas para ajustes estruturais de interesse do capital.

Após um seminário sobre as reformas trabalhista e sindical, que precedeu a abertura do evento, a análise de conjuntura deixou claro o entendimento da base do ANDES-SN sobre a caracterização do governo Lula como um governo que aprofunda os ajustes estruturais e adota medidas que ferem preceitos constitucionais e retiram direitos sociais.

A discussão do plano de lutas do sindicato reafirmou a justiça das reivindicações do Movimento Docente, que luta por uma pauta em que se destacam a defesa dos salários e da carreira, dos direitos sindicais, dos serviços públicos de qualidade, da seguridade social, da educação pública com garantia de dotação

orçamentária adequada às necessidades dos trabalhadores e do povo. A avaliação destacou também a relevância social e política da inserção do ANDES-SN na luta unificada dos servidores públicos e o papel estratégico que desempenha no conjunto do movimento sindical e popular, em uma conjuntura onde a censura velada, a cooptação, a perda da autonomia e independência das organizações da classe avançam de maneira avassaladora. Organismos, a exemplo da CUT, não podem ser destruídos pelos interesses manifestos do capital e dos governantes, sem que ocorra um aprofundamento no combate a sua destruição. Este combate implica enfrentamento de políticas que, aplicadas pela direção da Central, levam ao reforço dos interesses das classes dominantes em detrimento das reivindicações dos trabalhadores. Tal atitude dissemina a divisão e leva à derrota. A ela responderemos com unidade fundamentada no embate pelo atendimento das reivindicações dos trabalhadores e na manutenção dos fundamentos da CUT: autonomia, independência e democracia.

A Central Única dos Trabalhadores está chamada a desempenhar seu papel historicamente afirmado de defesa das reivindicações dos trabalhadores. Assim, decidimos não participar de fóruns do governo que, pretensamente tripartites, constroem falsos consensos entre trabalhadores, capital e governo. Se os fóruns tripartites, em governos anteriores, configuravam-se como desvantajosos, colocando patrões e governos contra os trabalhadores, hoje nos confrontamos com o agravante de que os organismos de luta estão sendo cooptados para desempenharem papel de coadjuvantes no aprofundamento de políticas destruidoras de direitos.

Pretende-se, com isso, diluir a força dos sindicatos na defesa das reivindicações, em fóruns governamentais ou não governamentais, facilitando ao capital a sua tarefa de manter seus lucros absurdos à custa de perdas de direitos duramente conquistados

pelos trabalhadores. No campo da educação, os exemplos de cooptação proliferam, basta observarmos as estratégias para implementar o sistema de certificação de professores, a nomeação autoritária da comissão interministerial para a reforma universitária, a proposta verticalista do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Por outro lado, a mesa específica – MEC e movimento sindical universitário – não avança na medida do necessário e do urgente. No concernente à Mesa Nacional de Negociação Permanente, após dez meses do governo Lula, o Orçamento da União e o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA) não traduziram em leis as reivindicações do Movimento Docente e dos servidores públicos em geral. Para o governo Lula, o urgente é manter os acordos com o FMI, que impõem, nas negociações, metas de *superavit* primário à custa da contração dos gastos sociais e do arrocho salarial dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral, de forma a assegurar recursos da sociedade para os credores; políticas monetárias que reduzem consumo e investimentos, forçando políticas de exportação para gerar os dólares necessários à “solvência externa”; plena liberdade de movimentação do capital para que as transferências ao exterior não enfrentem obstáculos; privatização dos bancos estatais; privatização da Previdência pública; privatização dos serviços públicos e da universidade pública. A Alca, que o imperialismo ianque tenta impor com a anexação das nações latino-americanas, é o corolário dessa política.

Isso significa, na avaliação do 47º Conad, que temos pela frente um período de grande embate e de muita mobilização e organização. Significa a necessidade da intensificação da luta em prol da solidariedade internacional dos trabalhadores, e da aliança entre os povos da América Latina contra a pilhagem imperialista que trará, como consequência, a destruição das nações de nosso continente. Esse embate coloca como central a solida-

riedade ativa com a luta emancipadora do povo boliviano. Levárá ao avanço nas iniciativas contra a Alca para barrá-la; à defesa intransigente da não assinatura pelo governo Lula de um novo acordo e do rompimento com o FMI; à defesa firme da não punição daqueles que se mantêm coerentes com a luta da classe trabalhadora; à exigência da libertação imediata de presos políticos que defendem a reforma agrária dos trabalhadores e ao avanço da conscientização das bases para barrar reformas reacionárias e exigir que as reivindicações sejam atendidas.

Às reformas sindical e trabalhista com as quais, ao lado de redução de direitos, o governo objetiva regular as formas de organizações dos trabalhadores, responderemos com a luta em defesa dos direitos e conquistas, previstos na legislação, com a reafirmação da plena liberdade e autonomia sindical e com a unidade das organizações sindicais.

A conjuntura aponta para um período que exigirá maior ousadia na luta em defesa da universidade e da educação pública, laica, gratuita, de qualidade socialmente referenciada, pela autonomia e liberdade sindical, contra o pagamento da dívida externa, pelo rompimento das negociações para implementar a Alca e pelo atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

O ANDES-SN como sindicato classista, autônomo e de luta coloca-se à altura desse desafio.

47º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Natal (RN), 2 de novembro de 2003.

## CARTA DE ARACAJU

Reunidos no 48º Conselho do ANDES-Sindicato Nacional – Conad, os delegados de 44 Seções Sindicais, um delegado da Secretaria Regional Leste, 85 observadores e três convidados examinaram a conjuntura nacional e internacional e atualizaram o plano de lutas do sindicato.

O momento atual está marcado por contradições sociais brutais. Por um lado, o governo privilegia o pagamento da dívida externa e, por outro, é crescente a miséria e o desespero das mais amplas camadas da sociedade. A política de corte dos recursos públicos repercute globalmente sobre os serviços públicos federais e, em particular, sobre os orçamentos dos estados, restringindo o financiamento das IEES. O crescimento da violência, a ampliação da miséria e a criminalização, por parte do governo, dos movimentos sociais organizados vêm abrindo o espaço tanto para a impunidade dos dominantes, quanto para a tentativa consistente e consciente de desmobilização das formas organizativas das classes trabalhadoras.

Em nome da construção de um *superavit* primário e de uma pretensa estabilidade econômica, o governo leva à cena política a

farsa de que o aumento do salário-mínimo quebraria os estados e os municípios. A inflação continua a corroer as condições de vida da população e, nesse momento, o governo anuncia que irá vetar um reajuste de pouco mais de dois reais por dia e pratica, simultaneamente a isso, a liquidação da educação e da saúde públicas, punindo os trabalhadores de forma extremada.

Assistimos a uma sucessão de escândalos (o caso Waldomiro, os vampiros, que se atualizam neste governo etc). Após afirmar que recebera uma herança maldita, o governo mantém e aprofunda a política econômica dos governos anteriores. A política dos dominantes é transformada em uma ação administrativa pela supressão real da sociedade pelo Executivo que, armado das MPs, comanda e impõe sua vontade. Nega-se, na prática, o que se afirma discursivamente: a democracia e a cidadania.

Em um único processo, o governo tenta desorganizar os trabalhadores, seja do serviço público seja do setor privado, e busca sua legitimação nas formas de uma falsa democracia participativa. Isto está claramente esboçado no pretense debate com a sociedade sobre as chamadas reformas. Reformas que sequer merecem esse nome, pois nada mais são do que a pura retirada dos direitos dos trabalhadores em nome da amplificação da liberdade de acumulação capitalista. Caricatura da democracia participativa que é exemplarmente construída a pretexto da reforma universitária. Os governantes dizem que estão dialogando com a sociedade quando, na verdade, legislam por Medidas Provisórias (MPs) ou por Projetos de Leis (PLs), em um parlamento onde têm uma maioria construída a partir de formas pouco ortodoxas (liberação de recursos para parlamentares, por exemplo, como nos governos anteriores). Na proposta-imposição da reforma universitária, a pretexto de consultar os movimentos sociais, o governo busca criar contradições no interior desses movimentos sociais para melhor reinar por meio das chamadas audiências



públicas do MEC. Altera-se, também, a natureza dessa figura institucional. O governo conversa com a sociedade, mas determina quem é a sociedade usurpando desta suas formas autônomas de organização. Faz debates em que é eliminado o contraditório e caracteriza como vontade da sociedade as respostas dadas por aqueles que ele próprio escolheu. Essa grosseira manipulação segue-se a outras: a compra de vagas ociosas das escolas privadas (o PROER da Educação), quando se tem documentos e informações suficientes para comprovar que os formados pela universidade pública adquirem melhor formação/qualificação a custos menores. O governo finge atender às necessidades dos movimentos que reclamam uma possibilidade maior de acesso à universidade os lançando nos piores cursos das escolas privadas.

O combate a essa contrarreforma faz-se cotidianamente na imensa quantidade de debates e ações sobre ela, muitos deles promovidos pelas seções sindicais em conjunto com a comunidade acadêmica e na movimentação dos estudantes. Encontros como os das executivas de cursos, fóruns das públicas, encontro nacional do Rio de Janeiro e o estadual do Rio Grande do Sul comprovam a movimentação e a organização estudantil autônoma.

No campo geral das políticas estatais, verificamos um crescente sucateamento e degradação das políticas públicas indispensáveis para o atendimento real das necessidades da imensa maioria da sociedade.

Para tornar tudo isso possível, faz-se necessário, ao governo, destruir a organização livre dos trabalhadores. Esse é o real significado da reforma sindical que o governo, com a colaboração da direção majoritária da CUT e das demais centrais, busca impor às classes trabalhadoras. A eliminação da liberdade e autonomia sindicais torna-se cada vez mais uma necessidade para que a acumulação capitalista se realize com um máximo de eficácia. A precarização do trabalho, os bancos de horas, a demis-

são imotivada são mecanismos clássicos que, se passar a reforma, terão campo livre para ampliar a repressão sobre as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras. A pretexto de dar legalidade às centrais sindicais subtraem-se os direitos dos sindicatos de base. Cria-se a possibilidade da imposição, por lei, do sindicato orgânico, proposta que a direção majoritária da CUT jamais conseguiu fazer implementar pela base das categorias que representa. Com esse mecanismo, as direções das centrais tornam-se mediadoras da relação Estado-patronato-classe trabalhadora com a vantagem de não necessitar consultar suas próprias bases.

Em face disso, os trabalhadores vêm construindo formas de resistência (Conlutas, Celutas, fóruns estaduais de lutas e outras organizações de mesma natureza) e colocam a questão central da relação com a direção da Central. A demonstração dessa resistência foi dada pela marcha em Brasília, quando milhares de trabalhadores e membros dos movimentos sociais afirmaram em alto e bom-tom que a proposta governamental encontrará nossa resistência. Atos importantes ocorreram nos estados nesse mesmo sentido. Aqui não há como tergiversar: ou lutamos ou hipotecamos o futuro das classes trabalhadoras e da nossa sociedade. O 48º Conad aponta como tarefa o protagonismo do ANDES-SN na unificação dessas iniciativas como condição para a organização da classe frente à ofensiva do capital. A questão da democracia dos trabalhadores – a recusa de grande maioria do movimento em tornar-se correia de transmissão do governo – está colocada com clareza para nós que iremos decidir no próximo congresso (ou em um congresso extraordinário) qual deve ser a nossa forma de defesa dos trabalhadores. Faremos cuidadosamente esse debate e nos posicionaremos com clareza.

Ainda sobre as políticas governamentais de desmonte e transferência dos serviços públicos para o capital, cabe destacar as

reações, nos estados, contrárias ao arrocho orçamentário das IEES. O Conad discutiu o tema e declarou irrestrito apoio às greves da Universidade Estadual do Piauí e das universidades estaduais de São Paulo. Também reconheceu como necessária a mobilização dos professores como forma de impedir o aprofundamento das políticas que reduzem os recursos públicos para as universidades públicas, como acontece com as universidades estaduais do Paraná.

No que se refere aos docentes das instituições privadas, o sindicato deliberou pela publicação do Caderno de Denúncia das Mantenedoras do sistema privado de ensino superior, onde existem as formas mais repressivas de impedimento da organização sindical. Repressão que se dá também pelas formas de contratação dos trabalhadores, de ataque à qualidade do ensino pelo privilegiamento da mercantilização, a demissão imotivada etc. Defrontamo-nos com um sistema punitivo em que os trabalhadores do ensino superior ficam praticamente reféns da vontade patronal. Urge afirmar que educação é uma concessão de serviço público e um espaço estratégico de elaboração de projetos estratégicos para a nossa sociedade.

Sobre a situação dos docentes das instituições federais, o Conad denuncia a ação protelatória e de não negociação da questão salarial. Estamos em junho e, até o momento, o governo não fez, de fato, nenhuma negociação. Muitas reuniões, pouca decisão. Por isso, o Conad deliberou por dar um prazo (até o dia 25 de junho) para que o MPOG responda à proposta do sindicato. Decidiu também apresentar um indicativo de greve para a primeira quinzena de julho. Os docentes das IFES deverão realizar uma rodada de assembleias, de 28 de junho a 2 de julho, para avaliar o andamento das negociações, o indicativo de greve e propostas de datas para deflagração da greve. Finalmente, o setor irá reunir-se no dia 3 de julho para examinar o resultado

dessas assembleias. Este procedimento democrático permitirá ao sindicato afirmar a vontade dos seus membros e construir a resposta necessária aos desafios colocados para a categoria.

O sindicato se posicionou pelo retorno imediato das tropas brasileiras presentes no Haiti e denuncia o governo pelo desrespeito ao direito de autodeterminação dos povos.

O Conselho deliberou: lutar contra a implementação das diretrizes da reforma universitária, a partir das propostas verbalizadas por Tarso Genro que atualizaram as do ex-ministro Cristovam Buarque; lutar pela revogação da Lei n. 10861; lutar por um projeto nacional de avaliação de caráter democrático, autônomo, qualitativo e não produtivista a partir do projeto do sindicato para a universidade brasileira (Cadernos ANDES n. 2); lutar contra o processo de privatização e de precarização. O Conselho deu ênfase ao processo de capacitação docente e à necessidade de o governo prover os recursos necessários para tal finalidade. Sem isto, não há universidade que possa responder à função de criadora/estimuladora de um pensamento crítico-estratégico que possa pensar um país sob a perspectiva da soberania popular.

Organizar, resistir, construir, mais que uma tarefa, é o nosso compromisso!

48º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Aracaju (SE), 20 de junho de 2004.

## CARTA DE BRASÍLIA

O 49º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Brasília de 5 a 7 de novembro de 2004, reuniu 57 delegados de 61 seções sindicais, um delegado da Secretaria Regional Leste, 92 observadores e dois convidados, e procedeu à análise da conjuntura nacional e internacional para atualizar o plano de lutas do sindicato.

No plano internacional, o quadro caracteriza-se pelo aprofundamento das tendências financistas e da monopolização do capital em luta pela ampliação de seu processo de valorização. A intensificação da ação imperialista visa ao estabelecimento de condições para a ampliação, sem controle, da apropriação da riqueza socialmente produzida em todo o mundo. O capital comanda a destruição de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores em diversos países e regiões e a integração nos processos produtivos de todo tipo de contratação, com a sobrevivência de fortes barreiras aos movimentos organizados dos trabalhadores. Mas o quadro internacional também se caracteriza pelo recrudescimento da luta anti-imperialista, da resistência iraquiana, da intifada palestina, da mobilização da América

Latina. Nos próprios centros imperialistas, a classe operária e os oprimidos lutam crescentemente, em especial na Europa.

O domínio das relações sociais capitalistas e a integração dos trabalhadores à ordem imposta exigem um alinhamento político dos governos nacionais às demandas do capital determinadas pelos organismos internacionais e por acordos bilaterais. Os governos de centro-esquerda, que dizem objetivar a humanização do capital, apenas reforçaram e continuam a intensificar a subordinação dos trabalhadores de seus países à ordem do capital. É o que faz o governo Lula, no plano nacional e internacional.

O 49º Conad repudia veementemente as ações governamentais que cumprem receituário dos organismos internacionais. Repudia a pretensa reforma universitária em curso, que, por meio de medidas provisórias, busca consolidar alterações na estrutura da universidade brasileira, de forma desrespeitosa e antidemocrática, com prejuízo para a universidade pública e gratuita. Repudia o favorecimento despudorado às empresas de educação com as isenções fiscais e o financiamento para expansão de vagas no ensino superior, o que é agravado pela insistência do governo em fazer aprovar o projeto de lei das parcerias público-privadas (PPP), que amplia o processo de privatização.

Repudia as investidas desse governo contra os trabalhadores atualizadas pela proposta de lei chamada de reforma sindical, prestes a ser enviada ao Congresso. Essa proposta de liquidação dos direitos sindicais, gestada no Fórum Nacional do Trabalho, longe de favorecer os trabalhadores, estabelece novos parâmetros burocráticos que visam cercear ao máximo os trabalhadores na sua organização, sobretudo quanto à autonomia e à independência dos sindicatos, disciplinando o direito de greve, praticamente extinguindo-o.

Os docentes analisaram a sua relação com a CUT, avaliaram e se posicionaram pela indicação às seções sindicais da discussão sobre a desfiliação da Central, para deliberação no próximo Congresso, considerando que a Central há muito se desviou dos princípios que orientam a sua criação e que está hoje atrelada ao governo, gestando uma política contrária aos interesses dos trabalhadores. Foi assim na aprovação da reforma da Previdência, tem sido assim nas investidas contra os servidores públicos e, agora, culmina com a reforma sindical.

O 49º Conad reafirma o objetivo de buscar a inserção nas lutas dos trabalhadores, juntamente com os movimentos combativos e classistas, ao exemplo da Conlutas, contra as reformas, que têm uma única matriz – a dos dominantes, e se prepara para enfrentá-las e barrá-las.

O 49º Conad aprovou o calendário de lutas do sindicato para os próximos meses, que inclui a realização de intensa movimentação em todos os estados, com a realização de debates e encontros sobre as reformas sindical e universitária, a paralisação nas universidades no dia 11 de novembro, culminando com uma grande marcha a Brasília, no dia 25 de novembro, para demonstrar o repúdio às reformas e exigir o respeito aos trabalhadores e à universidade pública brasileira.

O 49º Conad, diante das investidas do governo contra os movimentos sociais e a universidade, reafirma o ANDES-SN como o espaço de expressão da unidade democrática e o instrumento de luta do Movimento Docente. Instrumento que expressa e potencializa as diferentes posições produzidas na multiplicidade de experiências, lutas e práticas dos setores das IFES, IEES E IPES, que compõem sua ampla base nacional.

O 49º Conad denuncia e repudia a prática do paralelismo sindical, largamente estimulada pelos patrões, para enfraquecer a luta dos trabalhadores tentando desestabilizar suas formas

organizativas constituídas historicamente, prática esta utilizada pelo governo como forma de antecipação da reforma sindical para debilitar as organizações dos servidores públicos.

O 49º Conad reafirma que nunca, como hoje, as lutas contra as reformas universitária, sindical e trabalhista estiveram tão associadas à vontade dos trabalhadores organizados. Juntar essas lutas, criticar e lutar para inviabilizar os processos de destruição da nossa sociedade é a palavra de ordem, nosso norte de intervenção social. Temos que superar as perspectivas de categorias que tendem ao particularismo para assumirmos a visão estratégica de classe e assim construirmos uma sociedade contra esta ordem, a favor da hegemonia dos trabalhadores sem explorados nem exploradores – o socialismo.

49º Conad do ANDES-SN  
Brasília (DF), 7 de novembro de 2004.



## CARTA DE FORTALEZA

Os docentes das Instituições de Ensino Superior reuniram-se em Fortaleza (CE), de 15 a 17 de julho de 2005, no 50º Conad do ANDES-SN. Os 56 delegados e 136 observadores refletiram detidamente sobre a conjuntura internacional e especialmente sobre a grave crise na conjuntura nacional, de modo a desenvolver as ações mais adequadas para intervir na realidade social.

Constataram que o cenário mundial evidencia a continuidade das ações criminosas do capital contra os trabalhadores e as populações militarmente dominadas. Continuam as agressões que segregam os palestinos, destroem o Iraque e dizimam milhões de africanos, ações imperialistas de longa data que eliminam inúmeras comunidades transformadas em veios inesgotáveis de uma exploração desumana.

Na América Latina, tratada como “condomínio especial dos EUA”, avança a implantação do controle por meio de bases militares e “acordos de cooperação”, ontem na Colômbia e no Equador, hoje no Paraguai. O governo Chávez, tido como inimigo porque além de aliado de Cuba se recusa a estar sob o manto dos EUA, sofre a ameaça da desestabilização financiada pelo capital

estadunidense. A Amazônia vai sendo, pouco a pouco, cercada e preparada para o controle ianque, com a aquiescência passiva da autoridade brasileira, tão pródiga em assumir uma política externa de interesse imperial quanto à política interna em subsumir a lógica do capital.

Na crise brasileira, o escândalo da corrupção desnuda os instrumentos utilizados pelo capital para garantir a influência e o controle sobre as economias subalternas e dependentes e a hegemonia das classes dominantes pelo tráfico de influência, a troca de favores e as concessões. Somente isto pode explicar a aprovação de medidas contrárias aos trabalhadores – envolvendo patentes, inovação tecnológica, Previdência Social, Parceria Público-Privada (PPP), sem esquecer as que estão sendo encaminhadas ao parlamento: a reforma sindical e trabalhista e a reforma universitária. Essa trajetória teve início com o governo de Collor de Mello, se acentuou com FHC, e foi aprofundada por Lula da Silva.

Os efeitos das denúncias de corrupção envolvem o governo, partidos e congressistas. Iniciadas pela direita, imobilizaram o governo e visam a torná-lo refém da sua própria estratégia de aliança com o capital. O governo inclina-se mais e mais contra os interesses populares ao aprofundar a política de cooptação e colaboração de classes, integrando de vez a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no governo com a nomeação de Luis Marinho como ministro do Trabalho.

Diversos movimentos sociais assinaram uma “Carta ao povo brasileiro: contra a desestabilização da política do governo e contra a corrupção, por mudanças na política econômica, pela prioridade aos direitos sociais”. Esse documento não foi assinado pelo ANDES-SN porque defendemos intransigentemente a autonomia do movimento sindical e social em relação ao governo. O ANDES-SN tem clareza de que o projeto do governo

faz parte integrante da aliança com o capital, sob o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os que argumentam que há conspiração de direita contra Lula se esquecem de que o governo Lula não encabeça um projeto de mudança progressiva, mas de regressão social e histórica no Brasil.

São inaceitáveis um governo e um regime político dominados pela corrupção. O movimento docente envidará todos os esforços no combate a todas as propostas e procedimentos que aviltem a população e achincalhem a nação, defendendo um projeto democrático e de igualdade social para todos os trabalhadores brasileiros.

O 50º Conad, com base nesta análise, atualizou o plano de lutas do sindicato aprovado no 24º Congresso. Considerou extremamente grave o quadro da educação superior no Brasil e reiterou os seus eixos de luta para garantir o futuro da educação superior, o financiamento público, a democratização de acesso, a assistência estudantil, a regulamentação do setor privado, a autonomia e a gestão democrática, contidos na proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira.

Ciente da complexidade desse quadro e considerando ser importante responder a essa conjuntura, o 50º Conad deliberou que o ANDES-SN reafirme o seu projeto de universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, de modo a dialogar com os movimentos sociais, populares e entidades ligadas à educação no sentido de contraposição ao projeto privatizante do governo; que o ANDES-SN elabore um projeto de lei que contenha os eixos, princípios, concepções e as propostas para a educação superior, já discutidas e deliberadas nas instâncias do sindicato; que o ANDES-SN encaminhe para as assembleias das seções sindicais a discussão do envio de PL para o parlamento e a sociedade, a ser apreciado em Conad extraordinário a ser convocado pela diretoria. O 50º Conad rea-

firmou o princípio básico do movimento docente de continuar trabalhando democraticamente no contraponto da proposta autoritária do governo.

O ANDES-SN deverá envidar todos os esforços buscando aglutinar as entidades, movimentos sociais e estudantis, para resistirem a essas ações do governo e para defenderem a universidade pública e um projeto emancipatório de educação para o país.

O 50º Conad reconheceu e saudou a luta dos docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES). Em vários estados, a luta recrudescerá firme e intransigente na defesa da universidade pública e gratuita. No estado de São Paulo, essa luta conseguiu obter mais recursos para a educação e para as universidades em especial. Na Bahia, há mais de 60 dias todas as Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior estão em greve na luta por melhores condições de trabalho e por verbas para a universidade. Apesar de estarem com salários cortados, a luta não esmorece e a insensibilidade governamental será vencida. Essa firmeza e resistência dos docentes baianos é um exemplo de coragem na luta pela universidade pública e gratuita. No Ceará, a universidade estadual esteve em greve por 57 dias, com a intervenção policial, ameaças de demissões de dirigentes docentes e estudantis e inúmeros percalços. O resultado da resistência dos cearenses foi um salto qualitativo na organização de fóruns comuns de deliberações e ações conjuntas de docentes e estudantes. E a lição: para avançar é preciso lutar! Além de discutir essas experiências das quais o ANDES-SN partilhou e ajudou a construir, o Conad aprovou a viabilização financeira do 2º Encontro Nacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior que será fundamental para aprofundarmos questões como financiamento e autonomia universitária.

Para o setor das particulares, o 50º Conad avaliou ser fundamental continuar a luta por melhores condições de salário e

de trabalho e consolidar este setor no sindicato. O ANDES-SN continuará a investir nesse setor, não abrindo mão da sua importância na construção da universidade brasileira. Nesse sentido, o 50º Conad aprovou o financiamento do 3º Encontro Nacional das Instituições Particulares de Ensino Superior que permitirá a participação de docentes de diversas partes do país. Nesse Encontro, serão problematizadas as dificuldades enfrentadas na organização dos docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES) de modo a traçar estratégias para a expansão do setor. O 50º Conad reafirma: o ANDES-SN não abrirá mão da luta contínua em defesa dos professores e do enfrentamento cotidiano contra o autoritarismo e os desmandos perpetrados pelos donos dessas instituições.

O 50º Conad considera que para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a hora é de decisão. O governo federal vem há tempos tratando os servidores públicos federais de forma depreciativa e desrespeitosa. O anúncio de um reajuste de 0,1% para os servidores públicos federais desrespeita os que trabalham no serviço público, assim como a população que necessita desses serviços. As ações do governo permanecem na linha de construir o Estado mínimo, favorecendo a privatização de setores públicos fundamentais para a população, como a saúde e a educação. Os docentes devem manter a articulação de suas lutas com os demais servidores públicos federais por meio da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), na perspectiva da luta conjunta e articulada para conquistar e defender seus direitos.

O quadro de deterioração salarial é aviltante. Professores recebem ganhos maiores de gratificação do que salariais. Há um ano, houve “reajuste” da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). E pouco tem avançado as negociações para a sua extinção. Agora, o governo anuncia que as perspectivas de modifica-

ções salariais ficam somente para 2006. O 50º Conad indicou às seções sindicais a greve nacional dos docentes das IFES para a 2ª quinzena de agosto com os seguintes eixos: valorização do trabalho docente e defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES.

O 50º Conad avaliou como importantes os esforços que vêm sendo realizados pela categoria para a construção da carreira docente única dos professores de 1º e 2º graus e do ensino superior e considerou que são muito significativas as ações conjuntas que vêm sendo feitas articuladamente com outras entidades da educação pública federal.

O 50º Conad alertou também que, nesta conjuntura de crise na qual ninguém pode permanecer alheio, não se pode ficar restrito aos limites das reivindicações específicas, pois essas têm conexão mais do que nunca com o marco político e econômico geral; os rumos do Brasil, da educação e da universidade pública, dependem inexoravelmente da ação independente do movimento de massas.

Na mesma perspectiva, o ANDES-SN deve contribuir para fortalecer uma política autônoma para o movimento dos trabalhadores urbanos e rurais e da juventude. Impulsionando nossa luta específica, devemos convocar todos os movimentos sociais a romperem com o governo Lula, aprofundando o debate na base desses movimentos e com toda a sociedade.

O fortalecimento da unidade dos movimentos que ousam contestar o modelo econômico em curso é a resposta à tentativa de isolamento que tentam nos impor. Ao lado desses movimentos, devemos insistir que a “defesa da ética”, marco no qual se pretende fechar a reação popular contra o espetáculo escancarado da monumental corrupção política, deve ser colo-

cada em termos de luta anti-imperialista e contra o capital: não haverá ética nem democracia num país em que os corruptores, em primeiro lugar o grande capital financeiro, continuem a se apropriar privadamente da riqueza social produzida pelos trabalhadores.

Por isso o ANDES-SN participará também da Marcha a Brasília convocada pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) para o dia 17 de agosto próximo e continuará participando dos fóruns estaduais e nacionais de luta em defesa dos serviços públicos, aliando-se aos movimentos sociais e a todos aqueles que se opõem às políticas do governo que retiram direitos e conquistas dos trabalhadores.

Hoje, mais do que nunca, nesta hora crucial para o Brasil, o ANDES-SN ocupa seu lugar na trincheira de luta comum de todos os trabalhadores brasileiros, em defesa da soberania nacional e do socialismo. O 50º Conad chama as direções sindicais e dos movimentos sociais a se posicionarem de modo autônomo em defesa da independência de classe e das conquistas e direitos dos trabalhadores; saúda o combate de nossos irmãos de classe, na América Latina e no mundo todo, para opormos uma frente comum de luta ao imperialismo capitalista, destruidor de povos, nações e culturas.

O 50º Conad proclama:

Fora a corrupção e a exploração capitalista e imperialista! Defendamos a universidade e a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada! Unifiquemos os trabalhadores brasileiros na luta por políticas de independência classista!

50º Conad do ANDES-SN  
Fortaleza (CE), 17 de julho de 2005.





## CARTA DE BRASÍLIA

Os docentes das instituições de ensino superior brasileiras, reunidos no 6º Conad extraordinário, ocorrido em Brasília nos dias 20 e 21 de agosto de 2005, consideraram que a atual conjuntura política nos pôs diante de uma série de questões de extrema gravidade política. Por um lado, a chamada “crise da corrupção” questiona abertamente a capacidade do governo em continuar levando adiante a sua agenda política. Por outro lado, nos defrontamos também com as tarefas de organização da luta imediata e da construção de instrumentos necessários para a ampliação do enfrentamento com a tentativa governamental de destruição da universidade pública brasileira.

A avaliação dessas questões não se fez a partir de uma visão limitada e corporativista. Os docentes trabalharam na compreensão da necessidade da perspectiva de classe diante dos problemas graves que afetam a nação e da formulação de um denso procedimento de construção, com as demais entidades educacionais, da defesa e ampliação da educação como direito de todos e dever do Estado.

Em tempos recentes, em dois momentos, os docentes expressaram a sua disposição de luta, assim como o papel de protago-

nista do ANDES-SN no embate contra o projeto neoliberal do governo e seu aprofundamento. Os docentes participaram da grande marcha a Brasília do dia 17 de agosto, organizada pela Conlutas. Em conjunto com outros movimentos sociais, manifestaram seu repúdio às reformas neoliberais do governo Lula, expressaram a sua firme vontade de luta contra todas as políticas em curso e exigiram a apuração e o julgamento dos responsáveis pela apropriação privada dos recursos públicos em benefício de uma pretensa governabilidade que não apenas destrói os direitos sociais, mas também busca quebrar a resistência popular. À marcha seguiu-se o Encontro da Conlutas, no qual foram definidas as tarefas conjuntas para o enfrentamento da grave crise nacional com um programa de luta dos trabalhadores.

Em outro momento importante, os docentes do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do ANDES-SN definiram seu processo de luta salarial. Dez anos de arrocho e compressão das condições de trabalho, dos recursos para as instituições públicas e de penalização da luta dos trabalhadores vinculados à esfera estatal exigem a mobilização de todos e o trabalho conjunto com outros sindicatos também vitimados pelas políticas governamentais.

Os docentes das IFES deliberaram indicar a greve nacional para o dia 30 de agosto. No processo democrático de deliberação, o indicativo será enviado à decisão das assembleias gerais de nossas seções sindicais. A greve sairá pela vontade do conjunto da militância. Nela e durante ela, iremos aprofundar as decisões sobre os instrumentos definidos neste Conad para a defesa da universidade pública.

Nesse contexto, o 6º Conad extraordinário do ANDES-SN fez o debate sobre o conjunto de instrumentos político-institucionais que permitam desnudar a política governamental e mostrar ao conjunto da população trabalhadora onde e como vêm

sendo elaboradas a destruição e a descaracterização da universidade pública. Esse debate deverá ser travado amplamente em todos os lugares possíveis, dos movimentos sociais ao Parlamento.

Os docentes não acreditam no Parlamento como panaceia universal, nem como a via principal para a defesa e conquista dos direitos à educação pública em todos os níveis do ensino, mas pretendem travar aí, também, esse debate. Não o faremos na perspectiva de tentar emendar o projeto governamental para a universidade, a malfadada chamada “Reforma Universitária”, que abre no Brasil as portas da área de educação superior para uma maior privatização, inclusive em benefício do capital financeiro internacional.

O 6º Conad extraordinário elaborou e aprovou, nesse sentido, um conjunto de projetos de lei (PL) e emendas constitucionais (EC), que refletem os princípios de defesa da educação e da universidade públicas, gratuitas, laicas e de qualidade social concebidas e defendidas pelo ANDES-SN ao longo das duas últimas décadas, assim como os princípios e políticas contidos no Plano Nacional de Educação (PNE), proposta da sociedade brasileira.

Não se trata de uma tentativa de ganhar o voto de parlamentares de um Congresso majoritariamente desacreditado pelo “mensalão” e a corrupção escancarada, ora trazida à tona pela crise política do país. Trata-se de construir, inclusive pela intervenção no Parlamento, como arena de luta política de alcance nacional, uma proposta de intervenção dos movimentos sociais dos trabalhadores brasileiros na definição da universidade e da educação que o conjunto da sociedade exige e requer.

O desmonte do engodo governamental qualificará para esse debate. Os instrumentos acima definidos serão utilizados para impulsionar o plano de lutas do ANDES-SN em todas as frentes em que o sindicato atua, junto a outras entidades, aos mo-

vimentos sociais e ao movimento estudantil no enfrentamento com o governo, no embate parlamentar no Congresso Nacional – inserido em calendário congruente com o conjunto das mobilizações em curso, em particular a greve das IFES, com as lutas contra as reformas neoliberais do governo Lula da Silva e os desdobramentos da conjuntura.

O 6º Conad extraordinário expressou com vigor a autonomia e independência do ANDES-SN e o seu compromisso exclusivo com as lutas dos docentes por condições de trabalho, pela universidade pública e gratuita e por um projeto de sociedade igualitária, viável e possível tão somente no marco do compromisso histórico com o conjunto dos trabalhadores brasileiros e da solidariedade com os povos que lutam pela liberdade e contra o imperialismo capitalista em todo o mundo.

6º Conad extraordinário – Conselho do ANDES-SN  
Brasília (DF), 21 de agosto de 2005.

## CARTA DE JUIZ DE FORA

No período de 29 de junho a 2 de julho de 2006, Juiz de Fora (MG) acolheu 48 delegações de docentes de instituições de ensino superior de todo o país, representando suas seções sindicais na reunião do 51º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional.

O evento expressou disposição renovada para a continuidade da luta em defesa da valorização do trabalho docente, da educação pública e gratuita e dos princípios de liberdade e autonomia sindical. Reafirmou-se a confiança na democracia como método de organização sindical para a realização da unidade do movimento docente e, também, a inserção na organização da classe trabalhadora para fazer frente às formas de cooptação das organizações sociais e sindicais. Nesse ambiente, tomou posse a nova diretoria do ANDES-SN, eleita para o biênio 2006-2008.

O 51º Conad atualizou o plano de lutas do sindicato a partir de uma avaliação de conjuntura, destacando os efeitos perversos da implementação da agenda neoliberal no Brasil, a exemplo da mercantilização dos direitos sociais, do conhecimento humano, da natureza e da própria vida, além da degradação dos serviços públicos, entre eles, a educação.

Apesar das forças hegemônicas em escala global tratarem essa agenda como única e inexorável, verifica-se a oposição da classe trabalhadora à ofensiva do capital em diversas partes do mundo, tais como as maciças manifestações na França, as do 1º de maio nos Estados Unidos e em países da América Latina. As ações de solidariedade internacional, como o apoio à luta dos trabalhadores bolivianos pelo controle das riquezas naturais de seu país, renovaram os ânimos para o enfrentamento das reformas neoliberais no Brasil, que privatizam a educação e a Previdência, desregulam as relações de trabalho com a reforma sindical e, sobretudo, desorganizam e fragmentam a classe trabalhadora.

O ANDES-SN soma-se às entidades em luta pela revogação imediata das Medidas Provisórias n. 293/06 e n. 294/06 que, respectivamente, fortalece o poder da cúpula das centrais sindicais e cria o Conselho Nacional de Relações de Trabalho em detrimento da autonomia dos trabalhadores para negociar seus interesses, retirando-lhes o poder deliberativo direto nas decisões inerentes aos conflitos entre capital e trabalho. Simultaneamente, ganha corpo a luta contra a crescente onda de criminalização dos movimentos sociais.

O 51º Conad reconheceu a Conlutas como a principal alternativa de organização dos trabalhadores em construção no Brasil e, ao mesmo tempo, deliberou que o ANDES-SN deve continuar participando como observador dessa nova entidade, contribuindo com os encaminhamentos de lutas capazes de agregar amplos setores da classe trabalhadora. A relação do movimento docente com essa nova organização será objeto de profundo debate nas seções sindicais e nas regionais com vista à realização de um seminário nacional previsto para novembro deste ano. O debate buscará subsidiar a deliberação do 26º Congresso sobre a filiação ou não do ANDES-SN à Conlutas em março de 2007.

O Conad atualizou o plano de lutas no tocante às demandas recentes de enfrentamento das novas investidas contra a universidade pública, expressas no Decreto n. 5733, de 9 de maio de 2006, que trata da regulação, supervisão e avaliação da educação superior e na Resolução n. 2, de 9 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Educação, que, ferindo a Constituição, regulamenta os cursos de pós-graduação *stricto sensu* e busca legitimar a cobrança de mensalidades em cursos oferecidos por instituições públicas. Soma-se a esses enfrentamentos a luta pela revogação do Decreto n. 5.800/06, que cria o Sistema Universidade Aberta do Brasil como ente privado, não gratuito e desprovido de mecanismos que assegurem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Conad deliberou desencadear ampla mobilização da sociedade brasileira para que o Congresso Nacional rejeite o PL n. 7.200/06, de autoria do Executivo, da contrarreforma privatista da educação e para tal intensificará as ações pela reconstrução dos fóruns ou comitês em defesa da escola pública em âmbito nacional e estadual.

No que diz respeito à seguridade social, o ANDES-SN integra-se à campanha pela anulação da reforma da Previdência Social, denuncia o caráter privatista da regulamentação da assistência à saúde dos servidores públicos, estabelecido na Lei n. 11.302/06. Exige a revogação da Orientação Normativa n. 1, de 5/4/06 que, praticamente, impossibilita a aposentadoria por invalidez.

Em conjunto com a Fasubra, coloca-se em linha de frente na defesa dos hospitais universitários das IES federais e estaduais como autarquias com pleno financiamento público.

Assume centralidade entre as prioridades do sindicato, no segundo semestre de 2006, o enfrentamento das formas de mercantilização do conhecimento, praticadas nas IES públicas, por

meio das fundações privadas ditas de apoio, a exemplo da ilegal proliferação de cursos pagos.

O combate contra todas as formas de precarização do trabalho docente ganha destaque no plano de lutas do ANDES-SN para as IES, nos setores das estaduais, das federais e das particulares. O mesmo dar-se-á na defesa do direito à sindicalização, no esforço em unificar as campanhas salariais nas IES estaduais e na construção de uma política nacional para as IES particulares a partir do debate sobre estratégias para a formalização de uma convenção coletiva em âmbito nacional. A construção da campanha salarial dos servidores públicos federais (SPF) para o próximo ano deve, segundo o 51º Conad, ser construída desde já, buscando intervir na definição do orçamento da União de 2007. Para os professores, especificamente, deve-se combater, em conjunto com o Sinasefe, as consequências da Medida Provisória n. 295/06, com vista ao restabelecimento do direito à paridade, à isonomia, à incorporação das gratificações e à conquista de uma carreira única, como forma de valorização efetiva do trabalho docente, sem distinção de qualquer natureza.

O 51º Conad aprovou a prestação de contas do ANDES-SN relativas ao ano de 2005 e a previsão orçamentária de 2007; aperfeiçoou a regulamentação do Fundo de Solidariedade aos professores demitidos em razão de sua organização sindical no âmbito do ANDES-SN.

O 51º Conad, por delegação do 25º Congresso, definiu os termos destinados à garantia de financiamento das IFE, no patamar estabelecido na Constituição Federal de 1988, crescentemente burlado. Aprovou, também, a atualização da proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira no que diz respeito à transição para o padrão unitário de qualidade e condições de trabalho nas IES particulares, além do imprescindível controle social dessas instituições.



O plano de lutas do ANDES-SN, atualizado pelo 51º Conad, reafirma o papel que o sindicato ocupa nas principais frentes de luta da classe trabalhadora.

Os grandes desafios impostos nessa conjuntura exigem do movimento docente unidade e disposição redobrada de luta.

51º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Juiz de Fora (MG), 2 de julho de 2006.



## CARTA DE SÃO LUÍS

Entre os dias 26 e 29 de julho de 2007, na cidade de São Luís (MA), conhecida como Ilha do Amor, mas também como Ilha Rebelde, reuniram-se delegados e observadores de 51 seções sindicais de todo o país, no 52º Conad – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional.

Na abertura do evento foram lançados o número 40 da revista *Universidade e Sociedade*, focalizada no tema “Reorganização da classe trabalhadora”, e o livro *Diário de uma saga em defesa da universidade pública brasileira*, de autoria do professor Raimundo Nonato Nunes, da ADURN-Seção Sindical.

Dentre as questões organizativas, foi relevante a criação de três novas seções sindicais, uma de cada setor do Sindicato Nacional, a saber: SIND-UEA, Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas; SINDESP-Extremo Sul/BA, Seção Sindical Multi-institucional dos Docentes do Ensino Superior Particular do Extremo Sul da Bahia; e AD-Leste, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, região leste sul-matogrossense. No exercício da função de Conselho Fiscal, foram aprovadas as

contas do ANDES-SN, balanço de 2006, e a previsão orçamentária para 2008.

No evento, convocado sob o tema “Em defesa da educação pública, construir a unidade, resistir e avançar a luta”, avaliou-se e foi atualizado o plano de lutas do Sindicato Nacional, definido pelo 26º Congresso, ajustando o foco das ações a partir de um balanço positivo da atuação do ANDES-SN.

O acerto na definição das centralidades da luta impulsionou a capacidade que teve o movimento docente de colocar em prática a agenda pactuada em articulação com os diferentes movimentos sociais mobilizados a fim de barrar as reformas neoliberais. Foi necessário, e possível, ampliar a força de resistência às ameaças de destruição da universidade pública, do espaço público para a produção do conhecimento, da Previdência pública e de aprofundamento da precarização programada do trabalho docente.

O ANDES-SN, calçado em seu processo interno de produção coletiva e na respeitabilidade externa, constituída historicamente, foi protagonista importante dos movimentos realizados, durante todo o primeiro semestre, na definição da agenda classista, que recolocou os movimentos sociais, populares e sindicais como agentes destacados no cenário político, embora não seja tarefa fácil enfrentar os obstáculos impostos à luta unificada contra a retirada dos direitos do povo trabalhador.

Há muito, ainda, para fazer.

A submissão dos governantes à lógica do mercado, unilateralmente determinada pelo lucro, tem privilegiado cada vez mais a remuneração do setor rentista e redirecionado os instrumentos de governo para favorecer a privatização pelo viés “capitalismo sem risco”, até mesmo nos setores da educação e da saúde.

Essa mesma política entrega o patrimônio e as riquezas naturais do país ao interesse privado, além de aviltar as condições de vida e de trabalho dos servidores públicos e do conjunto da clas-

se trabalhadora. Não fosse a resistência popular, já teria ocorrido a capitulação completa da nação a um novo estatuto colonial, baseado nas exigências neoliberais de nova redivisão internacional do trabalho e dos mercados.

Apresentado por seus arautos como inexorável, esse caminho tem produzido a ampliação exponencial da miséria, da degradação ambiental, da corrupção, da violência, em suma, da barbárie. Mas, em contradição, também acontece a rearticulação do contingente cada vez maior de excluídos, a classe trabalhadora, que se movimenta, exigindo os seus direitos.

A primeira metade de 2007 demonstrou animadores avanços de rearticulação da classe trabalhadora, tanto no Brasil quanto em outros países.

Importante frente de luta vem se construindo com a atuação decisiva da Conlutas e com o concurso de diferentes movimentos, principalmente a partir do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em São Paulo, no dia 25 de março.

A análise da conjuntura indica a necessidade de avançar mais ainda, visto que o atual governo anuncia, além de tudo, a intenção de dar passos decisivos para completar a reforma do Estado, iniciada em 1995 por Bresser-Pereira.

O plano de lutas foi, então, ajustado pelo 52º Conad a partir da experiência vivenciada desde o último congresso do ANDES-SN e em decorrência das novas ameaças.

Para enfrentar o ciclo da reforma do Estado a serviço do capital, recentemente anunciado, composto, dentre outras iniciativas do governo, pelo projeto de fundações estatais de direito privado – nova maneira de privatizar não só os hospitais públicos, mas, potencialmente, todas as instituições públicas –, pelo propósito de subtrair a estabilidade dos servidores públicos e pelos decretos que visam à desestruturação completa das universidades públicas federais, foram tomadas várias decisões, dentre as quais:

- Denunciar amplamente o projeto de fundações estatais e lutar contra a aprovação do PLP n. 92/2007, articulando-se, nesse sentido, com os movimentos e organizações que combatem a privatização dos serviços públicos.
- Lutar pela revogação do decreto do REUNI, ampliando a campanha de denúncia e esclarecimento da população sobre as suas consequências nefastas para as IFES, principalmente se associada ao Banco de Professores Equivalentes e ao PLP n. 01/2007.
- Lutar pela revogação da Lei n. 11.502/07, que modifica as competências e estrutura organizacional da CAPES, com promoção de um amplo debate sobre as novas atribuições, que deverá denunciar o caráter aligeirado e inconsistente da formação de professores que será feita por esse órgão.

O evidente afã em tolher a capacidade de resposta dos servidores públicos aos ataques que vêm sofrendo, pela criminalização do exercício do direito de greve, produziu forte reação entre os docentes, que decidiram intensificar a luta contra a regulamentação desse direito constitucionalmente garantido.

O 52º Conad indicou às seções sindicais e à direção nacional a participação ativa na Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra, organizada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, bem como no plebiscito sobre a anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce, que deverá constituir um momento importante de denúncia e de aglutinação de forças em oposição às reformas neoliberais rumo à grande jornada de lutas que, em outubro, realizará importante marcha a Brasília. Além disso, apontou a necessidade de participar desde agora, pela base, de todo o processo das conferências de saúde e da 6ª Conferência Nacional de Assistência Social.

O Conselho do ANDES-Sindicato Nacional decidiu intensificar a luta pela vinculação de percentual da receita tributária

dos estados no financiamento das universidades estaduais e, em relação às Instituições Particulares de Ensino Superior, deliberou implementar iniciativas com vista a reverter o grave ciclo de precarização das condições de trabalho docente, além de reforçar as exigências de controle público dessas instituições.

Diante da flagrante tergiversação dos interlocutores do governo federal à pauta de reivindicações dos servidores públicos em geral, e dos docentes das IFES, em particular; diante da perspectiva de congelamento salarial até 2016, sinalizado no PLP n. 01/07-PAC; diante da obstinação do governo federal em descaracterizar o caráter público do ensino superior federal, expresso no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) – pacote de abril; foi deliberado pelo 52º Conad exigir do governo o estabelecimento efetivo e imediato do processo de negociações, apontando para a necessidade de ampliar a mobilização do setor e construir a greve, a ser avaliada nas assembleias de base ainda no mês de agosto.

Nesse processo, os participantes do 52º Conad avaliaram que articular plenárias conjuntas dos docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, como também dos servidores públicos federais, nos estados, é tarefa política necessária.

As análises produzidas no 52º Conad indicam que investir na mobilização da categoria e empenhar todo o movimento docente na preparação e efetivação da Jornada Nacional em Defesa da Educação – prevista para realizar-se em agosto nas universidades, com atos nas capitais dos estados –, poderá determinar uma inflexão favorável a que se retome o caminho das conquistas dos educadores e da educação pública brasileira.

Finalmente, foram incluídas ou realinhadas, na agenda de lutas do sindicato, com ênfase, as seguintes atividades:

- Seminário Nacional em Defesa da Previdência Pública, que será realizado no dia 7 de agosto, no auditório do Senado Federal.

- Jornada Nacional em Defesa da Educação, prevista para os dias 20 a 25 de agosto, a ser realizada em conjunto com os movimentos sociais e estudantes.
- Reunião do Setor das Federais, em Brasília, para avaliar a rodada de assembleias que discutirá o indicativo de greve, no dia 25 de agosto.
- Plebiscito pela Anulação do Leilão de Privatização da Vale do Rio Doce “A Vale é nossa”, que acontecerá na primeira semana de setembro, referendando a cédula composta pelas quatro perguntas aprovadas pelo Comitê Nacional.
- Grande mobilização nacional com marcha a Brasília, prevista para outubro.
- Semana Nacional em Defesa da Qualidade na Educação Pública, Autonomia Universitária e contra a Precarização do Trabalho Docente, indicada para a semana do dia 15 de outubro, Dia do Professor.

O tempo está a nosso favor, com amor e rebeldia: vamos à luta companheiros!

52º Conad – Conselho do ANDES-SN  
São Luís (MA), 29 de julho de 2007.



## CARTA DE PALMAS

No período de 26 a 30 de junho de 2008, em Palmas (TO), reuniram-se delegados e observadores de seções sindicais e convidados do ANDES-Sindicato Nacional para realizar o 53º Conselho do ANDES-SN – Conad.

Com o tema central As Lutas Sociais e a Defesa da Universidade Pública, o 53º Conad aprofundou a discussão sobre a estreita relação entre a defesa incondicional da universidade pública e o conjunto das demais lutas sociais, demonstrando à categoria docente e ao conjunto da população o direcionamento político das ações que devem nortear o ANDES-SN nesta conjuntura de crise econômico-social de dimensões internacionais.

O 53º Conad foi de fundamental importância por diferentes razões. A realização das eleições nacionais para a diretoria do sindicato (gestão biênio 2008-2010), ocorridas em maio p.p., expressou o crescimento da participação da categoria no respectivo processo eleitoral, o que reflete o reconhecimento da legitimidade do ANDES-SN como autêntico representante da categoria docente e seu instrumento fundamental de encaminhamento da centralidade de ação política definida nos dois últimos congres-

sos: a defesa da universidade pública e a reorganização da classe trabalhadora. Neste contexto, a posse da diretoria eleita constitui o fortalecimento da democracia no interior do nosso sindicato e na confirmação de sua autonomia em relação a governos, partidos políticos e administrações universitárias.

Considerando o contexto profundamente adverso de ataque à democracia e à universidade pública, de tentativas de cerceamento da liberdade de organização e ação sindical, bem como de criminalização dos movimentos sociais, o fortalecimento político e democrático do Sindicato Nacional, expresso no resultado do referido processo eleitoral, sinaliza a disposição da categoria em resistir às condições conjunturais de negação de direitos dos trabalhadores e de precarização das condições do trabalho docente.

O 53º Conad, orientado pelo princípio da transparência e do debate democrático, cumpriu seu papel de conselho fiscal político e contábil e de atualização do Plano de Lutas, aprovado no 27º Congresso. Dessa forma, deu sequência ao processo de atualização do *Caderno 2 – Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira*, o qual, além de constituir uma síntese da concepção de universidade e sua função, é importante instrumento de orientação e de mobilização do sindicato em defesa da universidade pública e de sua inserção no conjunto das lutas sociais.

Ainda quanto às questões organizativas, merece destaque a homologação de uma nova seção sindical – a Sesunipampa-Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pampa –, o que confirma o ANDES-SN como instrumento legítimo de organização e de representação da categoria docente em todo o país.

Após análise aprofundada das condições conjunturais em que se encontra o sindicato, destacando as investidas contra a categoria e seu instrumento de luta – o próprio ANDES-SN –, as tentativas de silenciar a crítica, de tolher a liberdade de organização e ação sindical independente, o 53º Conad apon-

tou para a categoria a urgência de intensificação do processo de mobilização com vista a ampliar o debate na sociedade, em particular nos três segmentos da universidade e na base deste sindicato, na CNESF e na Conlutas acerca dos diferentes tipos de ataque que os sindicatos autônomos, classistas e combativos vêm sofrendo.

Nessa perspectiva, procurando apontar medidas capazes de superar as armadilhas criadas pelos governos e patrões, como o imposto sindical, o arbítrio cartorial na concessão de registro dos sindicatos, as manipulações da legislação, o 53º Conad aprovou a convocação de um Congresso Extraordinário para o período de 19 a 21 de setembro de 2008, em Brasília (DF). Este congresso terá como objetivo e desafio o aprofundamento da análise desenvolvida neste Conad quanto à ação deliberada de limitação à liberdade de organização sindical ora em curso e, por conseguinte, definir ações que visem a maior organicidade e efetividade no enfrentamento dos ataques identificados, em particular a questão do registro sindical e outros dirigidos ao ANDES-SN.

Na atualização do plano de lutas dos Setores, o acerto na centralidade de ação aprovada no 27º Congresso permitiu ao 53º Conad reafirmar a atualidade da pauta política do Sindicato Nacional. No entanto, foi destacada a necessidade de desencadear um processo amplo e intenso de discussões nacionalmente articuladas que amplie a mobilização e participação dos docentes no encaminhamento e na implementação dos respectivos planos de luta. No Setor das IPES, a campanha salarial de 2009 deve, desde já, mobilizar e articular docentes e seções sindicais de forma a garantir efetiva negociação com a patronal, tendo como diretriz a pauta unificada de 2008. No Setor das IEES, impõe-se a necessidade de articulação nacional para definir as prioridades e estratégias mais adequadas ao enfrentamento po-

lítico na defesa da autonomia de gestão e na conquista de patamares adequados para financiamento e sustentação dessas instituições e de suas atividades-fim.

Quanto ao Setor das IFES, o resultado do falacioso processo de negociação, expresso na MP n. 431/08 em tramitação no Congresso Nacional, exige do sindicato o rigoroso acompanhamento e intervenção tanto na tramitação quanto na votação dessa medida provisória a fim de exigir a correção dos problemas identificados. Além disso, o sindicato deve forçar a reabertura de negociações, cobrando do MEC sua responsabilidade na qualidade de interlocutor do governo para as questões atinentes à pauta dos docentes das IFES. O 53º Conad também apontou a importância da articulação com os demais SPF, no âmbito da CNESEF e da Conlutas, no sentido de definir estratégias comuns de acompanhamento da implementação da referida MP, bem como denunciar os prejuízos decorrentes da sua aplicação quanto à dimensão salarial e à carreira docente.

Nessa mesma perspectiva, o sindicato aprofundou-se na análise do processo de reforma universitária em curso, materializado pelo REUNI, cuja racionalidade – igualmente presente na MP n. 431/08 – introduz a lógica do contrato de gestão, da avaliação e do financiamento atrelados ao alcance de metas, o que fere a autonomia e a democracia nas respectivas instituições, negando-lhes a perspectiva de tratamento isonômico.

No contexto da luta em defesa da educação pública, e considerando a iniciativa do Conselho Nacional de Educação em realizar uma revisão da atual LDB com a pretensão de adequá-la às reformas educacionais em curso, o sindicato reafirma a defesa da proposta de LDB construída no âmbito do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

O 53º Conad reafirmou ainda a luta histórica do sindicato em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e

contra a mercantilização da educação em todos os níveis, bem como destacou a necessidade de dar continuidade às ações de denúncias e combate às fundações privadas ditas de apoio, fundamentalmente pela incompatibilidade de sua relação com as instituições públicas de ensino.

No campo da seguridade social, o 53º Conad reafirmou sua disposição de intensificar a luta em defesa de seu caráter público, contrapondo-se às medidas privatizantes que procuram, desrespeitando o direito do cidadão, transformar a saúde, a Previdência e a assistência social em mercadorias sujeitas às leis de mercado, expressas nas propostas de criação da Previdência complementar, na constituição de fundações estatais de direito privado e no estrangulamento do financiamento público.

O plano de lutas, atualizado no 53º Conad, além de dar diretrizes, fortalece a ação do ANDES-SN na defesa dos direitos e na reorganização da classe trabalhadora. Assim, para o enfrentamento político que se faz necessário, conclamamos todos os docentes e demais trabalhadores ao fortalecimento e defesa do ANDES-SN como nosso instrumento maior e legítimo de luta.

53º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Palmas (TO), 30 de junho de 2008.



## CARTA DE CURITIBA

O 54º Conad, realizado no período de 16 a 19 de julho de 2009, na cidade de Curitiba (PR), com a participação de 55 seções sindicais, 50 delegados, 100 observadores e um convidado, ocorreu num momento em que o sindicato comemora uma grande conquista, não só para a categoria, mas para toda a classe trabalhadora brasileira: o restabelecimento de seu registro sindical.

Mereceu destaque o seminário “Construindo uma nova organização classista para a luta dos trabalhadores”, em que se discutiu a construção de uma nova entidade, que seja autônoma e independente em relação ao Estado, aos patrões, às instituições e aos partidos políticos; contrária à cobrança de qualquer taxa compulsória, capaz de unificar e fortalecer as lutas do campo sindical e popular.

Visando trabalhar pela construção desta entidade, o 54º Conad deliberou pela participação do ANDES-SN no seminário nacional a ser organizado pela Conlutas, Intersindical e demais movimentos sociais que participam do processo de reorganização da classe trabalhadora, previsto para outubro de 2009. A participação do Sindicato Nacional deverá ser balizada pela rea-

firmação do combate ao imposto sindical e aos demais elementos da estrutura sindical vigente, além do combate intransigente a todas as formas de submissão das organizações da classe trabalhadora aos patrões, aos governos e aos partidos. Além disso, o ANDES-SN, deve também defender a mais ampla democracia de classe e o combate intransigente à burocratização, ao cupulismo, ao corporativismo e ao economicismo nessas organizações.

Nos debates sobre a conjuntura, mereceram destaque: o restabelecimento do Registro Sindical do ANDES-SN; o aprofundamento da crise do capital e o avanço das propostas que descaracterizam o projeto de universidade defendido pelo Movimento Docente, corroborando as análises que o sindicato vem fazendo. Foi reafirmada a estratégia de luta pela construção do socialismo como horizonte estratégico, que deve orientar as lutas das organizações da classe trabalhadora e da nova central sindical e popular que se está construindo, que precisa ser feito na perspectiva da unidade na luta e do internacionalismo, fortalecendo a independência da classe trabalhadora.

Naquilo que lhe é específico, o ANDES-SN envidará todos os esforços para barrar a reforma universitária que tramita no Congresso Nacional, convocando todos os docentes para o combate ao modelo privatizante e mercantil embutido nessa proposta de reforma. Para tanto, é tarefa urgente articular as entidades sindicais, acadêmicas, estudantis e os movimentos sociais para definir eixos comuns em defesa da educação pública (com base no PNE – proposta da sociedade brasileira), que possam subsidiar a construção de jornadas nacionais de luta em 2009. É necessário, portanto, buscar a rearticulação da Frente de Luta contra a Reforma Universitária e discutir, especialmente com o movimento estudantil combativo, as formas de enfrentamento para impedir a aprovação da reforma universitária, que ameaça seriamente a educação superior pública em nosso país.



Com a mesma disposição, o ANDES-SN deverá continuar denunciando e combatendo o uso do ensino a distância na formação inicial, pelo cunho reducionista e de *aligeiramento* dos processos formativos. O 54º Conad apontou o uso dessa modalidade de ensino como estratégia dos governos para promover a expansão do acesso ao ensino superior com redução de investimentos, seguindo determinações dos organismos multilaterais de financiamento, com o objetivo de atender aos interesses dos empresários da educação. A crítica ao uso indevido dessa ferramenta não pode, todavia, ser confundida com a negação do seu uso enquanto instrumento de interação a distância para a difusão da informação.

Como parte do processo de desmonte da universidade pública, e visando facilitar a atuação das instituições mercantis de ensino superior, o governo federal busca acentuar o rebaixamento da formação também na pós-graduação, através do mestrado profissional, de iniciativa do MEC/CAPES, evidenciando assim um esforço para desconstituir as estruturas de pesquisa e de produção de conhecimentos já alicerçados nas universidades brasileiras.

O 54º Conad reafirmou a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como princípio básico para a garantia de um padrão unitário de qualidade, ao mesmo tempo se posicionou contrário a quaisquer iniciativas governamentais que descaracterizem o Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva e que inviabilizem a implantação do modelo de universidade defendido pelo Movimento Docente, que se fundamenta na geração de um conhecimento socialmente referenciado. Foram rejeitados também os termos da Minuta de Portaria do MEC que flexibiliza a Dedicção Exclusiva para os docentes das universidades federais. O 54º Conad deliberou ainda por denunciar publicamente as manobras contidas nas medidas do governo para a legalização das irregularidades praticadas pelas fundações pri-

vadas ditas de apoio, denunciadas há pelo menos duas décadas pelo ANDES-SN e recentemente apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Em meio a este conjunto de ataques frontais à educação pública, o governo Lula tenta iludir a sociedade brasileira com um simulacro de democracia e convoca as entidades do campo da educação a participarem da Conferência Nacional de Educação. O 54º Conad, após intenso debate, deliberou pela não participação do ANDES-SN na organização desse processo.

O 54º Conad também se ocupou de definir ações efetivas no combate às medidas adotadas ou propostas que visam à privatização e a desobrigação do Estado para com a educação pública, que se expressam na retomada da tramitação e discussão no Congresso Nacional dos vários projetos que tratam da reforma universitária, do REUNI e do novo ENEM, entre outros.

Os docentes das instituições públicas e privadas, organizados no ANDES-SN, tiveram seu plano de lutas atualizado com definições importantes para a luta pela valorização do trabalho docente e contra toda forma de precarização das condições de trabalho, apontando a necessidade de ampliar a discussão a respeito da carreira docente.

Os intensos trabalhos e discussões ocorridas neste 54º Conad trazem como resultado, portanto, a confirmação da necessidade de ampliação da luta, buscando a *união dos trabalhadores para enfrentar a crise, defender a educação pública e os direitos sociais!*

54º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Curitiba (PR), 19 julho de 2009.

## CARTA DE FORTALEZA

O 55º Conad do ANDES-SN realizou-se em Fortaleza (CE), no período de 24 a 27 de junho de 2010, com a participação de 49 seções sindicais, 42 delegados, 100 observadores e seis convidados, tendo como pauta central a defesa do ANDES-Sindicato Nacional e a atualização do seu plano de lutas em defesa da educação pública de qualidade, da valorização do trabalho docente e da sua participação na reorganização da classe trabalhadora brasileira.

Na abertura do 55º Conad, com a presença de representantes sindicais, da administração da Universidade Estadual do Ceará, de entidades acadêmicas e estudantis, tomou posse a nova diretoria para o biênio 2010-2012, eleita de forma direta com significativa participação dos docentes das instituições de ensino superior de todo o país, demonstrando a vitalidade do ANDES-SN em todo o território nacional.

Durante o 55º Conad, os docentes aprofundaram a discussão sobre a reorganização da classe trabalhadora, referendando a participação do ANDES-SN na Secretaria Executiva Provisória da nova Entidade Classista – Central Sindical e Popular,

fundada em Santos (SP) e reafirmando os princípios norteadores da nossa intervenção aprovados no 29º Congresso. O 55º Conad aprovou ainda a necessidade de continuarmos a contribuir para a unificação do campo combativo e classista dos trabalhadores brasileiros.

Diante das tentativas, em particular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de deslegitimar ou de fragmentar a base de representação do ANDES-SN, o 55º Conad expressou o seu repúdio e considerou fundamental manter a mobilização, a pressão e a continuidade das ações jurídicas e políticas, na defesa firme da carta sindical do ANDES-SN como legítimo representante dos docentes do ensino superior brasileiro.

O 55º Conad reafirmou a continuidade da luta contra o modelo privatizante e mercantil que os governos federal e estaduais tentam impor às IES, caracterizado pela precarização e superexploração do trabalho docente, o arrocho de salários e verbas e o aprofundamento da privatização da universidade pública. A reforma universitária do governo, em trâmite no Congresso Nacional, o REUNI, a carreira das IFES proposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o desrespeito às reivindicações e aos movimentos nas estaduais em todo país exemplificam essas políticas, assim como registram a intransigência e a indisposição ao diálogo e à negociação do governo federal e de governos estaduais.

Ao mesmo tempo e no mesmo movimento, essas políticas transferem verbas públicas ao patronato do sistema privado de ensino, que desrespeita direitos básicos dos docentes, promovendo demissões e ataque contínuo ao direito de organização sindical da categoria.

O ANDES-SN deverá continuar denunciando e combatendo o uso do Ensino a Distância (EAD) na formação inicial, pelo cunho reducionista, tanto de investimento quanto da qualidade

do ensino promovido, seguindo determinações dos organismos ditos multilaterais de financiamento, com o objetivo de atender aos interesses dos empresários da educação. A crítica ao uso indevido dessa ferramenta não pode, todavia, ser confundida com a negação do seu uso enquanto instrumento de interação a distância para a difusão de informação e conhecimento.

Permaneceremos no embate pela aplicação de, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública, essencial para possibilitar o exercício do direito social inalienável dos trabalhadores brasileiros à educação de qualidade.

O 55º Conad reafirmou a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como princípio básico para a garantia de um padrão unitário de qualidade, ao mesmo tempo se posicionou contrário a quaisquer iniciativas governamentais que descaracterizem o Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva e que inviabilizem a implantação do modelo de universidade defendido pelo Movimento Docente, que se fundamenta na geração de um conhecimento socialmente referenciado.

O 55º Conad repudiou as iniciativas do governo federal de reestruturação da carreira docente, sem discussão ou negociação com o ANDES-SN, reafirmando princípios fundamentais: valorização do trabalho docente, estruturado a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; valorização da dedicação exclusiva entendida como regime de trabalho preferencial; isonomia salarial em valor integral; incorporação de todas as gratificações; paridade e integralidade na aposentadoria; enquadramento adequado dos docentes aposentados; e desenvolvimento na carreira dissociado de avaliação produtivista.

O 55º Conad deliberou que toda a estrutura do ANDES-SN continue envidando esforços para ampliar a nossa base, promovendo ações – como a realização de um Encontro Intersetorial no segundo semestre de 2010. O 55º Conad considerou funda-

mental potencializar a mobilização dos docentes de forma a que sejamos protagonistas da luta em defesa da concepção de universidade e de trabalho acadêmico desenvolvido pelo ANDES-SN, colaborando para a transformação radical e classista da sociedade brasileira.

55º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Fortaleza (CE), 27 de junho de 2010.

## CARTA DE MARINGÁ

O 56º Conad – Conselho do ANDES-SN, realizado em Maringá (PR), no período de 14 a 17 de julho de 2011, com a participação de 53 Seções Sindicais, 49 delegados, 91 observadores e quatro convidados, tendo como tema central *Autonomia universitária, trabalho docente e independência sindical*, analisou a conjuntura nacional e internacional, fez um balanço das atividades do sindicato e, com base nesses aspectos, atualizou o seu plano de lutas.

O 56º Conad registrou o aprofundamento da crise internacional, a partir das manifestações vigorosas dos trabalhadores, no mundo árabe e na Europa, por seus direitos, expressando o crescente inconformismo com os desmandos do capital na sua ação predatória. Essas ações evidenciam o movimento da classe trabalhadora que existe e se apresenta com uma dimensão qualitativamente diferente em seu alcance geográfico e político. As lutas contra ditadores, por salários melhores, emprego, condições de trabalho, educação pública, direito à aposentadoria e à saúde, por democracia e contra a perda de direitos fundem lutas por necessidades imediatas com a imprescindível estratégia mundial de luta pelo socialismo.

Em relação aos setores em que se organizam os docentes no ANDES-SN, o 56º Conad registrou grandes mobilizações, paralisações e greves ocorridas em universidades estaduais e municipais, no primeiro semestre de 2011, tendo como pauta comum o financiamento para a universidade pública, a defesa da autonomia universitária, dos salários e das condições de trabalho, a carreira, o concurso público para professores e contra a precarização do trabalho docente. Nessa linha de fortalecimento crescente do setor, o 56º Conad reafirmou a realização, em outubro de 2011, do 2º Encontro dos Docentes do Setor das Instituições Estaduais de Ensino Superior e Instituições Municipais de Ensino Superior – IEES/IMES.

No que diz respeito ao Setor dos docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), continuam as demissões desenfreadas e as contratações precarizadas, assim como os ataques à livre organização dos professores no ANDES-SN. Na esteira da conivência do governo, mantém-se a tergiversação sobre os desmandos das mantenedoras contra a livre organização dos docentes das IPES. O 56º Conad reafirma que a luta pela organização democrática nas IPES constitui-se em questão central para toda a categoria. Só a luta de todos e a pressão sobre o governo federal pode abrir espaço para a integração desses docentes na luta pela universidade brasileira.

Sobre a Campanha de 2011 do Setor dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com os Servidores Públicos Federais, o 56º Conad deliberou que se empenhem esforços na campanha unificada em torno dos eixos gerais, reforçando permanentemente a CNESF como espaço organizativo privilegiado dos servidores públicos federais, com destaque para a agenda de negociações com o MPOG.

No que trata da pauta específica do Setor das IFES, o 56º Conad aprovou que sejam planejadas ações – ampliando a mo-



bilização da base para a Campanha 2011, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor – e indicou para a categoria a necessidade de construção da greve. Além disso, aprovou que seja estabelecida uma agenda que compatibilize ações específicas com a agenda geral dos servidores públicos federais e do Espaço de Unidade de Ação. É importante ressaltar a jornada de lutas, de 17 a 26 de agosto, com o ato nacional no dia 24 de agosto, em Brasília. O 56º Conad indicou, também, o dia 24/8 como dia unitário de mobilização, com indicativo de paralisação da base do ANDES-SN.

O 56º Conad deliberou que seja apresentada ao governo uma proposta de acordo emergencial, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011, tendo como referência a pauta de reivindicações dos docentes do Setor das IFES da Campanha de 2011, e que seja intensificado o processo de negociações sobre a reestruturação da carreira docente. Para levar adiante todas essas proposições, foi aprovado o calendário de lutas que inclui rodadas de Assembleias Gerais, no período de 1 a 15 de agosto, com recomendação de que estas sejam feitas antecedendo a reunião do Setor das Federais, marcada para os dias 6 e 7 de agosto; e indicativo de paralisação dos docentes das Instituições Federais de Ensino, nos dias 23 e 24 de agosto, para exigir negociações efetivas e o atendimento da pauta de reivindicações.

O 56º Conad analisou a difícil situação pela qual passam os Colégios de Aplicação submetidos à ameaça de nova regulamentação, o que fere frontalmente a autonomia da universidade, a quem cabe todo o processo de organização de suas unidades de ensino. Além de sofrerem ações asfixiantes com a falta de contratação de professores substitutos, que trabalharam sem recebimento de salários no primeiro semestre. Dessa forma, aprovou que o ANDES-SN e as Seções Sindicais intensifiquem as ações políticas para cobrar a promessa não cumprida do MEC

de resolver a crise dos Colégios de Aplicação. Indicou ainda a realização de Seminário, nos dias 21 e 22 de agosto, data a ser confirmada pela reunião do Setor, tendo como tema “Defesa da Autonomia Universitária: Colégios de Aplicação, formação docente e educação pública de qualidade”.

O 56º Conad discutiu a organização sindical combativa, democrática e de base, em especial a filiação dos docentes das Instituições Federais de Ensino, e deliberou que seja aprofundada a discussão a respeito do caráter dos Institutos Federais (IF) e das ações ligadas à questão da sindicalização nesses Institutos. Reafirmando a disposição de expansão do sindicato e trabalhando democraticamente a inclusão de novos docentes, aprovou a realização de seminário sob o tema “A sindicalização nos IF”.

As ações governamentais, visando ressuscitar o conteúdo da MP 520, por intermédio do envio ao Congresso Nacional do PL 1749/2011, que promove a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, foram motivo de debate. O 56º Conad reafirmou a posição contrária do sindicato a essa proposta que fere profundamente a autonomia universitária, afronta a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e entrega a rede de hospitais universitários e de ensino aos interesses privados.

Considerando que a intensificação e a precarização do trabalho, decorrentes da reforma de Estado, promovem o avanço do adoecimento dos docentes, o 56º Conad decidiu que sejam realizados seminários para aprofundar a discussão sobre a saúde do trabalhador docente. Da mesma forma, se posicionou veementemente contrário ao PL 1992/2007, que institui o regime de Previdência complementar e propôs ações unitárias com a CNESE, o Fórum de Entidades, o Espaço de Unidade de Ação e a CSP-Conlutas, na perspectiva da derrubada desse Projeto de Lei. Foi aprovada também uma proposição à CSP-Conlutas para a realização de Campanha Nacional envolvendo entidades

classistas pela aprovação das PEC 270/2008 e 555/2006 e pela volta do adicional do tempo de serviço para todos os servidores federais. Como parte dessa integração, o 56º Conad deliberou pelo estímulo à participação das Seções Sindicais na Jornada Nacional de Luta, que foi aprovada pelo Espaço de Unidade de Ação para agosto próximo.

O 56º Conad refletiu sobre a expansão e consolidação da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). A esse respeito, posicionou-se sobre a expansão da Central, sobre a participação das Seções Sindicais nas suas instâncias, em relação à constituição das coordenações estaduais e à constituição de secretarias executivas estaduais e regionais. Em tudo, o 56º Conad reafirmou a importância de o sindicato atuar na CSP-Conlutas, na qual o ANDES-SN se insere no esforço de construção do polo aglutinador do campo combativo e classista.

A reforma de Estado em curso se expressa na política educacional privatizante, no parco financiamento para a educação e nos marcos neoliberais da proposta governamental do PNE 2011-2020. Assim, o 56º Conad conclamou todas as Seções Sindicais e o conjunto da categoria docente a se envolverem ativamente na campanha pela aplicação de “10% do PIB nacional na educação pública, já!” e na organização do plebiscito. Além disso, deliberou pela realização do “Seminário Nacional sobre Estado e Educação: a questão do PNE 2011-2020” como forma de preparar a ação do ANDES-SN contra os ataques à educação expressos na proposta do governo.

Relacionado ao financiamento do sistema nacional de ensino e pesquisa, o 56º Conad decidiu que o ANDES-SN promova discussões e debates regionais sobre as atuais funções da CAPES e seus efeitos no meio acadêmico brasileiro, incluindo o tema na programação do Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia a ser realizado no segundo semestre de 2011.

No exercício de suas atribuições estatutárias, o 56º Conad aprovou a prestação de contas do exercício 2010, dando conta de que foram respeitados todos os parâmetros e designações das instâncias do sindicato, bem como a previsão orçamentária para 2012, considerando o plano de lutas e os esforços em defesa dos docentes do ANDES-SN. Dando curso à implantação do seu plano de comunicação, o 56º Conad homologou o regulamento sobre *Condições de Interatividade e Critérios de Moderação no Portal ANDES-SN*, espaço de opinião para os usuários, estimulando a interatividade e o debate de ideias.

Tendo o *Caderno 2 – Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira* como marco referencial de sua concepção e trajetória em prol da construção da universidade pública e gratuita, autônoma, democrática e socialmente referenciada, o 56º Conad aprovou a metodologia de organização do *Caderno 2*, tendo como parâmetro o texto documento a ser encaminhado às bases para discussão e aprofundamento, com o objetivo de aprovar o *Caderno 2 Atualizado* no 31º Congresso do ANDES-SN.

O 56º Conad considerou fundamental a adoção de medidas em defesa do registro do ANDES-SN. Para tanto, deliberou que seja estruturada uma agenda sistematizada e regular, no sindicato – para enfrentar as ameaças permanentes ao registro sindical do ANDES-SN – e, na articulação com entidades da sociedade civil, realizar eventos com o objetivo de ampliar a defesa do Sindicato.

Nesse momento em que o sindicato sofre ataques diversos, principalmente por ser um sindicato classista e combativo, verifica-se que a representatividade do ANDES-SN se amplia e se fortalece com a inclusão de novos sindicalizados, que defendem o professor e a universidade pública de qualidade socialmente referenciada. Assim, o 56º Conad homologou alterações regimentais e a criação de novas Seções Sindicais, saudadas como reforço à legitimidade do ANDES-SN.

Essas deliberações do 56º Conad consolidam o ANDES-SN na luta pela universidade pública e gratuita, autônoma, democrática e de qualidade, socialmente referenciada. O sindicato continua atuando fortemente contra as privatizações, na defesa dos serviços públicos, organizando os esforços de enfrentamento dos setores dos docentes das IEES/IMES, IFES, IPES, defendendo um a um os seus sindicalizados e trabalhando para que as lutas do conjunto traduzam as decisões coletivas de suas instâncias. O sindicato está com os docentes nos seus embates cotidianos e plenamente envolvido na campanha salarial dos diversos setores. O ANDES-SN reafirma o seu compromisso com o PNE da sociedade brasileira – construção democrática e resultado das lutas históricas das entidades da educação. Por fim, reitera que permanece firme na luta com seus milhares de sindicalizados, que lhe conferem a sua legitimidade histórica.

56º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Maringá (PR), 17 de julho de 2011.



## CARTA DE PARNAÍBA

O 57º Conad do ANDES-SN, convocado pela diretoria e sediado pela ADUFPI - S. Sind., contando com a participação de 44 delegados, 54 observadores de 46 Seções Sindicais e dois convidados, realizou-se em Parnaíba, no Piauí, no período de 21 a 24 de junho de 2012. A cidade de Parnaíba situa-se às margens do rio Igaraçu e é conhecida por suas belezas naturais, tendo como destaque o Delta do Parnaíba, um dos únicos do mundo em mar aberto. A cidade de Parnaíba é emblemática por suas lutas, com ampla participação popular. Ela foi o local de onde partiram os defensores da independência para enfrentar os portugueses na Batalha do Jenipapo, em Campo Maior. Símbolo de resistência, desde a emancipação da condição colonial, nela mantém-se, até os dias atuais, o espírito de luta e a continuidade do processo emancipatório diante das grandes oligarquias e em direção a uma sociedade justa e igualitária.

Tendo como tema “Defesa da universidade pública e do ANDES-SN: autonomia, democracia, financiamento e condições de trabalho”, o 57º Conad analisou a conjuntura mundial e nacional com destaque para as consequências da crise econômi-

ca que repercutem diretamente na vida dos trabalhadores, com ataques aos direitos sociais e repressão aos movimentos de resistência. Em resposta a esses ataques, tem surgido uma onda de mobilizações e greves, como a vigorosa greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFES), em defesa de sua carreira, de condições de trabalho e de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Nessas instituições cresce o movimento grevista dos estudantes e dos técnico-administrativos, evidenciando, para toda a sociedade, as precárias condições da expansão do ensino superior sob o modelo do REUNI que privilegia a quantidade em detrimento da qualidade e das condições de trabalho. O 57º Conad realiza-se em meio a uma forte mobilização da educação federal e também de universidades estaduais – UERN e UERJ. Foi ressaltada, ainda, a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com o reconhecimento do ANDES-SN como representante dos docentes do ensino superior, reafirmando a sua legitimidade política e jurídica. Assim, o sindicato vê-se reconhecido legalmente, o que fortalece a luta e se soma ao mais importante que é a legitimidade que lhe conferem os seus milhares de sindicalizados e inúmeras organizações sindicais e entidades sociais.

Na abertura do evento ocorreu o ato de posse da diretoria, biênio 2012-2014, eleita em eleição direta e democrática. A nova diretoria assumiu com o compromisso de dar curso à condução do plano de lutas aprovado pelo 31º Congresso do sindicato e que o 57º Conad atualizou.

O 57º Conad, também, aprovou a prestação de contas do exercício 2011 do ANDES-SN e a previsão orçamentária para o Exercício de 2012. Discutiu e atualizou os planos de lutas da educação, direitos e organização dos trabalhadores e dos setores das Instituições Estaduais de Ensino (IEES), Instituições Municipais de Ensino Superior (IMES), das Instituições Federais de



Ensino Superior (IFES) e das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES). Aprovou as diretrizes para a definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia, como parte da atualização do projeto do sindicato para o Ensino Superior – *Caderno 2*. Para enfrentar as consequências nefastas da implementação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) foi indicada a necessidade do aprofundamento do debate e de esclarecimentos junto à base da categoria sobre a irreversibilidade da adesão ao fundo, com a confecção de uma cartilha informativa e, ainda, a realização do 17º Encontro Nacional do ANDES-SN sobre assuntos de aposentadoria, no segundo semestre de 2012. Em relação à saúde e condições de trabalho, foi aprovada a realização de estudos exploratórios sobre a saúde do docente, diante do quadro alarmante de adoecimento gerado pela intensificação do trabalho. O 57º Conad deliberou encaminhar às seções sindicais a discussão de avaliação do 1º Congresso da CSP-Conlutas e, a partir dessa avaliação, possa aprimorar, no 32º Congresso do ANDES, as estratégias de intervenção do nosso sindicato nos diferentes espaços organizativos e deliberativos da CSP-Conlutas na perspectiva de sua consolidação político-organizativa e efetiva democratização de seus espaços deliberativos; que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre sua participação à CSP-Conlutas, no sentido de sua consolidação no âmbito estadual e local, fazendo enraizar o processo de organização da classe trabalhadora em âmbito nacional protagonizado pela própria CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados.

Em relação ao setor dos docentes das IEES-IMES, foi aprovada a realização do 10º Encontro Nacional, com o objetivo de fortalecer e unificar a luta e subsidiar as seções sindicais nas discussões sobre a elaboração dos orçamentos estaduais e municipais. No que diz respeito ao Setor dos docentes das IPES, as

perseguições e demissões dos docentes têm crescido aceleradamente como consequência das grandes fusões dos grupos econômicos. Nesse sentido foi aprovada a elaboração de um documento analítico sobre as condições de trabalho e as demissões com o objetivo de subsidiar a ação política do sindicato. Quanto aos docentes do Setor das IFES, foi discutido e reafirmado o plano de lutas aprovado no 31º Congresso do ANDES-SN, o qual está em plena aplicação na forte greve, que ocupa centralidade na conjuntura e que legitima e fortalece o sindicato.

A conjuntura e seus possíveis desdobramentos indicam a necessidade de ampliação do enraizamento do ANDES-SN. Para tanto, será de fundamental importância o trabalho de suas Secretarias Regionais, como também uma maior unificação dos seus três setores que estarão reunidos, ainda em 2012, e por deliberação do 57º Conad, no 6º Encontro Nacional dos três setores.

O 57º Conad foi um evento conciso e objetivo, o que demonstra a atualidade e justeza do plano de lutas aprovado pelo 31º Congresso. O 57º Conad concluiu o seu trabalho traduzido no revigoramento da disposição de luta de seus participantes, reflexo da coragem e determinação dos milhares de professores que estão mobilizados em todo o país.

57º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Parnaíba (PI), 24 de junho de 2012.

## CARTA DE SANTA MARIA

*ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores.* Sob a égide desse tema, realizou-se o 58º Conad do ANDES-Sindicato Nacional, de 18 a 21 de julho de 2013, com a presença de 49 delegados e 77 observadores de 53 Seções Sindicais, e dois convidados e 34 diretores, na cidade Santa Maria da Boca do Monte (RS), terra dos Guaranis e dos Kaingangs, terra generosa de grandes contingentes de imigrantes, terra de fortes tradições e de lutas do povo gaúcho, plantada no coração do Rio Grande do Sul.

O 58º Conad, na atualização do plano de lutas do sindicato deliberado pelo 32º Congresso do ANDES-SN, constatou o acerto de nossas análises que apontavam a intensificação da sociabilidade do capital sobre a vida de cada trabalhador, o recrudescimento do pensamento conservador, o crescimento do individualismo, a intensificação da onda neoliberal, a privatização das políticas públicas e os reducionismos que lhe são impostos por meio de programas de alívio à pobreza, a partir de políticas compensatórias orientadas pelo mercado.

A esses elementos já presentes em nossas análises somaram-se as fortes movimentações da sociedade brasileira, tendo à frente principalmente os jovens, cobrando os direitos à educação, saúde, segurança e direito de ir e vir, exigências decorrentes da crise econômica internacional aguda, cujos efeitos agora alcançam o Brasil e que os governos sucessivos, há tempos, não têm dado resposta justamente por sua opção pelos ricos, dominantes e controladores – os donos do capital.

Na perspectiva de fazer o sindicato avançar entre os professores e ampliar a articulação de classe com todos os trabalhadores, bem como estabelecer um diálogo com todos os brasileiros, a demonstrar que a luta dos professores, a educação pública e gratuita, a saúde, a aposentadoria, entre outros, são partes integrantes da luta do sindicato, pelas quais foi criado e subsiste com a classe trabalhadora, os docentes presentes no 58º Conad, de forma democrática e concisa, aprofundaram a discussão e tomaram as deliberações que se seguem.

- Em relação a sua organização e fortalecimento interno, foi deliberado que o ANDES-SN apoie setores que estejam construindo seu trabalho de base a partir dos princípios do ANDES-SN, sua proposta de carreira e de universidade em instituições que não tenham organização; que se promova um processo preparatório do 7º Encontro Intersetorial, envolvendo as seções sindicais sobre os desafios políticos-organizativos do ANDES-SN; que se faça um levantamento sobre as práticas organizativas e políticas das seções sindicais, incluindo as que atuam em instituições multicampi, assim como sobre as dificuldades de estruturação de seções sindicais pequenas e, ainda, as disputas com organizações que dividem o Movimento Docente.
- Buscando o fortalecimento do sindicato, o seu revigoreamento junto às bases e para o enfrentamento da difícil

conjuntura, o 58º Conad aprovou o apoio político e material à continuação da construção do sindicato na base. A consolidação do sindicato será tanto maior quanto mais realizarmos a multiplicação de nossas iniciativas em todas as instituições de ensino superior do Brasil, dialogando e fortalecendo um projeto que é a resposta dos trabalhadores brasileiros para a educação nacional.

- Sobre a questão estratégica da Ciência e Tecnologia, foi decidido que as seções sindicais acompanhem e relatem a celebração de possíveis convênios entre as IFE e a ação piloto da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial II (EmbrapII), visando fortalecer a luta contra a privatização das instituições públicas e a submissão das pesquisas e da ciência aos interesses mercadológicos. Nessa mesma direção, foi encaminhado que os Grupos de Trabalho de Ciência e Tecnologia e de Política Agrária, Urbana e Ambiente devem continuar atuando em conjunto, em pontos comuns, sempre que necessário, tendo em vista que os problemas do campo, da cidade e da pesquisa apresentam um natural e indissociável encadeamento.
- A Proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – Lei da Mídia Democrática – mereceu o apoio do 58º Conad, assim como a divulgação da campanha de coleta de assinaturas para encaminhamento dessa proposta, que é fundamental para o estabelecimento de uma mídia democrática, a serviço da população e sob o controle social.
- Neste momento em que o governo continua a manter a educação superior pública sob ataque cerrado, o 58º Conad aprovou a intensificação do processo de denúncia do PNE como proposta de governo contrária aos interesses

da sociedade, por entender que amplia os interesses privatistas mercantilistas. Ao mesmo tempo, reafirmou a necessidade de ampliação da luta para que o financiamento público seja exclusivo para a educação pública, com recursos orçamentários crescentes de origem perene e adequados à execução de ações planejadas e à valorização dos trabalhadores da educação. Mantém-se inarredável o princípio dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já! Exigência do PNE da sociedade brasileira.

- A questão da saúde, com ênfase especial nos hospitais universitários, foi salientada nesse momento em que o governo federal amplia o cerco em relação à autonomia universitária, fracionando a relação dos hospitais com a universidade a que pertencem. O 58º Conad considera como uma das questões centrais para a defesa da universidade pública e do Sistema Único de Saúde a luta contra a criação da EBSEH. Para tanto, deverão ser promovidas ações jurídicas, se necessário, para defender as universidades que não aderirem a essa empresa; deve ser intensificada a presença do ANDES-SN nas IFES nas lutas de enfrentamento contra a EBSEH, inclusive nas reuniões de Conselhos Superiores; deve ser intensificada a participação do ANDES-SN nas Frentes em defesa da saúde pública nos estados, bem como preparado e divulgado o material informativo que esclareça a respeito; deverão também ser implementadas estratégias para denunciar o descumprimento do governo federal no que se refere aos recursos, abertura de concursos e transferência de atribuições do MEC à EBSEH. Nessa linha, estará sendo elaborado dossiê circunstanciado sobre a articulação governamental da união com os estados e municípios visando à imposição dessa organização de cunho privatista. Foi

dado realce especial à deliberação do 58º Conad de propor um ato nacional no Rio de Janeiro, articulado com outras entidades da educação e o movimento estudantil, quando for pautada a discussão da adesão à EBSE RH no estado do Rio de Janeiro, que concentra a maior rede de hospitais públicos no Brasil. O movimento docente mantém-se, assim, alerta e firme na defesa desse patrimônio que pertence ao povo brasileiro e que não pode ser entregue à sanha de grupos a serviço de uma política de Estado descompromissada com os interesses da maioria da população brasileira.

- No que se refere aos aposentados, foi aprovado que o ANDES-SN intensifique a luta em defesa dos direitos de aposentadoria dos docentes para recuperar a integralidade e a paridade entre aposentados e ativos; da mesma forma, que busque incluir os docentes em projetos de leis que disponham sobre a equiparação do posicionamento de aposentados e pensionistas às tabelas remuneratórias dos servidores da ativa.
- Também foi deliberado pelo 58º Conad que o ANDES-SN atue na defesa do preceito constitucional de garantia do direito à redução da contagem de tempo, a título de aposentadoria, de servidores públicos que exercem atividades em situações penosas, insalubres ou perigosas.
- Na discussão sobre os setores, o 58º Conad deliberou que as seções sindicais intensifiquem a mobilização para acompanhar junto às assembleias legislativas e câmaras municipais as discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) e referendou a realização do 11º Encontro Nacional das IIES/IMES, que acontecerá em Brasília, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013.

- O 58º Conad reafirmou a necessidade de dar continuidade à luta política do ANDES-SN como legítimo representante dos docentes das IPES. Além disso, voltou a enfatizar a denúncia das condições de trabalho dos docentes das IPES, assim como que se envidem esforços para a construção de um conjunto de diretrizes que contemple uma proposta de piso salarial e de regulamentação da jornada de trabalho para os docentes das IPES. Ratificou, igualmente, a realização do Encontro Nacional das IPES em novembro de 2013.
- Para os docentes do Setor das IFES, no plano geral, o 58º Conad deliberou: dar continuidade às lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF e no âmbito do Espaço de Unidade de Ação; fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, e intensificar as lutas pela anulação da reforma da Previdência e o enfrentamento ao Funpresp. Deliberou, também, que seja proposto à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados ainda neste ano, de forma que já seja possível deslançar a campanha no mês de janeiro/2014.
- No que se refere à pauta específica dos docentes do Setor das IFES, o 58º Conad, dentre outros pontos, deliberou: dar continuidade à luta pela ampliação do quadro de professores efetivos das instituições federais de ensino; por infraestrutura de funcionamento adequada; pela democracia efetiva e respeito à autonomia da universidade; contra a precarização do trabalho docente; pelo projeto de carreira única do ANDES-SN. Também deliberou atuar nas universidades em defesa da autonomia universitária, com



democracia e financiamento público das IFE, tendo como parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia. “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”.

- A agenda de atividades para os docentes das IFES no 2º semestre de 2013 mereceu destaque nas discussões do 58º Conad dando ênfase para o Seminário Estado e Educação sobre a política para os CAP; para a atuação necessária junto aos parlamentares durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta de carreira e por abertura de negociações com o Poder Executivo; para o lançamento nacional da 2ª edição da *Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE*, síntese das condições reais propiciadas pela política governamental da expansão universitária.
- Essas deliberações reafirmam que o ANDES-SN não abre mão igualmente da representação de todos os docentes dos três setores e continuará os esforços para fazer avançar os princípios de autonomia e democracia que têm orientado a existência do nosso sindicato.
- No âmbito interno, o 58º Conad aprovou a prestação de contas de 2012 do sindicato e a previsão de gastos para 2014, a demonstrar o esforço contínuo de sustentação das lutas dos docentes articulados com o conjunto dos trabalhadores brasileiros, particularmente com a CSP-Conlutas, nossa Central combativa, na perspectiva de um novo patamar de sociedade.
- Com esse propósito, o 58º Conad aprovou o seu calendário de lutas para o 2º semestre de 2013, com ênfase espe-

cial em duas datas: 1) o dia 6 de agosto – Dia Nacional de Ato nos Estados e no DF contra o PL 4330 sobre terceirização; 2) Dia 30 de agosto – Dia Nacional de paralisações, manifestações e greves – convocado pelas Centrais Sindicais.

O 58º Conad prestou uma homenagem ao companheiro de lutas Edmundo Fernandes Dias, dando o seu nome ao espaço de discussão na sede do sindicato, para marcar de forma simples e direta a lembrança histórica que a sua presença evoca e deixar marcado que o seu trabalho e o seu esforço de construção ficam como legados para o sindicato e para aqueles que o constroem.

O 58º Conad cumpriu o seu papel de conselho fiscal e a tarefa designada pelo 32º Congresso de atualizar o plano de lutas para todos os docentes organizados na base do ANDES-SN. Todas as suas resoluções referendam e aprofundam as tarefas que lhe foram designadas. O 58º Conad, neste momento em que as lutas no Brasil recrudescem com o povo nas ruas, tem claro qual é o papel dos docentes: ampliar os nossos esforços na defesa de uma organização sindical autônoma e classista com o conjunto dos trabalhadores; aprofundar nossa relação política com todos os professores; implementar nossa luta pelo avanço contínuo de nossas propostas de luta, pela educação, saúde, direitos do trabalho, ciência e tecnologia expressos no plano de lutas do sindicato.

58º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Santa Maria (RS), 21 de julho de 2013.

## CARTA DE ARACAJU

O 59º Conad – Conselho do ANDES-SN, realizado em Aracaju (SE), no período de 21 a 24 de agosto de 2014, com a participação de 58 seções sindicais, 46 delegados, 117 observadores e seis convidados, tendo como tema central *Luta em Defesa da Educação, Autonomia da Universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública*, analisou a conjuntura nacional e internacional, fez um balanço das atividades do sindicato e, com base nesses aspectos, atualizou o seu plano de lutas. História e resgate na abertura, marcados pelo som dos tamancos e dos tambores. História e reafirmação da perspectiva de luta do ANDES-Sindicato Nacional na abertura, marcadas pela homenagem ao militante e lutador Marcio Antônio de Oliveira. Em sua posse, a diretoria gestão 2014-2016 assumiu o desafio de dar continuidade ao processo de construção coletiva e democrática que se expressa nas definições políticas e nas ações de luta.

A análise da conjuntura realizada no 59º Conad destacou o aprofundamento da crise mundial, cuja resposta do capital tem se dado a partir da intensificação das medidas de austeridade, que implicam o acirramento dos ataques aos direitos dos trabalhado-

res. No Brasil, a ascensão dos movimentos grevistas e as jornadas de junho, em 2013, resultam da insatisfação frente aos impactos do aprofundamento da crise, abrindo uma nova conjuntura marcada pelas lutas populares que tem como resposta dos setores dominantes a criminalização dos movimentos sociais.

Nesse marco conjuntural, a intensificação da contrarreforma do Estado e sua expressão na política educacional demandam a ampliação da mobilização de trabalhadores e estudantes, e o tema da defesa da educação pública ganha centralidade, tal como definido no tema do evento.

A realização do Encontro Nacional de Educação, no início de agosto, reunindo mais de 2 mil participantes, representou um marco e um importante passo no processo de reorganização do campo classista em defesa da educação pública. Segundo as proposições aprovadas no 59º Conad, enraizar nossa ação em defesa da educação pública passa por dar continuidade à agenda de lutas e ações em curso, incluindo os encaminhamentos do Encontro, como a constituição de comitês estaduais em defesa da escola pública, a realização de um dia de luta em defesa da escola pública em outubro de 2014, a realização do 2º ENE em 2016, precedido de encontros estaduais e regionais, a manutenção e ampliação do Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para a educação pública já. A defesa do “PNE da sociedade brasileira” como orientador da luta pela educação que defendemos, denunciando a tentativa de ressignificação do conceito de educação pública por meio do PNE oficial aprovado e a utilização da verba pública para fins privados foi aprovada, assim como o acompanhamento e análise de medidas governamentais que representem um ataque à educação pública, de qualidade e socialmente referenciada.

As políticas oficiais de Ciência e Tecnologia inovam, ampliando a subordinação e sujeição da vida acadêmica aos apetites, pai-

xões e desejos do capital e demandam ações, tais como as aprovadas no 59º Conad, de acompanhamento e aprofundamento dos debates sobre as formas de privatização no interior das instituições de ensino públicas, assim como sobre a pesquisa, a pós-graduação, as políticas produtivistas e suas consequências, que resultam na intensificação e precarização do trabalho docente.

As lutas populares recentes foram marcadas pelas reivindicações ligadas às questões urbanas. O 59º Conad aprovou a intensificação e o aprofundamento no âmbito do sindicato do debate sobre a questão urbana, assim como sobre a questão agrária e ambiental, articulando-se com os movimentos sociais que trabalham o tema. Foi aprovada também a realização, nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2014, do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas.

A implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em algumas universidades, expressão contundente da privatização, da mercantilização e do ataque à autonomia, universitária, já evidencia resultados negativos para os técnico-administrativos, docentes, estudantes e usuários do Sistema Único de Saúde. O 59º Conad aprovou a elaboração e divulgação das experiências e seus impactos como forma de subsidiar o enfrentamento aos processos de contratualização nas universidades que não aderiram.

As lutas dos docentes pela garantia dos direitos de aposentadoria devem ser permeadas pela solidariedade e pela compreensão de que os ataques não são exclusivos aos hoje aposentados ou aos que futuramente se aposentarão. Nesse sentido, as ações aprovadas no 59º Conad combinam a intensificação da luta pela aprovação da PEC 555/2006 e do PL 4434 e a luta contra o regime de Previdência Complementar, sua expressão federal – o Funpresp –, estadual e municipal, dentre outras ações.

A contrarreforma do Estado em curso, em particular a universitária, aprofunda o processo de privatização, terceirização e

precarização do trabalho, impondo desafios político-organizativos ao ANDES-SN. Nesse sentido, o 59º Conad aprovou a realização, no início de novembro de 2014, do Seminário Nacional que debaterá a temática a partir das experiências e reflexões das seções sindicais. As realidades locais de cada instituição de ensino, incluindo a multicampia e a precarização do trabalho, em debate no Seminário, subsidiarão a formulação de respostas em nossos futuros fóruns deliberativos – Congresso e Conad.

Dando sequência à nossa ação contra a terceirização no serviço público, foi aprovada a realização de debates sobre a temática no interior das instituições públicas de ensino – federais e estaduais –, assim como a cobrança dos dirigentes das instituições públicas de ensino. Na perspectiva de unidade com o conjunto dos trabalhadores do serviço público nessa luta, torna-se necessária a articulação com outras entidades da educação (Fasubra e Sinasefe) e do serviço público federal, estadual e municipal, também aprovada pelos delegados presentes ao 59º Conad.

O ano de 2013 foi marcado por intensa mobilização e pela deflagração de vários movimentos grevistas no âmbito das IEES em sua luta por melhores condições de trabalho, carreira docente e financiamento público. Ao tempo que o 59º Conad se realiza, as IES paulistas se encontram em greve, como resposta ao anúncio do congelamento dos salários, ao contingenciamento do financiamento público e à precarização das condições de trabalho. Para dar curso ao conjunto de ações no setor das IEES/IMES, foi aprovada a realização do 22º Encontro Nacional das IEES/IMES em setembro de 2014.

A agenda de lutas dos docentes das IFES, em unidade com os trabalhadores do serviço público federal, passará, segundo as ações aprovadas pelo 59º Conad, pelo fortalecimento da CNESF como espaço organizativo de luta, assim como pela necessária ampliação da aglutinação de forças em torno do Fórum

das Entidades Nacionais dos SPF, dando continuidade à Campanha Unificada de 2014. A atualização do Plano de Lutas dos Docentes das instituições federais de ensino aprovada inclui a deflagração do debate e das articulações políticas durante o segundo semestre de 2014, com o objetivo de preparar a campanha conjunta dos SPF de 2015.

A avaliação da importância das experiências da jornada de lutas e do Espaço de Unidade de Ação ensejou a aprovação no 59º Conad de ações que visem prosseguir e fortalecer as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais do campo classista.

A compreensão dos eixos centrais da luta dos docentes das IFE resultou na aprovação de um calendário de lutas para o segundo semestre de 2014 que inclui ações de defesa dos direitos de aposentadoria, da carreira, de condições de trabalho e autonomia universitária. Em contraposição à proposta de Lei Orgânica em curso, que, sob o pretexto de regulamentação, avilta o preceito da autonomia universitária, foi aprovado um conjunto de ações que incluem o aprofundamento dos debates sobre universidade brasileira, tendo por base o *Caderno 2* do ANDES-SN, especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas da democracia e autonomia universitária.

A precarização e intensificação do trabalho docente, o assédio moral e a perda de direitos no interior das instituições particulares de ensino superior motivou a deliberação pela realização de um Encontro Nacional do Setor das IPES, no segundo semestre de 2014, como forma de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES, assim como, de ações no sentido da articulação com os movimentos sociais e outras entidades da área educacional para o enfrentamento das políticas adotadas nessas instituições e a cobrança do governo

federal de ações no sentido de que as IPES funcionem de acordo com os dispositivos constitucionais.

Foi aprovada a ampliação da Comissão da Verdade e a realização de um Seminário Nacional precedido de encontros regionais.

No exercício de suas atribuições estatutárias, o 59º Conad aprovou a prestação de contas do exercício de 2013, expressando que foram respeitados todos os parâmetros e designações das instâncias do sindicato, bem como a previsão orçamentária para 2015, considerando o plano de lutas e os esforços em defesa dos docentes do ANDES-SN.

A manutenção e o aprofundamento dos princípios da democracia no Sindicato Nacional foram a marca do debate e da aprovação de mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN. O fortalecimento do Sindicato Nacional esteve expresso na homologação de duas novas seções sindicais aprovadas no 59º Conad, como também nos debates realizados em que se reafirmaram os princípios que orientam a atuação autônoma e democrática do ANDES Sindicato Nacional.

Por fim, acreditamos que o 59º Conad cumpriu seu papel em atualizar o nosso plano de lutas e manteve acesa a chama de um sindicato autônomo, laico e com referência social.

59º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Aracaju (SE), 24 de agosto de 2014.



## CARTA DE BRASÍLIA

Reunidos em Brasília, nos dias 2 e 3 de maio de 2015, 40 delegados, 61 observadores das seções sindicais do ANDES-SN e 34 diretores do ANDES-SN, componentes da comissão diretora do 7º Conad extraordinário, docentes de instituições de ensino de todo o país debateram e deliberaram sobre as contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas.

Aprovamos as resoluções que encaminharemos e defendere-mos como delegação do ANDES-SN no 2º Congresso da CSP-Conlutas, organizadas com base em dois eixos – Plano de Ação da CSP-Conlutas e Questões Organizativas. Nossa intervenção no interior das instâncias da Central deve estar mediada, necessariamente, por ações no conjunto do sindicato, que permitam o fortalecimento e o enraizamento da Central em nossas bases, a partir da ampliação da participação das seções sindicais no cotidiano da CSP-Conlutas, expressa em um conjunto de propostas aprovadas, que tratam de ações no interior do ANDES-SN, em relação à nossa atuação na Central.

A conjuntura, debatida em Plenária no primeiro dia do 7º Conad, reafirmou o conteúdo da avaliação de conjuntura e a

centralidade da luta aprovadas no 34º Congresso, destacando, entretanto, a aceleração e a intensificação das medidas de ajuste que têm como objetivo dar respostas à crise do capital. O aprofundamento dos ataques aos trabalhadores se expressa em dois aspectos que consideramos serem faces da mesma moeda: a retirada de direitos, expressa nas ações do Executivo, com destaque para as Medidas Provisórias 664 e 665, nas ações do Legislativo, a exemplo da votação no Congresso Nacional do PL 4330; e nas ações do Judiciário, tendo como exemplo a admissibilidade da constitucionalidade da Lei 9.637/98, e a adoção de medidas antissindicais do Estado brasileiro e criminalização dos movimentos sociais.

Destaque-se que não se trata de um conjunto de ações de um ou de outro governo, mas expressa o caráter de classe do Estado, que em momentos de aprofundamento da crise do capital, implementa, de forma mais contundente, ações que têm como objetivo retirar direitos.

Em contraposição, a classe segue em movimento, com paralisações, dias de luta e greves, demandando de nós, trabalhadores, buscar novos patamares de enfrentamento. Esse novo patamar demanda a intensificação das ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva da construção da greve geral.

Para tanto, o ANDES-SN afirma a necessidade de construção da greve geral dos trabalhadores em 2015, atuando junto à CSP-Conlutas em busca da ampla unidade de luta contra os graves ataques aos direitos da classe trabalhadora.

O apassivamento dos trabalhadores, a partir de cooptação das direções dos movimentos sindicais e dos movimentos sociais, presente nas duas últimas décadas, torna-se insuficiente para o capital, na atual conjuntura, quando presenciemos o ascenso das lutas. Somam-se, então, a cooptação das direções, as

ações de criminalização dos movimentos e a adoção de práticas antissindicais que têm como objetivo destruir entidades e movimentos que mantêm sua autonomia e combatividade.

Nesse contexto, apontamos para a construção de um dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical, nos espaços de articulação, com as entidades sindicais e os demais movimentos sociais do campo classista.

7º Conad extraordinário – Conselho do ANDES-SN  
Brasília (DF), 3 de maio de 2015.



## CARTA DE VITÓRIA

Reunidos em Vitória (ES), durante o período de 13 a 16 de agosto de 2015, 52 delegados e 84 observadores de 53 seções sindicais do ANDES-SN, um convidado e 33 diretores do ANDES-SN, docentes de instituições de ensino de todo o país debateram a conjuntura e atualizaram o plano de lutas deliberado no 34º Congresso do ANDES-SN que aprovou, como centralidade da luta para o ano de 2015, “avançar na organização dos docentes e na unidade com os movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais, para enfrentar a mercantilização da educação, combater as políticas neoliberais e defender intransigentemente os direitos dos trabalhadores”. O balanço das lutas empreendidas, desde então, demonstrou a capacidade crescente de enfrentamento à destruição da educação pública e aos ataques aos direitos dos trabalhadores. Em um período em que não houve sequer um dia sem greve nas instituições públicas de ensino a partir da implementação do plano de lutas nas organizações de base do ANDES-SN – as seções sindicais das instituições estaduais e federais –, avançamos também na construção da unidade com os trabalhadores. Como forma de dar continuidade

a esse processo, aprovamos no 60º Conad, intensificar, junto à CSP-Conlutas, ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva da construção da greve geral contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora, expressos, nesse momento, em particular, no PLC 30/15, que trata da ampliação das terceirizações nas relações de trabalho, nas Leis n. 13.134 e n. 13.135, de 2015, as quais retiraram direitos dos trabalhadores no campo da seguridade social e do trabalho, e na MP 680 de 2015, expressão legal da proposta conhecida como Política de Proteção ao Emprego (PPE), que é, na verdade, política de proteção ao lucro.

A resposta dada à crise econômica e política pelos governos federal, estaduais e municipais, ocupados por representantes dos setores que representam o bloco de poder, apesar das divergências, tem como ponto de consenso colocar sobre o ombro da classe trabalhadora os impactos da crise. As medidas implementadas pelas diferentes esferas de governo trabalham na perspectiva de retirar direitos do trabalho e de ampliar espaços para a reprodução do capital com base na mercantilização e na financeirização das políticas sociais.

A análise da crise, sobretudo em sua dimensão política, realizada no 60º Conad, apontou à necessidade de desvendarmos o autoproclamado e propagandeado dissenso entre as diferentes frações do bloco de poder e apontou para a continuidade no processo de reorganização da classe trabalhadora, com base na articulação com setores do movimento social e sindical que se colocam no campo classista e autônomo da organização dos trabalhadores.

Só assim será possível barrar o avanço das medidas que retiram direitos de seguridade social, tais como a MP 676 de 2015, e reafirmar a luta pelo direito à aposentadoria integral de todos os trabalhadores, incluindo a luta pela revogação da reforma da Previdência e de medidas que retiram direitos, tais como o fator

previdenciário e as fórmulas similares substitutivas. O combate à contrarreforma informal da Previdência implementada pela desestruturação da carreira deve prosseguir na luta pela reestruturação da carreira docente, de acordo com o modelo proposto pelo ANDES-SN, incluindo a luta pela garantia do direito à aposentadoria com integralidade e paridade.

Foi aprovado um conjunto de proposições de produção de materiais para subsidiar os embates que travamos na defesa dos direitos dos trabalhadores, assim como a definição de uma agenda de seminários e de debates para o segundo semestre de 2015, dando continuidade à implementação das resoluções aprovadas no 34º Congresso.

Dentre outras ações referentes à política de comunicação e arte, aprovamos a realização do 4º Encontro Nacional de Comunicação e Artes, com o tema “Articulação Arte, Comunicação e Movimento Sindical: Princípios e Desafios”, antecedido de atividades preparatórias nas Seções Sindicais.

A defesa do caráter público da educação se expressou nas resoluções de combate às medidas dos poderes executivo, legislativo e judiciário que apontam nesse sentido. Urgente se coloca o combate à adoção das Organizações Sociais nas instituições públicas de ensino, em particular as Instituições Federais de Ensino nesse momento, assim como a luta conta a aprovação da PEC 395/14, que busca alterar o art. 206 da CF, limitando a gratuidade do ensino superior nas IES públicas. Também o PLC77/2015 que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, destacando seu papel no processo de mercantilização e privatização da Educação, Ciência e Tecnologia públicas e seus impactos negativos nas IES públicas, incluindo o trabalho e a carreira docente, foi objeto de debate e resolução no sentido da ampliação das estratégias de luta contra a sua aprovação.

Fundamental se torna impulsionar os Comitês Estaduais por meio das Secretarias Regionais e das Seções Sindicais para a realização, no segundo semestre de 2015, dos Encontros Regionais Preparatórios ao 2º Encontro Nacional de Educação (ENE), conforme eixos definidos pelo Comitê em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, já!

Considerando a apropriação do fundo público, seja para o pagamento da dívida pública seja para subsidiar o setor privado da educação, o 60º Conad deliberou que as Seções Sindicais realizem debates sobre o investimento necessário, como percentual do PIB, para a garantia da educação pública de qualidade em cada estado e o Distrito Federal, como forma de aprofundamento do debate que subsidiará nossas ações em defesa da utilização do fundo público para implementar direitos dos trabalhadores.

A luta contra qualquer tipo de flexibilização e de precarização do trabalho, aprovada no 60º Conad, e que inclui avançar na organização sindical pela base de professores substitutos, tutores da EaD, horistas e de outras formas precarizadas de trabalho docente, vem alcançando patamares diferenciados já no período próximo passado quando houve sindicalização, via secretaria regional do ANDES-SN, de professores tutores de EaD. A continuidade desse processo demanda não só a organização da seção sindical que já está em curso, mas também a ampliação da organização dos docentes contratados de forma precária em outros estados.

A atualização da análise de conjuntura trouxe elementos, dentre os quais o avanço do conservadorismo. Obscurantismo sem precedentes na nossa história recente, desde o período da ditadura empresarial militar, que se expressa em proposições de retirada de discussões de gênero e de combate à homofobia nos planos municipais e estaduais de educação. Tais iniciativas estão permeadas de ataques aos que combatem a opressão e que defen-



dem a construção de uma nova sociabilidade para além do capital. Às forças políticas que pretendem nos calar, respondemos aprovando o reforço à luta contra a discriminação étnico-racial, o preconceito de gênero e a orientação sexual, consideração a nova ofensiva de grupos conservadores que se utilizam da “ideologia de gênero” para impor retrocessos políticos às lutas de gênero/sexualidades, raça/etnia e classe.

O 60º Conad, cumprindo sua função de conselho fiscal do ANDES-SN, prevista estatutariamente, aprovou a prestação de contas do ano de 2014, a previsão orçamentária do ano de 2016, a prestação de contas do 34º Congresso do ANDES-SN e a prestação de contas do 7º Conad extraordinário.

O fortalecimento de nossas lutas se expressou também na homologação, *ad referendum* do 35º Congresso, da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Oeste da Bahia Seção Sindical do ANDES-SN, a ADUFOB SSind.

A necessidade de alcançar um novo patamar das lutas empreendidas pelos docentes em defesa do caráter público da educação foi debatida na plenária dos planos de lutas dos setores das federais e das estaduais e municipais, a qual definiu, entre outros encaminhamentos, ações imediatas, conjuntas dos dois setores, em defesa da educação pública, tais como o fortalecimento das greves dos docentes, a construção, nos dias 27 e 28 de agosto, de manifestações de todo o sindicato em Defesa da Educação Pública e a produção de Manifestos Nacionais de apoio às greves em Defesa da Educação Pública.

60º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Vitória (ES), 16 de agosto de 2015.



## CARTA DE BOA VISTA

O 61º Conad do ANDES-SN, com o tema “Defesa dos direitos sociais, da educação e dos serviços públicos”, realizou-se na cidade de Boa Vista, Roraima, sob a organização da SESDUF-RR Seção Sindical, e contou com a participação de 51 delegados, 146 observadores de 57 Seções Sindicais e 4 convidados, no período de 30 de junho a 3 de julho 2016.

Resistência, paixão, emoção... Luta coletiva. Essas palavras talvez consigam enunciar com brevidade o clima experimentado pelos delegados e delegadas, observadores e observadoras, convidados e convidadas do ANDES-SN reunidos na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pois, já na plenária de instalação, qual não foi o rebentar de sentimentos dos que conheceram e dos que privaram da convivência do professor Márcio Antônio ao assistirem as homenagens a ele dirigidas, as quais diziam de um líder, de um comandante, de um companheiro e de um amigo. Honras feitas ainda sobre o efeito dos suaves aromas exalados no ritual realizado pela Pajé Vanda Macuxi, que comandava os cânticos e a dança Parixara, expressando a vida dos povos tradicionais de Roraima. Era, pois, um grito de alto lá! dirigido

contra o escárnio de um governo ilegítimo que anunciara, dias antes, o nome de um general, de desditosa memória em favor da ditadura empresarial-militar, para presidir a Fundação Nacional do Índio (Funai). Era também a reafirmação do pertencimento dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação superior, povos originários, trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo no necessário confronto contra a PEC 215/2000, o Código de Mineração, o Código Florestal, o Marco da Biodiversidade, o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação – grito que ecoaria nas deliberações sobre questões agrárias, urbanas, ambientais e de C&T.

A política e a arte se condensaram na verve do poeta Eleakim Rufino e na voz da cantora Euterpe que banharam de singelezas as plenárias e armaram os espíritos para a luta numa conjuntura marcada por severos retrocessos. Foi isso que disse o companheiro Paulo Rizzo ao fazer seu balanço da gestão que se encerra. Ele invocou as batalhas travadas, o aprendizado e o amadurecimento do sindicato. Depois procedeu à posse da nova presidente, a companheira Eblin Joseph Farage, para a gestão 2016-2018, a qual deu posse aos demais 82 integrantes da diretoria, e, em seu discurso, identificou os elementos centrais da crise do capitalismo e as suas reverberações na agenda regressiva em curso na sociedade brasileira e no campo dos direitos sociais.

A nova diretoria assumiu com o compromisso de defender os princípios do ANDES-SN e com a responsabilidade de fortalecer a unidade da categoria pela intensificação do trabalho de base, no interior do sindicato, e com a classe trabalhadora combativa, envidando esforços na construção de um campo de lutadores\as frente à conjuntura regressiva. Nas palavras da presidente empossada, “que sejamos capazes de usar esse momento para nos fortalecer, fazer da crise potência para a nossa luta, para os nossos desafios internos e enquanto classe, o que pressupõe

uma organização e ampla com todas e todos aquelas e aqueles que estão nas ruas contra a retirada de direitos”.

Na análise de conjuntura, identificou-se que os intensos ataques à classe trabalhadora, materializados em retirada de direitos e criminalização de movimentos sociais, refletem uma profunda crise política, econômica e social no país, ou seja, reflexo da crise estrutural do capitalismo. Em reação a essa conjuntura, a classe trabalhadora e a juventude, no Brasil e no mundo, têm protagonizado lutas acirradas, sobretudo em contextos de governos de conciliação de classe. No mundo e no Brasil, a juventude e os trabalhadores e trabalhadoras têm protagonizado movimentos de resistência e de enfrentamento à retirada de direitos sociais, mostrando que novos ares sopram na luta de classes, evidenciando a necessidade de aglutinação dos esforços para a reorganização da classe trabalhadora e para a instauração de uma nova sociabilidade para além do capital.

No ANDES-SN, greves acirradas em 11 seções sindicais do setor das IEES-IMES, espalhadas em cinco estados, articuladas com técnico-administrativos e discentes, são lutas contra o ajuste fiscal nos estados, por melhores condições de trabalho e contra o ataque aos direitos conquistados. Essas greves mostram a força e a vitalidade do ANDES-SN no seio da classe trabalhadora e na defesa de seu projeto de universidade pública, gratuita, socialmente referenciada, laica e de qualidade, além da luta contra os ataques que buscam o desmantelamento do serviço público nos estados. Reforçam essa trincheira de luta as ocupações estudantis em algumas das Instituições Federais de Ensino Superior e em várias escolas da educação básica.

A análise sobre a atualização da conjuntura e da política sindical refletiu as diferentes perspectivas da categoria em relação à conjuntura política do país. Após intenso debate das diferentes compreensões políticas em torno da conjuntura, chegou-se a um

posicionamento contra o governo interino que chega ao poder por meio de uma manobra parlamentar, jurídica e midiática. Ao posicionar-se pelo Fora Temer! Contra a política de conciliação de classes, o ajuste fiscal, a retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, os cortes nas políticas sociais e pela defesa da auditoria da dívida pública e da greve geral, os delegados e as delegadas do 61º Conad, representantes de suas bases, construíram um direcionamento para o nosso sindicato frente ao desafio de construção da unidade na luta, no próximo período.

O 61º Conad, cumprindo o seu papel de conselho fiscal, aprovou a prestação de contas do exercício 2015 do ANDES-SN e a previsão orçamentária para o exercício de 2017. Discutiu e atualizou os planos de lutas da educação, os direitos e a organização dos trabalhadores e dos Setores das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino superior (IEES/IMES) e das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Na atualização do plano de lutas dos setores, dentre as ações aprovadas que se relacionam com os dois setores e o conjunto dos servidores públicos, destacam-se a continuidade da luta contra a aplicação da Lei n. 13.243/2016 (MLCT&I), que estabelece o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, o PLP 257/2016, a PEC 241/2016, prevendo o congelamento do Orçamento da União para as políticas sociais por mais de 20 anos, dentre outros graves ataques, e a contrarreforma da Previdência, com a construção de uma campanha nacional em defesa da Previdência pública e contra a retirada de direitos previdenciários. No setor das IFES, deliberou-se pela intensificação das ações nos espaços de unidade dos servidores públicos federais, levando o debate sobre a perspectiva de rearticulação da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) como espaço organizativo e político da luta dos servidores públicos federais. Também se deliberou pela participação nas ações da frente par-

lamentar mista em defesa da Previdência Social. Como subsídio à construção da pauta do setor, realizar-se-á uma reunião conjunta com os GTPE, GTcarreira e GTC&T.

O 61º Conad foi realizado após o 2º Encontro Nacional de Educação, momento fundamental de consolidação de organização das lutas em defesa do projeto classista e democrático de Educação, o qual indicou algumas ações para serem apreciadas pelas entidades que o compõem.

Transformar o Comitê dos 10% do PIB para a educação pública já! em coordenação nacional das entidades em defesa da educação pública; realizar o debate sobre a construção de uma greve nacional da educação; criar e fortalecer fóruns, comitês ou coordenações em defesa da educação pública nos estados; intensificar e unificar a luta contra o projeto “escola sem partido”; e realizar no dia 11 de agosto o dia nacional de luta em defesa da educação pública. Todos esses indicativos foram aprovados no 61º Conad.

Em relação às questões agrárias, urbanas e ambientais, o 61º Conad deliberou pela intensificação da discussão da política energética do país, incluindo o debate sobre o mineral nióbio; pela produção de uma revista que aborde esses temas e a luta contra as PECs 53/2014 e 65/2012.

A fim de dar maior visibilidade ao enfrentamento ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, deliberou-se por realizar um dia nacional de luta contra o referido Marco, bem como a sua regulamentação e implementação nas IES públicas. Além disso, realizar-se-á seminário nacional sobre ciência e tecnologia em novembro do ano em curso.

No contexto de alguns acontecimentos que refletem uma brutal violência em relação à comunidade GLBTTI, às mulheres, aos negros e negras, às comunidades indígenas, o 61º Conad incluiu no calendário de lutas do nosso sindicato os dias dedica-

dos ao combate à homofobia, à lesbofobia e à transfobia. Ficou patente a necessidade de se intensificar os debates e as ações de enfrentamento contra todas as formas de opressão, seja no âmbito interno de nossas instituições ou e em outras frentes de lutas. Uma demonstração disso foi o lançamento da *Revista Universidade e Sociedade*, n. 58, com o tema “Mulheres em movimento nas lutas sociais e sindicais” e a Cartilha em defesa dos direitos das mulheres, dos indígenas, das/os negras(os) e das(os) LGBT.

Em relação à política de seguridade, saúde e assuntos de aposentadoria, o Conad aprovou intensificar a luta com os demais movimentos sociais pela defesa do SUS e contra o fim da universalização do direito à saúde e pela ampliação do financiamento do sistema público de saúde. Além disso, aprovou-se a publicação de cartilha que oriente a realização de pesquisa sobre saúde e adoecimento docente.

A homologação da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia (SINDIUFBSB) e a aprovação dos novos critérios de acesso ao Fundo Único do ANDES-SN demonstram o amadurecimento político e organizativo de nosso sindicato, que continuará com as ações da Comissão da Verdade, recomposta no evento, e com o lançamento do *Caderno Andes n. 27*, com os relatos da Comissão da Verdade.

Com a calorosa recepção dos companheiros e das companheiras da SESDUF-RR, o 61º Conad foi um evento marcado por um denso debate político que produziu uma atualização na agenda de lutas do ANDES-SN, que nos arma para os duros enfrentamentos que teremos no semestre vindouro. O 61º Conad escreveu mais uma bela página na história do ANDES-SN, revigorando nossa disposição para continuar representando e defendendo os interesses dos docentes, sem jamais se furtar a contribuir com a luta daqueles e daquelas que se mantêm firmes e determinados na construção de uma sociedade sem exploração



e opressão. Eis aí uma maneira de reafirmar o legado do nosso inesquecível companheiro Márcio Antônio, que a partir deste Conad dará nome à sala de secretaria da sede do ANDES-SN.

Márcio Antônio, presente!

61º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Boa Vista (RR), 3 de julho de 2016.



## CARTA DE NITERÓI

Às margens da Baía de Guanabara, na cidade de Niterói (RJ), sob a organização da ADUFF Seção Sindical, realizou-se o 62º Conad do ANDES-SN, no período de 13 a 16 de julho de 2017. Com o tema “Avançar na unidade e reorganização da classe trabalhadora: em defesa da educação pública e nenhum direito a menos!”, 66 delegados e delegadas, 164 observadores e observadoras de 70 Seções Sindicais e dois convidados atualizaram o plano de lutas deliberado no 36º Congresso, apreciaram e aprovaram a prestação de contas do Sindicato Nacional.

Sob as linhas curvas da arquitetura revolucionária de Niemeyer, no Teatro Popular de Niterói e nas dependências da UFF, os participantes do Conad desenharam os vetores da ação política do sindicato, em face de uma desafiadora conjuntura. A sinuosidade da estrutura arquitetônica amplificou os brados de resistência dos lutadores e lutadoras, que, embasados(as) em densa análise da realidade brasileira, assumiram conscientemente os desafios postos pela conjuntura como motivos da ação transformadora. A dosagem perfeita do otimismo da vontade e do pessimismo da razão foi sendo construída, já na mesa de

abertura, pelos fervorosos discursos de sindicalistas e representantes de movimentos sociais vários.

Merece destaque o entusiasmo e a emoção com que os(as) participantes receberam as peças da Orquestra de Cordas Querubins da Grotta, que ensinaram por si mesmas que o belo e o singelo são chamados que ardem, despertam e iluminam as consciências na luta pela emancipação do indivíduo e da sociedade. Em seguida, foi lançada a campanha de combate ao assédio sexual, odiosa forma de violência que vitima principalmente as mulheres, em uma sociedade marcada pelo machismo e pelo patriarcado. A atualização da Cartilha “Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os e das/os LGBT” é o reflexo da necessidade imperiosa do combate às opressões nas universidades e na sociedade. Destaca-se, nesse sentido, a criação da Comissão Permanente de Enfrentamento ao Assédio, na estrutura da diretoria nacional do ANDES-SN, a ser regulamentada e incorporada ao Estatuto do 37º Congresso do ANDES-SN, e a constituição de uma Comissão de Enfrentamento ao Assédio, regulamentada nos regimentos dos Congressos e Conad, com a função de receber e apurar denúncias de assédio sexual e moral e de realizar ações educativas durante as atividades desses eventos.

Já em seus primeiros momentos, os lutadores e as lutadoras reconheceram e reafirmaram a unidade na luta como imperiosa necessidade do momento – unidade que, sendo síntese do diverso, tem de ter como vetor central derrotar a agenda regressiva que ataca os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e posicionar-se em face da crise política e institucional que tem por centralidade as demandas do trabalho. Nessa direção, o Conad reafirmou a linha política e atualizou as consignas aprovadas no 36º Congresso: barrar e revogar as contrarreformas; construir

uma nova greve geral; fora Temer! Contra a política de conciliação de classes; eleições diretas e gerais já, com novas regras!

Para os participantes do 62º Conad, a centralidade do trabalho permite construir uma agenda de lutas que responda às demandas econômicas mais diretas e aos enfrentamentos necessários no campo da política e da crise institucional em curso. Foi nessa direção que se deliberou pela realização do Dia Nacional de Lutas e Mobilizações, com atos nos estados e em Brasília, para revogar a Reforma Trabalhista e barrar a Reforma da Previdência. Para tanto, o ANDES-SN deve continuar o protagonismo que tem assumido na construção de unidade com as demais organizações dos trabalhadores, ampliar a atuação no interior da CSP-Conlutas, inclusive nas instâncias deliberativas tendo em vista o 3º Congresso da Central, e fortalecer espaços que articulem sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais não filiados à Central para construir um calendário comum de luta.

A discussão da política educacional centrou-se na busca de ações que enfrentem o projeto privatista da burguesia e seus corolários conservadores. Compreendeu-se que o 3º Encontro Nacional de Educação, que se realizará em 2018, constitui espaço privilegiado de formação e enfrentamento político, razão por que se deliberou pela realização de diagnóstico da educação nacional com o fim de subsidiar o 3º ENE. Encaminhou-se a continuidade da denúncia da BNCC do ensino infantil e fundamental pelo caráter autoritário e discriminador quanto às questões de gênero, etnia e diversidade sexual. Na mesma denúncia, enquadra-se a decisão do STF favorável ao pagamento de mensalidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu* nas IES públicas – uma flagrante violação do princípio constitucional da gratuidade da educação nas instituições públicas – além de novas ações junto às Frentes Estaduais e Regionais em defesa da Escola sem Mordaza. Ressalta-se a violência sobre a juventude

brasileira, cometida pela reforma do ensino médio, que acirra a formação dual, ao alijar os filhos das camadas trabalhadoras do acesso à educação. Atenção especial foi dada à política de inclusão, ingresso e permanência de pessoas com deficiência nas IES públicas, deliberando-se por ações iniciais em relação ao tema e aprofundamento em espaços do Sindicato Nacional. Neste sentido, o ANDES-SN e suas Seções Sindicais devem acrescentar a defesa dos direitos das pessoas com deficiência nas bandeiras de luta. As diversas formas de controle do trabalho e a avaliação docente, que terão como princípio o plano de carreira do Andes-SN, serão pautadas em futuros debates.

Uma crítica à obtusa atividade destrutiva orientada pela maximização do lucro, materializada na ofensiva reacionária do latifúndio, agronegócio, mineração, que esgarça as fronteiras agrícolas e avança destruindo modos de vida tradicionais, comunidades quilombolas e indígenas, ao arrepio de licenças ambientais e de quaisquer processos democráticos, foi corporificada na deliberação de divulgar material crítico por meio dos instrumentos de comunicação do sindicato e em todos os espaços ou eventos nos quais o ANDES-SN participa. Deliberou-se também pela apresentação de denúncia, perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as organizações de direitos humanos, de massacres, mortes, assassinatos, prisões, perseguições e criminalização de trabalhadores e trabalhadoras no campo e na cidade.

A sanha destrutiva do capital atinge igualmente o meio natural e o principal pilar da sociedade – o trabalho. Essa tendência se expressa nas contrarreformas em curso, em especial o cruel ataque à aposentadoria, que degradam as condições de existência dos trabalhadores e trabalhadoras com o fim de gerar maiores excedentes para o capital. Eis por que se compreendeu a necessidade de continuar a luta da categoria docente contra a Reforma da Previdência, com a produção de materiais audio-

visuais que evidenciem o caráter ainda mais nefasto do substitutivo da PEC n. 287A/16, além do apoio às frentes, comitês e fóruns estaduais e municipais em defesa da Previdência pública.

O recrudescimento do conservadorismo e da xenofobia materializa a ação de sujeitos sociais ligados direta ou indiretamente à lógica destrutiva do capital. Em face da presença cada vez mais expressiva de tais práticas na sociedade brasileira e nas instituições de ensino, o 62º Conad tomou a importante decisão de que as Seções Sindicais, Secretarias Regionais e GTPCEGDS do Andes-SN acrescentem em suas pautas as questões dos grupos migratórios, dando visibilidade às situações de vida na cidade e na universidade, com o intuito de combater discursos e práticas xenofóbicas, levando o debate para a CSP-Conlutas.

Os participantes e as participantes do 62º Conad reconheceram, ainda, o aprofundamento dos ataques às IES, institutos federais e aos direitos dos docentes nas esferas federal, estadual e municipal. Como forma de enfrentamento a esses ataques, aprovou-se a construção de um dia nacional de lutas em defesa da educação pública e gratuita, em 11 de agosto, em conjunto com as demais entidades do movimento estudantil, sindical e popular. Para o Setor das IEES/IMES, foi criada a Frente Nacional em Defesa dos Sistemas de Ensino Superior Públicos Estaduais, e, no setor das IFES, deliberou-se pela participação na reunião ampliada do Fonasefe, além de um cronograma de ações, de agosto a novembro, para enfrentar as questões relacionadas aos cortes orçamentários, carreira, vagas docentes, terceirização e aposentadoria, cujo ápice será a realização de um painel e a elaboração de um dossiê sobre essas questões.

A luta dos docentes em defesa do projeto de universidade do ANDES-SN sai mais fortalecida do 62º Conad com a homologação da Adesfaetec Seção Sindical, *ad referendum* do 37º Congresso.

No fim de tarde de 16 de julho, enquanto o sol se escondia atrás do relevo da Baía da Guanabara, reluzia, nas consciências, a síntese construída a partir das divergências processadas em acalorados debates. Foi como se, a exemplo da arquitetura de Niemeyer, os participantes do 62º Conad tivessem percorrido as tortuosas veredas da conjuntura para construir a linha orientadora da ação política do sindicato, estabelecendo não apenas o fio condutor, mas, também, a agenda de ações para materializá-lo.

Ao final foi indicada por aclamação a sede do 63º Conad: a cidade de Fortaleza, capital do estado do poeta Belchior, cujos versos inspiram nossa coragem para lutar: “Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não, eu canto”.

Viva a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras!

Viva os 100 anos da Revolução Russa!

Até a vitória!

62º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Niterói (RJ), 16 de julho de 2017.



## CARTA DE FORTALEZA

O 63º Conad do ANDES-SN, com o tema “Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica”, realizou-se na cidade da Jurema e da índia Iracema, Fortaleza, no Ceará, sob a organização da Sinduece – Seção Sindical, contando com a participação de 62 delegado(a)s, 210 observadore(a)s, 70 seções sindicais, cinco convidado(a)s, 32 diretores(a)s, totalizando 308 participantes, no período de 28 de junho a 1º de julho 2018.

Nosso 63º Conad teve seu início no dia do Orgulho LGBTI e, por isso, começamos os trabalhos registrando que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Na sequência, tivemos a apresentação do som do empolgante, vibrante e valente ritmo do grupo de mulheres negras e lésbicas Tambores de Safo. Lenços verdes, utilizados como símbolo da luta das mulheres argentinas pela legalização do aborto, foram distribuídos aos presentes em homenagem à luta e à conquista das mulheres na Argentina e na Irlanda.

A abertura foi recheada de emoções. Foi realizada uma comovente homenagem a uma das mais importantes e antigas

funcionárias do sindicato – a Fátima, que, após 34 anos de trabalho na secretaria do ANDES-SN e após sua aposentadoria, vai se desligar do sindicato. Para agradecer toda sua dedicação, foi elaborado um *InformAndes Especial* e um vídeo com declarações de ex-presidentes do ANDES-SN, de funcionário(a)s, de suas filhas, de seu neto e de sua neta. Também foi feita uma homenagem a Marielle Franco, vereadora executada no Rio de Janeiro, por lutar em defesa dos direitos humanos e contra a intervenção militar. Nesse momento, uma militante da Maré, Shirley Rosendo, foi convidada a expor a atual situação da favela da Maré explicitando-a aos participantes do 63º Conad e evidenciando a necessidade do nosso Sindicato Nacional integrar-se à luta em defesa dos direitos humanos e contra a intervenção militar e a criminalização da pobreza no Rio de Janeiro. Não esqueceremos! Queremos justiça!

Ainda na abertura foram lançadas duas edições da *Revista Universidade e Sociedade*, sendo uma dessas a edição especial sobre os 130 anos da abolição da escravidão, além de uma cartilha sobre os cortes de verbas nas instituições federais de ensino superior.

Seguimos a abertura com o discurso de balanço da presidente Eblin Farage, que, entre as várias ações e trabalhos realizados pelo sindicato durante a gestão 2016-2018, destacou o protagonismo do ANDES-SN na construção das diversas manifestações desde o segundo semestre de 2016, com ênfase para as diferentes ações em Brasília e nos estados, na construção de frentes, comitês e fóruns em defesa dos serviços públicos e contra a retirada de direitos. Ressaltou ainda, como importante trabalho da gestão, o empenho no combate ao machismo e ao assédio sexual no sindicato e nas universidades. Por fim, salientou a importância do último pleito eleitoral do sindicato, saudando as chapas concorrentes e destacando que a eleição demonstrou o reconhecimento do ANDES-SN como o único e legítimo representante da categoria.

Seguindo a programação do evento, após a saudação das entidades e movimentos convidados, tomou posse a chapa vitoriosa nas eleições do nosso sindicato, “ANDES Autônomo e de Luta”, que foi chamada nominalmente para a assinatura do termo de posse e para a foto histórica. Na sequência, o novo presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves Filho, proferiu seu discurso de posse enfatizando o necessário chamamento à unidade da classe e das forças políticas para resistir aos duros ataques que os trabalhadores e as trabalhadoras vêm sofrendo. Além disso, reafirmou a postura histórica do ANDES-SN de independência e autonomia.

Na plenária do tema 1, importantes análises de conjuntura foram expostas e confrontadas, tendo como um dos principais eixos a caracterização do momento atual diante do agravamento da crise internacional do capital e seus rebatimentos no Brasil. Temas como o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Roussef, o recrudescimento do conservadorismo no mundo, a necessidade de mobilização da categoria para enfrentar os retrocessos em curso, assim como a necessidade de unidade na luta e de se debater o processo de reorganização da classe, marcaram a plenária.

No segundo dia e na manhã do terceiro dia, os grupos de trabalho discutiram de forma intensa as principais polêmicas que cercam o nosso sindicato a partir das importantes contribuições apresentadas no Caderno de Texto e seu Anexo.

Após o pôr-do-sol de sexta-feira, à beira mar, no Iate Clube de Fortaleza, os companheiros e as companheiras cearenses brindaram o(a)s participantes do 63º Conad com uma linda festa e um jantar delicioso, embalados por grupos musicais e muito forró.

Foi no clima quente de Fortaleza, que na tarde de sábado iniciou-se a plenária do Tema 2, momento de discutir e atualizar o plano de lutas. As análises foram marcadas pelo exercício da

democracia com o debate e aprovação de resoluções que melhor preparam o sindicato para o enfrentamento dos ataques impostos pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais. Os debates apontaram para a necessidade de intensificar a luta contra as contrarreformas e pela revogação da EC 95, de nos incorporar à luta pela legalização do aborto junto ao STF. Foi indicada a necessidade de debate sobre cotas étnico-raciais para a composição da diretoria nacional do ANDES-SN, e aprovou-se a defesa das comissões de autodeclaração étnico-racial como método para garantir a política de ações afirmativas nas universidades, CEFET e Colégios de Aplicação. A plenária também se posicionou contra a Portaria n. 38/2018 da CAPES que trata da Residência Pedagógica. A plenária teve ainda importante debate sobre a produção agroecológica, a necessária solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras venezuelano(a)s em Roraima, e a necessidade de aprofundarmos o debate de reorganização da classe. Além desses temas, empolgou a plenária a discussão sobre a proposição de atualização da caracterização da conjuntura, o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, a seletividade da justiça e a posição do sindicato sobre o processo eleitoral de 2018.

O último dia do 63º Conad iniciou ao som do grupo “Paraíba e Companhia Bate Palma”, que com o *Frevo Mulher* terminou de animar o(a)s participantes para as discussões que se seguiram. Na plenária do tema 3, foram debatidas as pautas do Setor das Federais e das Estaduais e Municipais, atualizando o plano de luta e aprovando um dia nacional de luta contra o assédio moral e sexual e um dia nacional de luta, em novembro, de combate ao racismo nas instituições de ensino superior. Um importante momento que definiu ações concretas conjuntas para os dois setores e também a pauta específica. Além das ações conjuntas, no setor das estaduais foi aprovado o 16º Encontro

Nacional do Setor das IEES/IMES. No setor das Federais foi aprovada a atualização do calendário de atividades e a luta contra o ponto eletrônico do(a)s docentes da carreira EBTT. Também foram marcantes as importantes deliberações para adesão à Campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel, solidariedade ao povo palestino e a aprovação de apoio a ações relativas à defesa dos direitos humanos na favela da Maré, a serem construídas no Rio de Janeiro, contribuindo com o fortalecimento de ações junto às organizações e entidades da Maré e outras favelas cariocas; ao mesmo tempo, deliberou por denunciar e responsabilizar o Estado e cobrar a apuração e a punição dos assassinos de Marielle Franco e Anderson Gomes.

A plenária do tema 4 do 63º Conad iniciou aprovando a homologação *ad referendum* do 38º Congresso Nacional do ANDES-SN, da Associação dos Professores e Professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-SINDOIF Seção Sindical do ANDES-SN. Logo após foi eleita a nova Comissão da Verdade do ANDES-SN, composta por dois(duas) diretores(a)s e cinco professores(a)s indicados(a)s por seções sindicais. A plenária aprovou, por aclamação, a indicação da ADUNB, Seção Sindical do ANDES-SN na UnB, como próxima sede do Conad. Sem nenhuma ressalva, a prestação de contas do ano de 2017 foi aprovada.

Além de importantes debates nos grupos de trabalho e nas plenárias, o 63º Conad também se destacou pela organização do Espaço de Convivência para crianças que acompanharam suas mães participantes do evento, com o objetivo de garantir a ampla participação dessas companheiras no evento, por um lado, e oferecer um espaço agradável e seguro com atividades pedagógicas e recreativas para as crianças.

Todo o 63º Conad foi marcado por belas apresentações culturais que, ao trazer diferentes ritmos musicais e expressões da

cultura cearense e nordestina, animaram as participantes e os participantes durante os quatro dias do evento.

Em um momento de profundos ataques às universidades estaduais e municipais, em uma conjuntura de retirada de direitos do funcionalismo público cearense pelo governo de conciliação de classes e do contingenciamento orçamentário, realizar o 63º Conad na UECE aponta para nossa necessidade de fortalecimento das instituições estaduais e municipais, ampliando a articulação entre o setor das federais e o setor das estaduais e municipais na defesa da educação pública e gratuita e na defesa do financiamento 100% estatal. Por isso, afirmamos: UECE resiste!

Já com o sol fortalezense escondido, o 63º Conad se encerra na certeza de que o ANDES-SN sai mais fortalecido enquanto entidade classista e o legítimo representante das professoras e dos professores do ensino superior público. Animados para os grandes desafios que temos, dentre os quais barrar e reverter as contrarreformas, terminamos o 63º Conad com os versos do poeta cearense Patativa do Assaré:

“Eu sou de uma terra que o povo padece  
Mas não esmorece e procura vencer”  
Marielle. Presente!

63º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Fortaleza (CE), 1º de julho 2018.

## CARTA DE BRASÍLIA

Entre os dias 11 e 14 de julho de 2019, estiveram reunido(a)s na capital do país professoras e professores de todo o Brasil, por conta da realização do 64º Conad, sediado pela ADUnB Seção Sindical do ANDES-SN, com o tema “Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas!”. O 64º Conad reuniu 64 seções sindicais, representadas por 62 delegado(a)s, 134 observadore(a)s além de quatro convidado(a)s e 38 diretores(a)s do ANDES-SN. A abertura do 64º Conad foi marcada pela apresentação da Quadrilha “Brilho do Luar”, que em alusão à cultura nordestina, espreada por todo o Brasil, dançou uma típica quadrilha junina.

Em um momento importante da conjuntura, no qual o país vive as consequências da crise internacional e estrutural do capital, com rebatimentos nacionais, em especial no que tange ao recrudescimento do conservadorismo, professoras e professores atualizaram o plano de lutas do sindicato nacional e traçaram as principais ações para o segundo semestre de 2019 para, de um lado, defender de forma intransigente as liberdades democráticas, a liberdade de ensinar e aprender e os direitos sociais,

em especial a seguridade social atacada pela contrarreforma da Previdência e a educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada; e, por outro lado, combater todos os retrocessos em curso no Brasil e nas universidades, institutos federais e Cefet.

A capital federal, proposta por Juscelino Kubitschek com a explícita intenção de afastar o povo da capital política do país, e projetada pelo arquiteto Lúcio Costa, guarda em suas curvas “retilíneas” e em seus traços de cidade planejada, o trabalho e a vida de muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores pobres de várias regiões do país. Trabalhadoras e trabalhadores que, em busca de uma vida melhor, largaram suas raízes para construir o espaço do centro do poder político do país, que ao longo de toda sua história, abrigou políticos, que, em sua maioria, estiveram representando os interesses das diferentes frações da burguesia, em especial a latifundiária, financeira e empresarial, contra o(a) s trabalhadore(a)s.

A capital federal abrigou e abriga poucas e poucos representantes políticos que dedicaram e dedicam seus mandatos para a construção de projetos e propostas de interesse da(o)s trabalhadore(a) s. Poucos foram, e são, os que defenderam e defendem as pautas classistas dos direitos sociais e da superação da ordem do capital, os direitos das mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, negros e negras e LGBTTi. Assim, a cidade que se tornou expressão do poder político do país, expressa, também, a força do capital contra o(a)s trabalhadore(a)s.

Em uma quadra histórica de profundos retrocessos nos direitos sociais, de polarização social, de ataques conservadores e intensificação da violência dirigida especialmente aos grupos historicamente oprimidos e explorados, o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s realizaram um importante debate sobre a conjuntura internacional e nacional, analisando as consequências da crise internacional do capital para a classe trabalhadora, a



ascensão da extrema direita no mundo e no Brasil e, em especial, ataques aos direitos sociais, educação pública e a atividade docente. O(a)s participantes também analisaram as ações da classe trabalhadora e do movimento docente em particular, destacando o papel central do ANDES-SN, da CSP-Conlutas, do Fona-sefe, das entidades da educação e do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, na resistência e mobilização do(a)s professore(a)s e de outras categorias, em especial nas ações que marcaram o dia 8 de março, 1º de maio, 15 de maio, 30 de maio e 14 de junho.

No mesmo período em que o(a)s professore(a)s estavam reunidos em Brasília, também estavam em congresso o(a)s estudantes, que reuniram cerca de 10 mil jovens no Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (Conune), também nas dependências da UnB. Por ocasião do Conune, foi convocado pela UNE um ato para sindicais e movimentos sociais, que realizaram uma grande manifestação, reunindo em torno de 15 mil pessoas, que marcharam na Esplanada dos Ministérios. O ato “Por Educação, Aposentadoria e Emprego” contou com a adesão do(a)s professore(a)s reunido(a)s no 64º Conad.

Na mesma semana em que professore(a)s e estudantes estavam se reunindo para planejar a luta em defesa de liberdades democráticas e direitos sociais, a Câmara Federal, após a liberação de mais de 1 bilhão de reais em emendas parlamentares, aprovou, em primeiro turno, a PEC 06/2019 que põe fim à Previdência pública. Para piorar, no mesmo dia em que professore(a)s, estudantes e trabalhadore(a)s de várias categorias marchavam na Esplanada dos Ministérios, mais ataques à educação estavam sendo preparados e a imprensa anunciou que o Ministério da Educação apresentará um projeto de reforma da “autonomia financeira” do ensino superior público federal. Trata-se de mais um profundo ataque à universidade pública, marcado pela vio-

lação da autonomia universitária e pela privatização da educação pública. Esse grave ataque foi tratado na plenária do Tema 2 e gerou um manifesto em defesa da educação pública, com a indicação de ações para mobilizar a categoria, dentre elas a construção de uma greve geral ainda em agosto, pois a sincronia dos ataques contra a seguridade social e contra a educação pública é expressão de um mesmo projeto do capital para o(a)s trabalhadore(a)s.

Depois de analisar a conjuntura, construir e participar do ato do dia 12/7, as delegações retornaram às atividades para realizar debates nos grupos de trabalho. Estes foram marcados por intensas reflexões, diferentes leituras da realidade e de posições da base do sindicato no processo de atualização do plano de lutas. Dentre os debates e construções políticas, podem ser citadas as reflexões e discussões sobre a CSP-Conlutas e seu 4º Congresso Nacional, o combate à contrarreforma da Previdência e aos inúmeros ataques à educação superior, a necessária reorganização dos eventos do ANDES-SN, a proposição para a Conedep da construção do 4º Encontro Nacional de Educação (ENE), o aprofundamento dos esforços para construir o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, entre outros.

A plenária do Tema 2 foi iniciada pela *performance* de Martinha do Coco, que realizou uma linda apresentação, animando os presentes para os bons debates que seguiram durante a plenária. Os debates foram marcados pelas diferentes posições sobre a CSP-Conlutas e pela reafirmação da participação do ANDES-SN na Central, pela realização de um balanço crítico e pela defesa de nos posicionarmos para garantir o avanço na democracia interna da Central. Também foi ratificada a importância de construção do 4º Encontro Nacional de Educação (ENE) como espaço estratégico para a construção de um projeto classista de

educação, que só pode se efetivar se todas as entidades classistas da educação se envolverem efetivamente em sua construção. Daí o desafio de, a partir da Conedep, realizar uma avaliação do 3º ENE e trilhar os passos para a construção do 4º ENE.

As decisões tomadas na plenária do Tema 2 também apontaram para o acerto da decisão do ANDES-SN em não poupar esforços para construir a unidade na luta com todas e todos dispostos a defender pautas que são parte do projeto de educação e sociedade afirmado historicamente por nossa entidade. Expressão concreta desse esforço de construir a unidade na luta foi a deliberação pela construção da greve nacional da educação em 13 de agosto de 2019 e pela participação na construção da greve geral.

Na plenária do Tema 3, foram atualizados os planos de luta do Setor das Estaduais e Municipais e do Setor das Federais e mais uma vez se reafirmou a construção de um dia de greve nacional da educação em agosto, os dias de luta e mobilização da categoria, em combinação com a pauta geral da classe trabalhadora contra a reforma da Previdência. Foi explicitada a necessidade de avançarmos nas lutas das campanhas salariais das universidades estaduais e municipais, e em especial, na resistência ao conjunto dos ataques que estão sendo desferidos pelos governos de conciliação de classe e de extrema-direita nos estados contra a educação pública. Também se reafirmou a necessidade de fortalecimento da unidade de ação para os enfrentamentos que devem ser realizados contra o governo federal de extrema-direita de Bolsonaro e o fortalecimento da luta com o conjunto dos servidores públicos federais. O ponto forte da plenária foi a construção unitária do “Manifesto de Alerta em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito”, que se posiciona contra o projeto de reestruturação do ensino superior a favor do capital.

Na tarde de domingo, ao som da Banda Chinelo de Couro, tocando animados forrós, o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s,

retomaram os debates sobre os planos de luta dos setores e foi indicado que o Setor das federais faça o debate sobre a construção da necessária greve que a conjuntura exige, no sentido de combater os ataques e retrocessos em curso.

Na plenária do Tema 4, com intensas discussões, foram aprovadas mudanças na estrutura dos eventos nacionais, congressos e Conad, visando a realização de atividades mais objetivas e que priorizem de fato os temas centrais para o conjunto do sindicato. Também nessa plenária foram aprovadas as contas do sindicato, função precípua do Conad, legítimo Conselho Fiscal de nossa entidade.

O 64º Conad ocorreu em um clima de muitos debates e de grandes desafios, tendo como foco central a construção da unidade de ação, a partir de ações e mobilizações de rua, de forma ampla, para o fortalecimento da resistência necessária para a realização do bom combate que o(a)s professor(a)s devem fazer contra o governo federal e os governos estaduais que retiram direitos do(a)s trabalhadore(a)s.

Todos os debates que permearam os quatro dias em que professor(a)s estiveram reunido(a)s, avaliando os retrocessos e os desafios postos pela conjuntura, foram permeados pela indignação diante dos ataques do governo federal e dos governos estaduais contra a educação, diante do recrudescimento do conservadorismo e diante dos desafios para a construção da unidade de ação.

O saldo desse encontro é extremamente positivo, tendo prevalecido o clima de mobilização, engajamento e fortalecimento da categoria. Como nos disse o professor Paulo Freire, reafirmando em nosso 64º Conad como patrono da educação:

É preciso ficar claro que a desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança. Eu não sou um ser da desesperança a ser convertido ou não pela es-

perança. Eu sou, pelo contrário, um ser da esperança que por “n” razões se tornou desesperançado. Daí que uma das nossas brigas com seres humanos deva ser dada no sentido de diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza.

Assim, seguimos na luta, mobilizado(a)s e fortalecido(a)s como sujeitos que lutam na esperança e na certeza que a ordem do capital deve ser superada e que é necessário enfrentar, com unidade, o projeto do capital materializado nos diferentes governos e defender, de forma intransigente, a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

64º Conad – Conselho do ANDES-SN  
Brasília (DF), 14 de julho de 2019.



## **DIRETORIA BIÊNIO 2018/2020**

PRESIDENTE

Antonio Gonçalves Filho (APRUMA)

1ª VICE-PRESIDENTE

Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT)

2ª VICE-PRESIDENTE

Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS-SE)

3ª VICE-PRESIDENTE

Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP)

SECRETÁRIA GERAL

Eblin Joseph Farage (ADUFF)

1ª SECRETÁRIA

Caroline de Araújo Lima (ADUNEB)

2ª SECRETÁRIA

Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG)

3º SECRETÁRIO

Roberto Camargos Malcher Kanitz (ADUEMG)

1ª TESOUREIRA

Raquel Dias Araújo (SINDUECE)

2º TESOUREIRO

Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (APRUMA)

3º TESOUREIRO

Erlando da Silva Rêses (ADUnB)

## **REGIONAL NORTE I**

1ª VICE-PRESIDENTE

Katia de Araújo Lima Vallina (ADUA)

2ª VICE-PRESIDENTE

Madalena Vange Medeiros do Carmo Borges (SESDUF-RR)

1ª SECRETÁRIA

Maria Rosária do Carmo (ADUA)

2º SECRETÁRIO

Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior (SESDUF-RR)

1º TESOUREIRO

Antônio José Vale da Costa (ADUA)

2º TESOUREIRO

Bernardo Thiago Paiva Mesquita (SIND-UEA)

## **REGIONAL NORTE II**

1ª VICE-PRESIDENTE

Suelene Leite Pavão (ADUFPA)

2º VICE-PRESIDENTE

Emerson Duarte Monte (SINDUEPA)

1º SECRETÁRIO

Francisco Orinaldo Pinto Santiago (SINDUFAP)

2º SECRETÁRIO

Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP)

1º TESOUREIRO

Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA)

2ª TESOUREIRA

Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA)

## **REGIONAL NORDESTE I**

1º VICE-PRESIDENTE

Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI)

2º VICE-PRESIDENTE

Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE)

1º SECRETÁRIO

Aurean D'Eça Júnior (APRUMA)

2ª SECRETÁRIA

Filadelfia Carvalho de Sena (ADUFPI)

1ª TESOUREIRA

Zuleide Fernandes de Queiroz (SINDURCA)

2ª TESOUREIRA

Rosilda Silva Dias (APRUMA)

## **REGIONAL NORDESTE II**

1º VICE-PRESIDENTE

Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFPG)

2ª VICE-PRESIDENTE

Cristine Hirsch Monteiro (ADUFPB)

1º SECRETÁRIO

Alexsandro Donato Carvalho (ADFURRN)

2º SECRETÁRIO

Gilmar Barbosa Guedes (ADURN)

1º TESOUREIRO

Renato Machado Saldanha (ADUFEPE)



2º TESOUREIRO  
Cauê Guion de Almeida (ADUFERPE)

### **REGIONAL NORDESTE III**

1º VICE-PRESIDENTE  
Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC)  
2º VICE-PRESIDENTE  
Benedito Carlos Libório Caires Araújo (ADUFS)  
1º SECRETÁRIO  
Vinícius Correia Santos (ADUSB)  
2º SECRETÁRIO  
Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS)  
1º TESOUREIRO  
José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB)  
2ª TESOUREIRA  
Sandra Maria Marinho Siqueira (APUB)

### **REGIONAL PLANALTO**

1º VICE-PRESIDENTE  
Maurício Alves da Silva (SESDUFT)  
2º VICE-PRESIDENTE  
Fernando Lacerda Júnior (ADUFG)  
1º SECRETÁRIO  
Gilberto Correia da Silva (APUG)  
2º SECRETÁRIO  
Carlos Augusto de Oliveira Diniz (ADCAJ)  
1ª TESOUREIRA  
Camila Aparecida de Campos (ADCAC)  
2º TESOUREIRO  
Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG)

### **REGIONAL PANTANAL**

1º VICE-PRESIDENTE  
Reginaldo Silva de Araujo (ADUFMAT)  
2ª VICE-PRESIDENTE  
Roseli Rocha (ADUEMS)  
1ª SECRETÁRIA  
Gisele Mocchi - Haya Del Bel (ADUFMAT)  
2º SECRETÁRIO  
Marcílio Rodrigues Lucas (ADUFDOURADOS)

1º TESOUREIRO

Maurício Farias Couto (ADUFMAT)

2ª TESOUREIRA

Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT)

### **REGIONAL LESTE**

1º VICE-PRESIDENTE

Antônio Libério de Borba (SINDCEFET-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Roberto Behr (ADUFES)

1º SECRETÁRIO

João Antônio Corrêa Filho (ADUFSJ)

2º SECRETÁRIO

Joacir Teixeira de Melo (APES-JF)

1º TESOUREIRO

Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP)

2º TESOUREIRO

Júlio Sílvio de Sousa Bueno Filho (ADUFLA)

### **REGIONAL RIO DE JANEIRO**

1ª VICE-PRESIDENTE

Mariana Trotta Dallalana Quintans (ADUFRJ)

2ª VICE-PRESIDENTE

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF)

1º SECRETÁRIO

Dan Gabriel D'Onofre Andrade Silva Cordeiro (ADUR-RJ)

2º SECRETÁRIO

Ricardo André Avelar da Nóbrega (SESDUENF)

1ª TESOUREIRA

Rosineide Cristina de Freitas (ASDUERJ)

2ª TESOUREIRA

Camila Maria dos Santos Moraes (ADUNIRIO)

### **REGIONAL SÃO PAULO**

1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Medina Zagni (ADUSP)

2º VICE-PRESIDENTE

Oswaldo Luis Angel Coggiola (ADUSP)

1º SECRETÁRIO

Eduardo Pinto e Silva (ADUFSCAR)

2º SECRETÁRIO

Luiz Augusto Normanha Lima (ADUNESP)

1ª TESOUREIRA

Ana Paula Santiago do Nascimento (ADUNIFESP)

2ª TESOUREIRA

Jane Barros Almeida (Secretaria Regional SP)

### **REGIONAL SUL**

1ª VICE-PRESIDENTE

Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR)

2ª VICE-PRESIDENTE

Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR)

1º SECRETÁRIO

Daniel Luiz Nedel (SESUNILA)

2ª SECRETÁRIA

Bartira Cabral da Silveira Grandi (SSind do ANDES-SN na UFSC)

1ª TESOUREIRA

Maria Suely Soares (APUFPR)

2º TESOUREIRO

Fernando Humel Lafratta (APRUDESC)

### **REGIONAL RIO GRANDE DO SUL**

1º VICE-PRESIDENTE

Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS)

2º VICE-PRESIDENTE

Caiuá Cardoso Al-Alam (SESUNIPAMPA)

1º SECRETÁRIO

Guinter Tlaja Leipnitz (SSind do ANDES-SN na UFRGS)

2º SECRETÁRIO

Robert Charles Ponge (Sec. Regional RS)

1º TESOUREIRO

Mário Augusto Correia San Segundo (Sec. Regional Rio Grande do Sul)

2º TESOUREIRO

Gustavo Borba de Miranda (APROFURG)